

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA DA LITERATURA

**OS CATIVEIROS DAS MULHERES: AS REPRESENTAÇÕES E AS
RELAÇÕES FEMININAS NA OBRA DE ELIANE BRUM**

JOICE FAGUNDES MARTINS

Rio Grande - RS

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA DA LITERATURA

**OS CATIVEIROS DAS MULHERES: AS REPRESENTAÇÕES E AS
RELAÇÕES FEMININAS NA OBRA DE ELIANE BRUM**

Dissertação de Mestrado

JOICE FAGUNDES MARTINS

Rio Grande - RS

2018

JOICE FAGUNDES MARTINS

**OS CATIVEIROS DAS MULHERES: AS REPRESENTAÇÕES E AS
RELAÇÕES FEMININAS NA OBRA DE ELIANE BRUM**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal do Rio Grande, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre.

Prof. Dra. Michelle Vasconcelos Oliveira do Nascimento

Orientadora

Rio Grande - RS

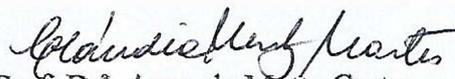
2018

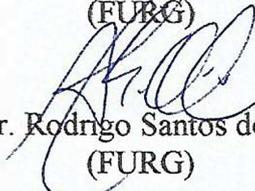
Joice Fagundes Martins

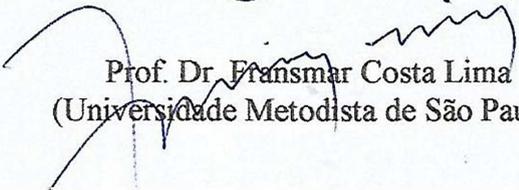
Os cativeiros das mulheres: as representações e as relações femininas na obra de Eliane Brum

Dissertação aprovada como requisito parcial e último para a obtenção do grau de Mestra em Letras, na área de História da Literatura, do Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal do Rio Grande. A Comissão de Avaliação esteve constituída pelos seguintes professores:


Prof. Dra. Michelle Vasconcelos Oliveira do Nascimento
(Orientadora - FURG)


P/ Prof. Dr^a. Amanda Motta Castro
(FURG)


Prof. Dr. Rodrigo Santos de Oliveira
(FURG)


Prof. Dr. Fransmar Costa Lima
(Universidade Metodista de São Paulo)

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras, pela oportunidade de realização desse trabalho em minha área de pesquisa.

A Prof. Dra. Michelle Vasconcelos Oliveira do Nascimento pela orientação que me foi prestada nos últimos anos.

Aos Professores/as. Doutores/as. que compõem a banca avaliadora dessa dissertação.

RESUMO

Eliane Brum é uma jornalista com grande destaque internacional e que vem se dedicando há quase duas décadas à literatura. Sua produção, grande parte com viés intimista, possui em comum aspectos da observação e vivência particular da autora como escritora e como sujeito feminino no mundo, trazendo tanto temáticas sociais quanto referentes ao universo da experiência feminina. Assim, esta dissertação tem como objetivo analisar as representações femininas e as relações construídas entre as personagens femininas em duas obras de Eliane Brum *Uma duas* (2011) e *Meus desacontecimentos* (2014). Partindo da fundamentação na crítica literária feminista, serão analisados o modo como as personagens femininas são construídas e representadas nas narrativas e como estão inseridas nos espaços sociais e familiares, refletindo acerca das relações de poder e de dominação de gênero, contestando as divisões e delimitações sociais dos espaços femininos e masculinos. Para isso, serão utilizados como referencial teórico os estudos de gênero, com os trabalhos de Simone de Beauvoir, Judith Butler e Michel Foucault, para compreender tais construções e as relações de poder estabelecidas, e os trabalhos de Marcela Lagarde, para compreender a construção e representação dessas mulheres nos espaços sociais.

Palavras-Chave: Eliane Brum. Representações Femininas. Relações de Poder. Cativéis.

RESUMEN

Eliane Brum es una periodista con gran destaque internacional y que se viene dedicando desde hace casi dos décadas a la literatura. Su producción, gran parte con sesgo íntimo, posee en común aspectos de la observación y vivencia particular de la autora como escritora y como sujeto femenino en el mundo, que traen tanto temáticas sociales como referentes al universo de la experiencia femenina. Así, esta disertación tiene como objetivo analizar las representaciones femeninas y las relaciones construidas entre los personajes femeninos en dos obras de Eliane Brum *Uma duas* (2011) e *Meus desacontecimentos* (2014). A partir de la fundamentación en la crítica literaria feminista, se analizará el modo en que los personajes femeninos son construidos y representados en las narrativas y como están insertadas en los espacios sociales y familiares, reflejando acerca de las relaciones de poder y de dominación de género, que cuestionan las divisiones y delimitaciones sociales de los espacios femeninos y masculinos. Para eso, se utilizarán como referencial teórico los estudios de género, con los trabajos de Simone de Beauvoir, Judith Butler y Michel Foucault, para comprender tales construcciones y las relaciones de poder establecidas, y los trabajos de Marcela Lagarde, para comprender la construcción y representación de esas mujeres en los espacios sociales.

Palabras clave: Eliane Brum. Representaciones Femeninas. Relaciones de Poder. Cautiverios.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	8
1 SOBRE A ESCRITA DE AUTORIA FEMININA E A CRÍTICA FEMINISTA	12
1.1 A gênese da escrita das mulheres.....	12
1.1.1 A crítica feminista no território selvagem: representações e subversões de gênero	23
1.1.2 “O ser mulher”: uma questão de gênero e representação	26
2 AS REPRESENTAÇÕES FEMININAS NA ESCRITA DE ELIANE BRUM....	44
2.1 Eliane Brum e a escrita das e sobre as mulheres.....	45
2.1.1 As identidades femininas em formação: <i>Uma duas</i> e a relação maternal	49
2.1.2 As identidades femininas em formação: <i>Meus desacontecimentos</i> e a memória (da) escrita	54
3 O FEMININO: ENTRE PAPEIS IDEALIZADOS E A CULPA	60
3.1 A relação mãe e filha em <i>Uma duas</i> e <i>Meus desacontecimentos</i>	60
3.2 A idealização da maternidade e do casamento.....	68
3.3 A violência e a culpa na construção do sujeito feminino.....	80
4 AS SUBVERSÕES FEMININAS.....	98
4.1 Como uma mulher.....	98
4.2 Questionando, desconstruindo e subvertendo papéis.....	101
4.3 A escrita como subversão e meio de (re)existência: a liberdade feminina em Eliane Brum	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
REFERENCIAL TEÓRICO	123

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Eliane Brum (1966-) é uma jornalista e escritora gaúcha, bastante conhecida por seu trabalho dentro dos estudos de comunicação social e por sua atuação no jornalismo nacional e internacional. Brum trabalhou onze anos no jornal Zero Hora e na revista Época por outros dez anos, além de manter uma coluna no site da revista Época de 2009 até 2013. Escreve artigos para a edição brasileira do jornal espanhol El País desde 2013 e para o britânico The Guardian desde 2015. Em função disso, os trabalhos desenvolvidos em relação as suas obras são em sua grande maioria direcionados à linha de pesquisa jornalística, com foco nas questões sociais e nas narrativas de vivência, sendo sua inserção no campo dos estudos literários ainda bastante recente. Com isso, sua produção literária é contemporânea e escassamente trabalhada na área de literatura, com poucos estudos direcionados à temática feminina em suas obras.

A estreia de Eliane Brum na literatura se dá com o livro *Coluna Prestes: O avesso da lenda* (1994). Depois escreveu *A vida que ninguém vê* (2006) e *O olho da rua: uma repórter em busca da literatura da vida real* (2008), todas as três escritas com viés jornalístico. Foi somente em 2011 que Brum publicou seu primeiro romance: *Uma duas*, e em 2013 lançou o livro *A menina quebrada*, uma coletânea com algumas de suas crônicas. Em 2014 lançou seu último livro (até o momento) *Meus desacontecimentos: a história da minha vida com as palavras*. Ela tem como uma de suas principais temáticas o universo feminino e as questões históricas, sociais e culturais relativas à mulher.

Uma duas conta a história do relacionamento conturbado entre uma mãe (Maria Lúcia) e sua filha (Laura), que são forçosamente aproximadas após um sério problema de saúde de Maria Lúcia. Nessa obra, Brum estimula a reflexão sobre como uma filha faz para “arrancar-se” do corpo da mãe: “Não há como escapar da carne da mãe. O útero é para sempre.” (BRUM, 2011, p. 14).

Em *Meus desacontecimentos: a história da minha vida com as palavras*, conta como ela mesma se retirou do silêncio para se tornar uma narrativa a partir de suas memórias. A autora se revela e se constrói por meio da palavra, com a escrita sendo a representação maior dessa mulher, constituindo-a: “A palavra é o outro corpo que habito.” (BRUM, 2014, p. 36). Eliane, como autora e personagem, expõe mais que suas memórias, mostrando sua “carne” e sentimentos ao revelar o significado de suas

vivências enquanto menina e mulher, além de suas memórias familiares, afetivas e íntimas.

Ao relatar suas memórias de infância em *Meus desacontecimentos*, Eliane conta a história das mulheres de sua família – da mãe, da avó, da irmã morta, das tias – em busca de um sentido às suas vivências. Já em seu romance *Uma duas*, ao suscitar a reflexão sobre os papéis de mãe e filha, ela rompe com os ideais sociais que romantizam essa relação como sendo de harmonia e amor incondicional.

Eliane Brum explora as representações femininas nessas duas obras, assim como a cultura e a sexualidade das mulheres. Estudar essas escritas e desenvolver esse tema tem possibilitado discutir e repensar sobre o papel da mulher e sua inserção cultural, a forma como é educada, o seu status e representação social, os quais, muitas vezes por divergirem das práticas então consolidadas, contestam antigos lugares sociais, culturais e históricos de poder.

Com base na crítica literária feminista, serão problematizados o modo como as mulheres são inseridas nos espaços sociais e familiares e de que forma as relações são reguladas nesses espaços, mostrando por quais meios há a dominação. Além disso, será identificado como as narrativas estudadas representam essas mulheres, refletindo acerca das relações de poder e de dominação de gênero e da construção cultural e social dos papéis femininos.

Para realizar a investigação, este trabalho tem como suporte teórico a história da literatura produzida por mulheres e a Ginocrítica (Gynocriticism), crítica literária feminista estudada e definida por Elaine Showalter. Como textos fundamentais, a crítica cultural desenvolvida em *O segundo sexo* (2009), por Simone de Beauvoir; a obra *Minha história das mulheres* (2015), de Michelle Perrot; *Um teto todo seu* (2014), de Virginia Woolf; *Problemas de gênero* (2016), de Judith Butler; *A história da sexualidade I* (2015), de Michel Foucault; e *Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas* (2005) de Marcela Lagarde.

Em função das obras de Brum serem majoritariamente estudadas pelo viés jornalístico, com foco nas questões sociais e nas narrativas de vivência, essa pesquisa sobre os espaços de atuação femininos na sua literatura justifica-se na medida em que os estudos nessa área procuram analisar como as mulheres elaboram suas identidades de maneira a se adaptarem aos horizontes de expectativa social.

Desta maneira, esta dissertação está estruturada em quatro capítulos. O primeiro capítulo se detém na discussão acerca da Literatura de autoria feminina e crítica

feminista, com o objetivo de traçar um panorama da gênese da literatura produzida por mulheres, a fim de refletir sobre as características principais (e dadas historicamente) desta literatura, geralmente de foro íntimo produzida e sobre o espaço privado, e discutir qual a importância de uma crítica feminista que propicie uma análise destas obras dentro de seu contexto particular de produção e com uma visão crítica feminina e feminista.

O segundo capítulo aborda diretamente ambas as obras de Brum, apontando as características principais das narrativas e dos personagens e discute as construções de identidade das personagens femininas dentro das narrativas a partir das representações femininas e relações de gênero, com foco nas personagens principais de cada uma, mostrando que tais construções remetem a representações sociais de gênero.

O terceiro capítulo, por sua vez, tem como foco as representações sociais femininas na obra de Eliane Brum pautadas tanto nos papéis femininos dentro da sociedade quanto nas relações familiares estabelecidas entre as personagens femininas que se pautam nos papéis sociais. O objetivo é identificar como os pensamentos, escolhas e atitudes das personagens se relacionam diretamente com tais papéis e com as relações que se estabelecem com as mulheres de suas famílias.

O quarto e último capítulo aborda as subversões femininas nas obras de Brum. Isto é, partindo de todo o referencial de gênero e das representações/modelos femininos construídos socialmente e (re)presentados nas obras, o presente capítulo vai discorrer sobre as (possíveis) subversões que as personagens femininas cometem, mesmo que de forma quase que imperceptível, dentro do cotidiano familiar, ou em forma de ruptura.

Tanto em *Meus desacontecimentos: a história da minha vida com as palavras*, quanto em *Uma duas*, Eliane Brum narra as histórias de mulheres comuns, contando como as experiências colaboraram para a construção das identidades femininas. Partindo da escrita de uma mulher que compreende o impacto dessas vivências na formação dessas identidades, a autora explora as representações femininas, assim como a cultura e a sexualidade vividas por essas mulheres nas obras. A partir de tais representações literárias, Brum problematiza os estereótipos femininos impostos pela sociedade e vai construindo as possibilidades de subversão desses rótulos, inclusive pelo próprio ato de escrita.

E é por meio dos relacionamentos vividos pelas personagens entre si e com a sociedade que podemos ver com clareza os ideais que são estabelecidos como disciplinadores dos comportamentos femininos. O estabelecimento do que a família e a

sociedade esperam de um comportamento para as mulheres, com um forte ideal determinando os espaços femininos como sendo da esfera do lar, do particular e do íntimo, associando às mulheres a maternidade e a submissão. Fica evidente nas obras de Brum a luta dessas mulheres para conquistarem espaços públicos, para serem reconhecidas também como profissionais e não só como filhas, esposas ou mães.

Logo, essa dissertação pretende fazer parte de um segmento que contribua para o conhecimento acadêmico na área da Literatura de autoria feminina e crítica feminista, a partir da elaboração de um trabalho que demonstre o estudo das representações femininas, na obra ainda pouco estudada de Eliane Brum, estimulando a reflexão sobre a construção das identidades dos indivíduos como sendo o resultado de processos históricos, sociais e culturais.

1 SOBRE A ESCRITA DE AUTORIA FEMININA E A CRÍTICA FEMINISTA

Este capítulo abordará sobre a gênese da escrita das mulheres, assim como a crítica feminista no território selvagem e a questão de gênero e representação feminina nos meios sociais e particulares da família. Para falar sobre a gênese da escrita feminina se faz necessário refletir sobre quando as mulheres passaram a ter algum tipo de acesso à educação, além da forma como eram educadas, a fim de entender sob quais condições e estímulos a escrita feminina começou a se desenvolver.

Já para discutir sobre a crítica feminista do território selvagem, é preciso pensar sobre as representações e subversões de gênero, considerando os espaços que eram ocupados pelas mulheres e a expressão de suas subjetividades como uma forma de luta por mais direitos e reconhecimento de suas culturas – conforme aborda Eliane Showalter. Por último, ao falar sobre as questões de gênero e representação feminina, há a reflexão sobre o significado social de compreender-se enquanto mulher, pois isso irá determinar os comportamentos aceitáveis e os espaços que elas devem ocupar.

1.1 A gênese da escrita das mulheres

Para falar sobre a gênese da escrita feminina é preciso, inicialmente, pensar sobre o ingresso da mulher no espaço da escrita. Ou seja, é preciso compreender quando elas passaram a ter algum tipo de acesso à educação, visto que somente a partir da aquisição do conhecimento da linguagem escrita é que puderam começar a escrever. Além disso, também é necessário refletir sobre quais mulheres tinham alcance aos estudos e, nesse ínterim, se havia alguma diferenciação entre o ensino dedicado a elas em relação aos homens e, principalmente, sob quais condições e estímulos a escrita feminina começou a se desenvolver.

Ao pensarmos sobre o início dessa escrita feminina, precisamos compreender que esse é um caminho histórico e, portanto, permeado por questões sociais e culturais de cada época. O entendimento sobre o feminino e masculino, sobre os papéis a serem desempenhados, sobre os saberes e poderes, se modificam no tempo, de maneira que espaços antes dominados pelos homens foram também conquistados pelas mulheres. No início, a escrita como atividade profissional era entendida como um espaço masculino, afinal partia-se da ideia de que a mulher não teria muito o que dizer e, por isso, aquelas que ousassem produzir literatura eram desmerecidas, passando pela zombaria dos

críticos. Afinal, era preciso mantê-las silenciadas, ocupadas com seus afazeres domésticos, submissas em seus espaços então naturalizados como da esfera feminina.

Para falar sobre esse prelúdio da produção literária feminina, Cecil Jeanine Albert Zinani parte da reflexão sobre a materialidade do acesso à educação possibilitado às mulheres, que em muitos casos referia-se a modos de convivência que mostravam o quanto elas eram refinadas e educadas para receberem convidados, isto é, uma educação voltada para os ideais de submissão feminina:

O acesso irrestrito à educação somente se materializou em meados do século XX. Em anos anteriores, não havia preocupação com a educação feminina; assim, rudimentos de leitura, escrita e aritmética eram conhecimentos para lá de suficiente para uma boa administradora do lar; nas classes mais abastadas, ofereciam-se aulas de canto e de piano, para tornar a mocinha uma companhia agradável e, posteriormente, uma anfitriã refinada para maior valorização do marido. (ZINANI, 2015, p. 121).

Inicialmente, a educação ofertada para as mulheres tinha a finalidade de educá-las para a boa atividade doméstica, com o controle do que a mulher deveria aprender e o que poderia reproduzir. Embora isso pareça uma prática anterior ao século XX, não podemos esquecer que em meados desse mesmo século, revistas especializadas em conteúdos para as mulheres traziam matérias educativas sobre o comportamento que elas deveriam ter em suas casas, de como deveriam manter o ambiente limpo e tranquilo para seus esposos, por exemplo. Nessas revistas a mulher era reduzida à imagem da “rainha do lar”, aquela que embora levasse um título de nobreza, tinha a função exclusiva de cuidar da casa, dos filhos e de agradar o marido, silenciada pela propaganda da felicidade conjugal.

Evidentemente, o conhecimento sempre foi uma ferramenta de controle e poder, definindo comportamentos e delimitando os espaços que cada indivíduo pode (ou deve) ocupar, como aborda Norma Telles em seu artigo *Escritora, escritas, escrituras*: “Escrita e saber estiveram, em geral, ligados ao poder e funcionaram como forma de dominação ao descreverem modos de socialização, papéis sociais e até sentimentos esperados em determinadas situações.” (TELLES, 2013, p. 401). Sendo assim, ao tratar sobre o início da escrita feminina, precisaremos também refletir sobre as relações de poder tanto nos espaços íntimos do lar quanto nos espaços públicos, e suas delimitações por padrões sociais de comportamento. Todos esses espaços são determinantes para se entender a dificuldade do acesso feminino à escrita e como esse processo começou.

Precisamos considerar questões sociais e históricas fundamentais que determinaram a entrada tardia da mulher no universo da produção literária. Não podemos esquecer que elas eram excluídas da vida pública, de participarem em decisões políticas e, portanto, estavam sujeitas às definições masculinas de comportamentos e culturas aceitáveis. Como não recebiam educação, ficavam à margem das decisões e, como também não podiam decidir sobre nada, a educação também lhes era negada, garantindo que permanecessem submissas ao poder patriarcal:

Excluídas de uma efetiva participação na sociedade, da possibilidade de ocuparem cargos públicos, de assegurarem dignidade sua própria sobrevivência e até mesmo impedidas do acesso à educação superior, as mulheres do século XIX ficavam trancadas, fechadas dentro de casas ou sobrados, mocambos e senzalas, construídos por pais, maridos, senhores. Além disso, estavam enredadas e constringidas pelos enredos da arte e ficção masculina. Tanto na vida quanto na arte, a mulher no século passado aprendia a ser tola, a se adequar a um retrato do qual não era autora. As representações literárias não são neutras, são encarnações “textuais” da cultura que as gera. (TELLES, 2013, p. 408).

O espaço privado era, para as mulheres, também um espaço de privação do direito à educação, à liberdade e ao poder de decidir sobre a própria vida. A literatura quando inserida no cotidiano feminino não a libertava, pelo contrário, era mais uma ferramenta de regulação comportamental e dos ideais masculinos de como as relações entre homens e mulheres deveriam ser. Havia a necessidade de delimitar espaços e enquadrar os comportamentos, e os homens desempenhavam o papel de desbravadores, aventureiros e dominadores: eles deveriam ser os “predadores” e as mulheres as “presas submissas”. E ao mesmo tempo em que eram os “predadores” também eram representados como os “protetores”, aqueles que salvariam as mulheres de sua natureza devastadora de colocar tudo à sua volta sob o jugo da perdição. O casamento e a maternidade eram o “remédio” certo para garantir não só o controle e a manutenção das relações de poder, mas principalmente para garantir a “salvação da pátria”:

Os higienistas empenharam-se com afinco na tarefa de formar a “mãe burguesa”. Empreenderam campanhas para convencer as mulheres a amamentar. Visavam também a “mãe educadora” sob vigilância do médico de família. Definiam a mulher como ser afetivo e frágil. Doçura e indulgência eram atributos que se somavam aos anteriores para demonstrar a inferioridade da mulher, cujo cérebro, acreditavam, era dominado pelo capricho ou instinto de coqueteria. Para que não adoecesse, era preciso que aceitasse o comando do homem e se

dedicasse inteiramente à maternidade e à família. (TELLES, 2013, p. 429).

Mesmo diante desse cenário de restrição do comportamento feminino, isso não significava que elas não escreviam, pois as que tinham acesso à educação dedicavam-se à escrita de cartas e diários – boa parte estimulada pela igreja, como forma confessional. Por ser uma ferramenta importante de poder, a escrita feminina estava sujeita ao crivo da família e da igreja. Era preciso vigiá-las não só em suas funções sociais mas também em seus pensamentos, saber de seus desejos, sonhos e até dos pequenos “pecados”. Era preciso garantir o total controle de suas vontades. A escrita ganhou característica confessional, pois somente assim as mulheres poderiam escrever, desde que essa escrita servisse para reafirmar o crivo da sociedade sobre os comportamentos.

Dado esse quadro inicial, podemos começar a entender o motivo do início tardio da escrita feminina, visto que a literatura produzida por mulheres ainda hoje é pouco destacada socialmente, sendo ainda considerada como uma literatura produzida por uma minoria que é posta à margem da literatura dita canônica. A escrita elaborada por elas raramente é reconhecida pelo cânone, sendo muitas vezes considerada de pouco valor em relação à escrita produzida por homens.

Em 1928 a escritora Virginia Woolf (1882-1941) foi convidada a palestrar em duas faculdades inglesas sobre o tema “As mulheres e a ficção”. Foram essas palestras que possibilitaram a elaboração do livro *Um teto para todos* (2014), um ensaio ficcional que fala sobre a presença feminina na literatura, entrando em questões históricas e sociais importantes que permeiam a produção ficcional de forma abrangente. O texto feminista foi estruturado a partir de uma narrativa auto-ficcional, buscando discutir o espaço literal e figurativo da mulher escritora e a dominação do patriarcado sobre os saberes e a produção literária. Com isso, também fala sobre a educação ofertada às mulheres demonstrando que os espaços e as interações estão permeados pelas ações políticas e pelas relações de poder.

Woolf parte da elaboração de uma personagem para se auto representar, dizendo que “podem chamá-la de Mary”, a qual também foi convidada a pensar sobre o tema “As mulheres e a ficção” (2014, p. 13). É a partir das vivências e reflexões dessa personagem em meio a uma universidade fictícia e sujeita às leis do patriarcado que ela desenvolve sua busca por respostas sobre os motivos que mantiveram as mulheres afastadas da produção literária. Mostra que elas eram submetidas à falta de legitimidade

cultural e de recursos financeiros, obstáculos que as impediam não só de escrever, mas também de se fortalecer e ampliar seus espaços culturais e sociais, pois a inferiorização feminina servia de base para garantir a condição de superioridade masculina:

As mulheres têm servido há séculos como espelhos, com poderes mágicos e deliciosos de refletir a figura do homem com o dobro do tamanho natural. Sem esse poder, provavelmente a terra ainda seria pântanos e selvas. As glórias de todas as nossas guerras seriam desconhecidas. [...] Pois se ela resolver falar a verdade, a figura refletida no espelho encolherá; sua disposição para a vida diminuirá. Como ele continuará a fazer julgamentos, civilizar nativos, criar leis, escrever livros, vestir-se bem e discursar em banquetes, a menos que consiga ver a si mesmo no café da manhã e no jantar com pelo menos o dobro do tamanho que realmente tem? (WOOLF, 2014, p. 54-55).

O ideal da superioridade masculina se estabelece a partir da comparação do modo de vida dos homens em relação ao modo de vida das mulheres. No entanto, antes que qualquer relação seja estipulada para tal intento, é preciso estabelecer as posições que cada indivíduo – dos sexos masculino e feminino – deve ocupar. Para isso, desde cedo se ensina que a mulher deve se manter submissa e inferior ao homem em todos os espaços. Ela só deve falar aquilo que for agradar seu marido, e sua postura e comprometimento devem ser em relação à educação dos filhos, aos cuidados com a casa e com a higiene.

Por meio dessa narrativa, Woolf trata da realidade da divisão social, divisão esta com privilégios bem distintos: ao homem as comodidades e às mulheres as dificuldades; para eles a riqueza e para elas a pobreza; para eles o deleite e para elas o sacrifício: “Ponderei [...] sobre os efeitos que a pobreza tem na mente; e sobre os efeitos que a riqueza tem na mente [...] pensando na segurança e na prosperidade de um sexo, na pobreza e na desproteção do outro [...]” (WOOLF, 2014, p. 39). A partir dessas reflexões, a escritora vai mostrando as razões de poucas mulheres participarem da literatura naquele cenário de 1928 na Inglaterra. Isso também nos permite desdobrar essa realidade para o Brasil, visto que aqui a situação de estímulo à participação da mulher na escrita não era diferente. Constância Lima Duarte discorre sobre isso em seu artigo *Histórias de uma história mal contada*, publicado no jornal da biblioteca pública do Paraná:

É certo que Virginia Woolf fala de um outro lugar e de um outro tempo, quando as universidades inglesas não aceitavam mulheres

circulando em suas dependências, e muito menos o mercado de trabalho. Mas também entre nós já foi assim. Nas últimas décadas do século XIX, e mesmo nas primeiras do século XX, causava comoção uma mulher manifestar o desejo de fazer um curso superior. E a publicação de uma obra costumava ser recebida com desconfiança, descaso ou, na melhor das hipóteses, com condescendência. Afinal, era só uma mulher escrevendo. Por isso, para realizar o desejo de publicar seus trabalhos, muitas usaram pseudônimos, o anonimato, ou se juntaram para criar jornais e revistas que atravessaram muitas vezes os limites de suas cidades, de seus Estados, e se converteram em verdadeiras redes intercambiantes de informações e cultura. (DUARTE, 2013, p. 31).

A partir das considerações de Woolf e Duarte é possível estender essa reflexão para a atualidade, pois ainda hoje as obras escritas por mulheres são, em muitos casos, estereotipadas como obras de menor valor, classificadas como “literatura cor de rosa” ou “literatura culinária”, evidenciando a manutenção do tom pejorativo.

A escrita é uma prática que exige de quem escreve não apenas a dedicação e o tempo, mas o conhecimento, a interação com o meio e a qualidade de vida, visto que está sujeita às condições de produção do seu autor. Logo o meio é de suma importância para a produção ficcional:

[...] ficção é como uma teia de aranha, presa por muito pouco, mas ainda assim presa à vida pelos quatro cantos. [...] elas não são tecidas em pleno ar por criaturas incorpóreas; essas teias são o resultado do sofrimento de seres humanos e estão inteiramente presas a coisas materiais, como saúde, dinheiro e a casa onde se mora. (WOOLF, 2014, p. 64).

Toda produção artística exige, em alguma medida, a dedicação e o tempo para a aprendizagem e reflexão sobre o que se produz. Produzir exige também a imersão do sujeito nos espaços, pois são suas experiências vividas que possibilitarão que cada um possa se expressar. Com a escrita não é diferente: entre tantos aspectos, a arte é a afirmação e a manifestação da subjetividade dos indivíduos. Sendo assim, é interessante pensarmos sobre a gênese da escrita feminina enquanto uma manifestação pelo direito à subjetividade feminina, pela cultura da mulher, pelo direito ao espaço social e pela voz da mulher.

Virginia também questionava os motivos pelos quais as mulheres não escreviam – e até se elas de fato não escreviam ou se apenas eram ignoradas por seus pares – e por quais motivos foram privadas de entrarem no mundo da escrita criativa e de serem amplamente reconhecidas: “[...] uma mulher precisa ter dinheiro e um teto todo seu, um

espaço próprio, se quiser escrever ficção; e isso, como vocês verão, deixa sem solução o grande problema da verdadeira natureza da mulher e da verdadeira natureza da ficção.” (WOOLF, 2014, p. 12). Woolf pondera sobre duas questões de extrema importância para alguém poder se dedicar à arte da escrita: a primeira é referente ao sustento, a possibilidade de suprir as necessidades básicas do sujeito que escreve. No entanto, a realidade feminina não estava associada à liberdade financeira da mulher, e mesmo as que trabalhavam o faziam, em sua grande maioria, pela necessidade de sustentar a família.

A segunda questão refere-se à possibilidade de se ter um espaço privativo, pois mesmo que a mulher não precisasse trabalhar fora, isso não significava que ela tivesse tempo livre e um espaço individual que fosse propício à escrita: “[...] para a mulher, pensei, olhando para as prateleiras vazias, [...] ter um espaço próprio, que dirá um espaço silencioso ou à prova de som, estava fora de questão, a menos que seus pais fossem riquíssimos ou muito nobres [...]” (WOOLF, 2014, p. 77).

Ao tratar sobre as questões financeiras das mulheres, particularmente do direito civil à propriedade privada, Woolf aborda pontos essenciais que levaram as mulheres à margem da escrita: o fato da maioria delas não ter acesso à educação, portanto, não tinham acesso à escrita; o fato de serem colocadas em segundo plano e de suas educações serem estruturadas para assuntos da casa, do casamento, da submissão e dependência financeira do marido, isto é, a falta de liberdade financeira:

[...] é igualmente inútil se perguntar o que teria acontecido se a senhora Seton, sua mãe e sua avó tivessem acumulado grande riqueza e a houvessem depositado nas fundações de uma faculdade e uma biblioteca, porque, em primeiro lugar, ganhar dinheiro era impossível para elas, e, em segundo, se isso tivesse sido possível, a lei lhes negaria o direito de possuir o dinheiro ganho. Foi só nos últimos quarenta e oito anos que a senhora Seton poderia ter tido um centavo seu. (WOOLF, 2014, p. 37).

A lei obrigava a mulher a se manter submissa financeiramente ao marido, ao pai, ao irmão, enfim, à uma figura masculina, impedindo-a de possuir propriedades e, portanto, impossibilitando que pudesse se desenvolver economicamente. Logo, qualquer possibilidade de desenvolvimento feminino e de liberdade estava sujeita ao consentimento masculino e familiar, o que era fortemente combatido. Mesmo a educação que era ofertada às mulheres deveria educá-las para serem úteis e servis. O espaço privado era o local de aprendizado dos afazeres domésticos, das funções tidas

como naturais da esfera feminina. Não havia o estímulo à reflexão e ao pensamento crítico, e tudo isso colaborou para que elas não tivessem condições de se dedicar à escrita ficcional. Talvez a questão mais importante para se pensar é que a lei era escrita por homens – ainda hoje a participação da mulher na decisão das leis é muito menor que a masculina – logo, é óbvio que as leis serviriam aos interesses masculinos, garantindo que eles permanecessem em seus espaços de dominação.

Evidentemente, as observações de Woolf tratam da perspectiva da mulher inglesa no início do século XX. A partir disso poderíamos questionar se havia alguma alteração no cenário da produção literária brasileira. De maneira geral, a escrita feminina no Brasil se desenvolveu diante das mesmas dificuldades observadas por Woolf na Inglaterra. Havia aqui também a necessidade de espaço para a mulher poder progredir financeiramente no mercado de trabalho, adquirindo autonomia financeira, podendo, portanto, legitimar sua educação e sua escrita. E foi somente a partir dos destacamentos de guerra, com a falta da mão-de-obra masculina, que o mercado de trabalho passou a solicitar a mão-de-obra feminina:

O ingresso no mercado de trabalho, primeiro por necessidade, devido às contingências da guerra, depois por opção própria, criou a demanda por uma educação mais consistente, com introdução das mulheres, inclusive, aos cursos superiores. O acesso ao conhecimento possibilitou que a produção literária feminina se qualificasse [...]. (ZINANI, 2015, p. 122).

O espaço para legitimar a entrada da mulher no mercado de trabalho se deu, inicialmente, pela necessidade de conseguir mão-de-obra em um cenário de grandes dificuldades de conseguir homens para ocupar esses lugares. Em função disso, educar as mulheres passou a ser não só aceitável como, principalmente, necessário aos negócios. O estímulo à liberdade financeira da mulher passou a ser uma ideia aceita na medida em que o trabalho feminino passou a ser lucrativo para o mercado. Por isso, sua educação também se fez mais que legítima: se fez necessária, possibilitando que elas tivessem mais entrada ao espaço da escrita. O que não colocou as mulheres em uma situação de privilégios: pelo contrário, as críticas às escritas femininas e seus pensamentos permaneceram.

As mulheres passaram a solicitar mais igualdade de direitos, o que se mostrou um grande problema para uma sociedade patriarcal que, mais do que nunca, precisava combater as opiniões femininas e suas produções literárias, desqualificando-as como

algo sem significado ou propósito. Ao mesmo tempo que o patriarcado precisava do trabalho feminino, ele também lutava para manter o controle sobre as mulheres, tanto nos espaços físicos – tentando determinar os locais que seriam apropriados para elas –, como mentalmente – determinando padrões comportamentais ligados a “naturalidade” da submissão feminina em todos os ambientes, inclusive no trabalho. Elas enfrentavam jornadas duplas e até triplas de trabalho e ainda ganhavam menos que os homens, mesmo diante das mesmas tarefas.

Para falar sobre a história das mulheres e o abismo da desigualdade entre os sexos, que inevitavelmente culmina na falta de reconhecimento dos trabalhos realizados por elas – nas mais diversas áreas –, é importante falar sobre as questões que determinaram a condição de submissão feminina no mundo. A historiadora e professora Michelle Perrot (1928-), em sua obra *Minha história das mulheres* (2015), faz um estudo do papel que as mulheres têm desempenhado ao longo da história, no qual discute questões que vão desde o corpo feminino, a influência religiosa e até sobre suas vidas nos centros urbanos, as quais eram permeadas pelas relações políticas e pela necessidade de trabalho. Perrot discute sobre o sentido que os acontecimentos históricos tiveram sobre as mulheres. Ao final de sua obra, ao tratar das perspectivas contemporâneas, questiona:

[...] quais são, quais foram, ao longo dessas fronteiras, as mudanças nas relações entre os sexos? Como evoluiu a diferença dos sexos? Segundo que ritmo, em torno de quais acontecimentos? Como se modificaram as partilhas entre os homens e as mulheres, suas identidades e sua hierarquia? (PERROT, 2015, p. 165).

Assim como Woolf, Perrot questiona os processos históricos e sociais que determinaram a condição no mundo para homens e mulheres, pois enquanto o homem era educado sob uma perspectiva universal, como figura dominante do meio, das espécies e, portanto, também das mulheres, elas eram, por sua vez, educadas como pertencentes à família, com um papel secundário de auxiliadoras do lar. Desde cedo ensinadas a serem boas filhas, boas esposas e boas mães, a bondade deveria fazer parte da alma feminina.

Perrot traz questionamentos que remetem à condição de repressão sofrida pela mulher. No entanto, lembra que a história feminina também é de luta e resistência. É importante não esquecer que elas são participantes da história, e isto quer dizer que,

mesmo em momentos de maior repressão do espaço feminino, elas encontraram brechas para permanecerem resistentes, incluindo o exercício de poder:

[...] o status de vítima não resume o papel das mulheres na história, que sabem resistir, existir, construir seus poderes. A história não tende ou para a desgraça das mulheres ou para a sua felicidade. As mulheres são atrizes da história: espero tê-lo sugerido e mostrado, recusando qualquer perspectiva maniqueísta dos sexos em branco e preto. As mulheres nem sempre são oprimidas, e pode acontecer de exercer um poder, e até uma opressão. (PERROT, 2015, p. 166).

Não podemos esquecer que as mulheres também estabelecem relações de poder entre elas, pois as matriarcas garantiam que a boa educação patriarcal fosse perpetuada – evidentemente não cabe aqui fazer qualquer análise ou crítica a essa educação, visto serem situações pertinentes a outro contexto histórico –. No entanto, não podemos deixar de notar que elas também exerciam entre elas uma hierarquia de poder, a fim de garantir o bom comportamento feminino, de forma a preservar o ideal de família patriarcal.

A obra *Minha história das mulheres* questiona o passado e ao mesmo tempo reflete sobre o presente, pois suas indagações ainda fazem parte das relações cotidianas. Nesse sentido, tem um compromisso de suscitar a reflexão sobre a condição da mulher na sociedade atual. Nesse processo, Perrot (2015) vai tratar sobre a condição da mulher em relação aos espaços públicos e privados, remontando as relações com os homens e mulheres, enfim, as relações sociais. Também discorre sobre as representações de masculino e feminino e suas implicações nas classes sociais, ou melhor, sobre a existência humana enquanto relação entre homens e mulheres, pois não seria possível ter uma história sem as mulheres.

Perrot discute a dificuldade de se escrever sobre a história das mulheres, pois historicamente pouco se falava delas, além de que elas próprias deixaram poucos escritos sobre si mesmas:

As mulheres deixam poucos vestígios diretos, escritos ou materiais. Seu acesso à escrita foi tardio. Suas produções domésticas são rapidamente consumidas, ou mais facilmente dispersas. São elas mesmas que destroem, apagam esses vestígios porque os julgam sem interesse. Afinal, elas são apenas mulheres, cuja vida não conta muito. Existe até um pudor feminino que se estende à memória. Uma desvalorização das mulheres por si mesmas. Um silêncio consubstancial à noção de honra. (PERROT, 2015, p. 17).

Por isso a dificuldade de se encontrar os primeiros registros da escrita feminina, pois trabalhamos com achados, histórias muitas vezes esquecidas e que por acaso quando encontradas – contando com a boa vontade de quem encontra – são fornecidas para o registro. No entanto, muitos são os textos apagados dessa história, de maneira que a cultura da mulher foi sendo construída como uma colcha de retalhos, na qual faltam pedaços importantes dessa narrativa.

Com a escrita das mulheres brasileiras não foi diferente. Aqui também passamos por esse processo de dominação patriarcal, que se engajava no silenciamento feminino e no apagamento de suas escritas. No ano de 2000, Zahidé Lupinacci Muzart organizou um livro que buscou resgatar os nomes das mulheres escritoras do Brasil, intitulado *Escritoras brasileiras do século XIX*. Muzart discorre sobre esse apagamento da produção literária feminina, com nomes que hoje são desconhecidos pelo público, pois não há citações nas antologias, dicionários e nas histórias da literatura. No texto de abertura dessa obra, Muzart levanta questões importantes como a seleção dos nomes que devem ou não participar do cânone na literatura brasileira e, por conseguinte, aqueles que devem ser excluídos dessa lista:

[...] no Brasil, a literatura feminina somente começa a ser visível – e até festejada – no primeiro quartel do século XX. Ainda que singulares e produtivas, nossas escritoras de antes, sobretudo as do século XIX, foram sistematicamente excluídas do cânone literário, que, é claro, era forjado unicamente pela crítica e pela historiografia masculina. (MUZART, 2000, p. 18).

Obviamente a decisão de quais textos são canônicos é uma escolha que representa um meio de exercer o poder, pois essa escolha determina o que pode ser dito, quem pode dizê-lo e o que tem valor para ser comunicado. Evidentemente, essa sempre foi uma escolha masculina – não esquecendo que essa seleção também está submetida a questões raciais e econômicas – pois eram os homens que participavam (e ainda participam), em grande parte, dos espaços de poder. Muzart discute sobre a função social da literatura no Brasil do século XIX, no qual as mulheres poderiam participar desde que não se colocassem como escritoras. Para elas eram reservados os espaços de leitoras ou ouvintes, reduzindo a participação delas à observação, jamais à produção do conhecimento:

O século XIX é o século da literatura no mundo, e no Brasil não foi diferente. A literatura exercia como nunca sua função social: os escritores eram respeitados, as conferências literárias, um acontecimento social. A vivência da literatura – privilégios das classes mais altas – constituía uma importante vertente de lazer e cultura da qual as mulheres não estavam excluídas, como leitoras, como ouvintes, como assistentes, nos salões e teatros. Mas o outro lado, o de quem produz literatura, que já beirava o profissionalismo, deste a mulher esteve excluída por preconceito, pela religião, pelos limites do papel que deveria desempenhar na sociedade burguesa. (MUZART, 2000, p. 24-25).

Sendo assim, qualquer produção artística feminina era um ato de subversão, pois a escrita, enquanto expressão de uma subjetividade artística, é também um meio de expressão de uma cultura. As mulheres que ousavam escrever registravam suas histórias pelo olhar feminino, abrindo caminho para se entender a cultura da mulher –que segundo Showalter é o próprio território selvagem – no espaço que até então havia sido relegado ao limbo não só do conhecimento masculino, mas também do feminino.

1.1.1 A crítica feminista no território selvagem: representações e subversões de gênero

Partindo da reflexão sobre as mulheres e seus espaços, como meio de produção artística e expressão da subjetividade na escrita – questões trabalhadas no tópico anterior – se faz necessário pensar sobre as representações femininas dentro desses espaços e a subversão como meio de luta por adquirir mais território e direitos. Ao se pensar sobre isso é preciso adentrar nos estudos dessas representações femininas, a partir da perspectiva de uma escrita de autoria feminina, entendendo a relevância cultural e social como determinantes dessas escritas e das representações de gênero. Essa questão foi discutida na crítica literária feminista de Elaine Showalter (1941-). Escritora e jornalista, considerada a precursora no desenvolvimento de uma crítica literária feminista voltada para a cultura da mulher, investigou desde o seu contexto de vida e produção aos aspectos que pertencem ao seu mundo, à sua história e cultura, isto é, aquilo que as diferencia (e exclui) do mundo masculino:

Uma teoria baseada em um modelo da cultura da mulher pode proporcionar, acredito eu, uma maneira de falar sobre a especificidade e a diferença dos escritos femininos mais completa e satisfatória que as teorias baseadas na biologia, na linguística ou na psicanálise. (SHOWALTER, 1994, p.44).

No texto *A crítica feminista no território selvagem* (1994), Elaine Showalter discute sobre a escrita de autoria feminina e sobre os eventos importantes na trajetória da crítica feminista. Esses eventos são delineados, segundo a autora, em duas fases: a primeira, denomina de crítica feminista, a qual considera as mulheres enquanto leitoras e procura entender como os estereótipos femininos produzidos na literatura afetam a elaboração de suas personalidades, além de revisitar textos escritos por mulheres e dar-lhes novas interpretações: “A primeira forma é ideológica, diz respeito à feminista como leitora e oferece leituras feministas de textos que levam em consideração as imagens e estereótipos das mulheres na literatura [...]”. (SHOWALTER, 1994, p. 26). E a segunda, a ginocrítica, a qual estuda a mulher como escritora a partir do contexto em que está inserida, isto é, leva em conta sua história individual, classe social e sua origem:

A segunda forma da crítica feminista produzida por este processo é o estudo da mulher como escritora, e seus tópicos são a história, os estilos, os temas, os gêneros e as estruturas dos escritos das mulheres; a psicodinâmica da criatividade feminina; a trajetória da carreira feminina individual ou coletiva; e a evolução e as leis de uma tradição literária de mulheres. (SHOWALTER, 1994, p. 29).

Portanto, para se discutir sobre a escrita de autoria feminina é preciso, primeiramente, considerar questões de extrema relevância na produção artística das escritoras, como o local de onde se fala, a cultura em que está inserida, questões que são influenciadoras em sua escrita. Mesmo que a escrita seja ficcional, ou que a história narrada não tenha a pretensão de falar sobre a vida da autora ou de suscitar reflexões sobre sua vida e cultura, ainda assim a escrita estará atrelada a seus conhecimentos, vivências e experiências, aspectos que serão direcionadores, mesmo que sutilmente, de sua escrita. Por isso, Showalter destaca a importância de se reconhecer as diferenças entre as escritoras: “Uma teoria cultural reconhece a existência de importantes diferenças entre as mulheres como escritoras: classe, raça, nacionalidade e história são determinantes literários tão significativos quanto gênero.” (SHOWALTER, 1994, p. 44).

Essa reflexão sobre as diferenças das escritoras se faz mais que necessária, sendo o início para a compreensão da variedade de escrituras, mesmo dentro das escritas de autoria feminina. Há uma multiplicidade de questões determinantes na variação dessas escritas que muitas vezes é desconsiderada, reduzindo a produção literária feminina

apenas às questões de gênero. Essa redução somente serve de argumento para diminuir a escrita feminina, como se houvesse um modo diferente de escrever entre mulheres e homens. Logo, o discurso feminino, em muitos casos, passa a ser associado à ideia de incompreensão, e a ele é atribuído o misticismo ou o sentimentalismo que beira ao irracional, ao enigmático. Em outras palavras, muitas vezes a expressividade feminina é incompreendida pela cultura predominantemente masculina:

Em primeiro lugar, o conceito de uma linguagem das mulheres não originou-se com a crítica feminista; é muito antigo e aparece frequentemente no folclore e no mito. Em tais mitos, a essência da linguagem das mulheres é o segredo; o que realmente está sendo descrito é a fantasia masculina da natureza enigmática do feminino. (SHOWALTER, 1994, p. 37).

Seguindo esse argumento, como não é possível compreender o que as mulheres têm a dizer, é preciso traduzi-las, organizá-las e classificá-las, ajudá-las a dizerem quem são ou, pelo menos, como deveriam ser, logo a literatura tem um papel fundamental para organizar a representatividade do feminino idealizado. Os homens criam na literatura seus ideais femininos. É preciso domesticar e controlar a fêmea, para que a sociedade possa progredir. A mulher então assume seu papel de submissão em relação ao homem, de delicadeza, de generosidade e, mais que isso, ela deve se encaixar na representação da mocinha indefesa, daquela que será salva pelo casamento e pela obediência. No entanto, isso não garante ao homem o conhecimento sobre a natureza feminina, pois a mulher deve ser constantemente vigiada, ainda temida pelo desconhecimento de sua linguagem e, portanto, de seus desejos e instintos. Como aborda Showalter, a mulher é para o homem o próprio “território selvagem”, pois sua cultura é incompreendida por eles, garantindo que elas permaneçam à margem da sociedade:

[...] o "selvagem" é sempre imaginário; do ponto de vista masculino, ele pode ser simplesmente a projeção do inconsciente. Em termos de antropologia cultural, as mulheres sabem como é a parte crescente masculina, mesmo se nunca a viram, pois ela se torna o assunto da lenda (como o território selvagem). Mas os homens não sabem o que há no selvagem. (SHOWALTER, 1994, p. 48).

Como a cultura feminina é incompreendida pela masculina, isso suscita o imaginário sobre esse espaço, o “território feminino”. E somente a partir dos estudos

baseados em uma análise histórica, social e cultural, se discutirá a formação da identidade feminina pelo olhar de uma construção elaborada por meio das relações sociais e que servem aos interesses de uma época.

1.1.2 “O ser mulher”: uma questão de gênero e representação

A partir disso, são de extrema relevância os estudos realizados por Simone de Beauvoir (1908-1986) no livro *O segundo sexo* (2009) sobre a história, cultura e representação das mulheres, pois ela discute os processos históricos, sociais e culturais que contribuíram para determinar os espaços de atuação feminino, afirmando que a mulher é uma construção:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino. (BEAUVOIR, 2009, p. 361).

Ou seja, os modelos femininos são construções culturais, não existindo, portanto, nenhum destino biológico, psíquico, econômico que defina a fêmea humana no seio da sociedade. No entanto, a sociedade determinou como “natural” na condição da mulher o desejo pelo casamento e pela maternidade, associando aos ideais de felicidade a concepção, a família e a submissão da esposa ao marido. Muitas vezes a biologia entra com um discurso que serve para confirmar a condição feminina em relação à masculina. A ela se dá a tarefa de procriar – assim como as demais fêmeas do reino animal – e a ele se dá a tarefa de provedor do lar, e como é o homem quem detém o poder econômico de abastar a casa, então “ele manda e ela obedece”. Isto é, desde o início da organização social, a mulher é qualificada a partir de seu útero. Seu sexo a define, como se isso fosse o suficiente para dizer tudo sobre ela: “A mulher? É muito simples, dizem os amadores de fórmulas simples: é uma matriz, um ovário; é uma fêmea, e esta palavra basta para defini-la.” (BEAUVOIR, 2009, p. 35).

Não é apenas a biologia que entra com o discurso normatizador dos papéis sociais, como também a religião, a psicologia, a medicina e as ciências, de maneira geral, se utilizarão de suas pesquisas e produções científicas para garantir a supremacia patriarcal.

O discurso sobre a mulher está atrelado à condição sexual de reprodutora, o que é entendido socialmente como justificativa para determinar a dominação da fêmea pelo macho. O corpo da mulher passa a ser um objeto de posse social, no qual os discursos institucionais, sociais e familiares servirão de base para normatizar os comportamentos e uso desses corpos. Sendo assim, a maternidade assume um papel central na vida da fêmea, que deve desejar ser mãe e, conseqüentemente, esposa. Logo, é preciso que ela deseje seu papel de mulher, e desta forma, alguns produtos culturais – como por exemplo a Literatura –, também instigam e reafirmam estes modelos, produzindo desejos. Isso se dá por meio de imagens e situações que irão romantizar o casamento e a maternidade, fazendo com que a mulher se aceite como o outro na relação. Por possuir um útero, ela é restringida a sua função sexual, como define Beauvoir:

[...] não basta ter corpo de mulher, nem assumir como amante, como mãe, a função de fêmea para ser “uma mulher de verdade”; através da sexualidade e da maternidade, o sujeito pode reivindicar sua autonomia; “a verdadeira mulher” é a que se aceita como Outro.” (BEAUVOIR, 2009, p. 352).

Para a mulher, aceitar-se como o outro é também aceitar que socialmente ela deve obediência às figuras masculinas com quem se relaciona desde a infância. Ou seja, primeiramente deve obedecer ao pai e após o casamento deve obedecer ao marido, seguindo os exemplos das mulheres de sua família. A mulher deve se aceitar enquanto criatura frágil, necessitando da presença masculina para sobreviver. Em relação ao homem, ela sempre será o outro, a imagem da imanência. Beauvoir também fala da imagem do feminino relacionado ao dualismo, e a própria literatura traz diversas imagens idealizadoras da mulher: de um lado temos as santas, as virgens e as mães, tão bem-conceituadas pela religião e desdobradas socialmente como desejo comportamental a ser seguido. Do outro lado temos as prostitutas, as bruxas maléficas, a madrasta, todas como exemplos de comportamentos que não devem ser seguidos pelas mulheres:

Não há uma só representação da mulher que não engendre de imediato a imagem inversa: ela é a Vida e a Morte, a Natureza e o Artificio, o Dia e a Noite. Sob qualquer aspecto que a consideremos, encontramos sempre a mesma oscilação pelo fato de que o inessencial volta necessariamente ao essencial. Nas figuras de Virgem Maria e de Beatriz substituem Eva e Circe. (BEAUVOIR, 2009, p. 264).

Beauvoir também discorre sobre a criação do mito da mulher enigmática como forma de impor leis e comportamentos. São essas imagens criadas pela arte, pela literatura, pela linguagem, que irão moldar a imagem mítica da mulher, mais uma vez definindo os comportamentos e ideias referentes às naturezas feminina e masculina, uma vez que o comportamento masculino também será influenciado por essas imagens:

[...] através dos mitos, ela impunha aos indivíduos suas leis e costumes de maneira sensível e por imagens; sob uma forma mítica é que o imperativo coletivo se insinua em cada consciência. Por intermédio das religiões, das tradições, da linguagem, dos contos, das canções, do cinema, os mitos penetram até nas existências mais duramente jungidas às realidades materiais. (BEAUVOIR, 2009, p. 350-351).

Em algumas culturas, a mulher ainda é associada negativamente à magia e ao ocultismo, porém isso nem sempre é considerado uma característica negativa, pelo contrário, em determinadas culturas é uma qualidade apreciada socialmente. No entanto, até a expressividade religiosa feminina também está sujeita às leis e o consentimento masculino. Transgredir essas normas é colocar-se à margem do sistema religioso, que na maioria das vezes associa qualquer transgressão do comportamento feminino ao pecado e, portanto, à condenação divina e da comunidade.

Todavia, uma vez que a expressão de um culto religioso voltado para a divindade feminina seja aceita pelos homens de determinada comunidade, as vivências dessas práticas religiosas serão associadas à natureza divina feminina, passando a ser aceitas e estimuladas pelas leis patriarcais. Portanto, a associação positiva de práticas religiosas associadas ao feminino dependerá das crenças que são aceitas e norteiam a sociedade, visto que a liberdade para expressar uma crença ou discordar da convicção da maioria é uma forma de exercer o poder e, por isso, pode abalar as bases do sistema patriarcal:

A mulher é votada à magia. [...] Nas sociedades em que o homem adora esses mistérios, a mulher é, por causa dessas virtudes, associada ao culto e venerada como sacerdotisa; mas quando ele luta para fazer a sociedade triunfar sobre a natureza, a razão sobre a vida, a vontade sobre o dado inerte, então a mulher é encarada como feiticeira. (BEAUVOIR, 2009, p. 237).

A religião é uma poderosa ferramenta para padronizar os comportamentos, pois se utiliza da ideia de um discurso que universaliza as ações, alegando que sua palavra

seria proveniente da vontade de um criador. Dessa forma, quebrar essas regras seria como impor-se contra uma vontade que está acima dos homens. E é por meio desses textos que os papéis sociais vão sendo naturalizados, sendo muito marcante para a mulher a imagem da mãe, associando a ideia de servidão e de sofrimento como algo bom. Ela é “dada” ao homem em matrimônio, cumprindo seu “destino divino”, deve crescer e multiplicar-se, parindo em meio a dores. Em virtude disso, espera-se que elas sejam submissas e obedientes, com a promessa para aquelas que seguirem as regras de entrarem em um paraíso, e restando para as que desobedecerem a condenação social e divina, a permanência eterna no inferno:

Se se recusa a Maria o caráter de esposa é para lhe exaltar mais puramente a Mulher-Mãe. Mas é somente aceitando o papel subordinado que lhe é designado que será glorificada. “Eu sou a serva do Senhor.” Pela primeira vez na história da humanidade, a mãe ajoelha-se diante do filho; reconhece livremente a própria inferioridade. É a suprema vitória masculina que se consuma no culto de Maria: é a reabilitação da mulher pela realização de sua derrota. (BEAUVOIR, 2009, p. 246).

Também é muito importante observar os vínculos que são estabelecidos pelo convívio familiar e social, visto que a qualificação e a determinação de espaços ditos femininos e masculinos estão sujeitos à organização de um ideal social, resultado das relações de poder estabelecidas por órgãos reguladores como a igreja, a ciência – a biologia, a medicina – e a legislação, por exemplo. Enfim, essas instituições irão regular e determinar o pensamento social, definindo os comportamentos como saudáveis ou não e até como legais ou não. Dessa forma, regularão também os espaços destinados às mulheres e o comportamento que se espera de cada indivíduo. Com isso, um dos meios de ruptura da dominação patriarcal e apenas o caminho inicial para as mulheres seria a entrada delas no mercado de trabalho. Tanto Beauvoir quanto Woolf falam da necessidade das mulheres de expandirem seus horizontes, saindo da esfera privada e participando mais ativamente dos espaços públicos, do trabalho e da aquisição de condições financeiras, de forma a subsistirem sem que estejam dependentes economicamente dos homens. A entrada feminina nos espaços que antes eram apenas masculinos possibilita a luta e defesa pelos direitos femininos. É um reconhecimento, mesmo que inicialmente forçado, de que as mulheres também têm voz, desejos além dos homens e capacidade para decidirem sobre suas vidas:

[...] A igualdade só se poderá estabelecer quando os dois sexos tiverem direitos juridicamente iguais, mas essa libertação exige a entrada de todo sexo feminino na atividade pública. [...] O problema da mulher reduz-se a sua capacidade de trabalho. (BEAUVOIR, 2009, p. 89).

O filósofo Michel Foucault (1926-1984), no seu livro *História da sexualidade I* (2015), vai tratar das relações de poder, dos órgãos reguladores do comportamento e, por conseguinte, dos espaços de dominação e sujeição, desenvolvendo um dos conceitos basilares de sua obra: o biopoder, a partir do qual o controle dos corpos se dá por meio de discursos biológicos e científicos que são admitidos como base de verdade para analisar e determinar os comportamentos. Essa obra mostra através de uma leitura histórica que, ao contrário do que pensamos, o discurso social assumido como verdadeiro não reprimiu a sexualidade, mas sim a incentivou a se manifestar e a se confessar pelas instituições – que são desde a família, a igreja até a medicina e a psiquiatria – que são reguladoras dos comportamentos. A vontade de saber sobre a sexualidade seria o principal meio de controle dos indivíduos e das populações. Nessa obra, Foucault relaciona o poder e o saber para analisar os dispositivos de controle e sujeição que irão disciplinar os comportamentos.

É importante refletir que a sexualidade deve exercer nos sujeitos uma função produtiva, de maneira que sustente as relações pré-estabelecidas socialmente e que as afirme enquanto condutas corretas que devem ser repassadas e perpetuadas, garantindo que aqueles que dominam permaneçam em seus espaços de poder. Para isso é preciso regular a sexualidade, tanto definindo sua função reprodutora quanto delimitando o comportamento dos sujeitos em função de seu sexo biológico. Logo, os órgãos reguladores desses comportamentos se utilizarão de discursos científicos para justificar a posição dos sujeitos e seus deveres e direitos, de acordo com seus corpos.

O corpo, enquanto matéria individual, assume para a sociedade uma função representativa do coletivo, e por isso nos deparamos com discursos que visam determinar os comportamentos em função de questões políticas e econômicas. Nesses discursos o corpo é uma ferramenta de trabalho e servidão, mas sem que essa condição seja revelada, pois é preciso que os sujeitos acreditem que são livres. A fiscalização desses comportamentos se infiltra por meio de discursos que irão naturalizar certas práticas e marginalizar outras, definindo, por exemplo, questões como qual seria o papel social das mulheres e dos homens, e a ideia de que a mulher nasceu para ser mãe será relacionada por questões biológicas, em função do útero.

A religião também se utilizará desse mesmo argumento biológico para incitar nas mulheres sua “natureza materna” proveniente da “criação divina”, associando o discurso científico da biologia a textos ditos sagrados, justificando a situação de submissão da mulher em relação ao homem, visto que a principal função da fêmea seria gerar herdeiros. Todo esse discurso tem a função de fiscalizar os comportamentos e, segundo Foucault, suscita o prazer e o poder:

O exame médico, a investigação psiquiátrica, o relatório pedagógico e os controles familiares podem, muito bem, ter como objetivo global e aparente dizer *não* a todas as sexualidades errantes ou improdutivas, mas, na realidade, funcionam como mecanismos de dupla incitação: prazer e poder. Prazer em exercer um poder que questiona, fiscaliza, espreita, espia, investiga, apalpa, revela; e, por outro lado, prazer que se abrasa por ter de escapar a esse poder, fugir-lhe, enganá-lo ou travesti-lo. Poder que se deixa invadir pelo prazer que persegue e, diante dele, poder que se afirma no prazer de mostrar-se, de escandalizar ou de resistir. (FOUCAULT, 2015, p. 50).

Foucault (2015, p. 54) reflete sobre uma economia política que agiria sobre as populações, desenvolvendo conhecimento sobre o sexo a partir de observações. É a partir dessas análises que as condutas sexuais serão delimitadas de acordo com a economia e a política, ou seja, esse controle se dará pelo biopoder. Se refletirmos sobre esse processo, entenderemos que os indivíduos têm sua importância na economia, pois constituem a mão-de-obra a ser utilizada pelo sistema. E o biopoder (2015, p. 49-50) entra nesse espaço como parte importante da organização social que irá administrar os corpos, atuando no plano biológico e permeando-os por meio de dispositivos disciplinares encarregados de tornar o corpo humano funcional e produtivo, e através de práticas estatais se buscam exercer o controle e o poder sobre os indivíduos.

Primeiramente é importante dizer que, para Foucault, o poder não está localizado em uma instituição específica. Ele é flutuante, pois não está em algo que se estabelece pura e simplesmente por contratos, leis ou regras políticas e sociais: o poder seria mais que isso. Segundo Foucault (2015, p. 102-103), o que podemos observar é a manifestação do poder por meio das relações, pois ele se estabeleceria em vários espaços, sob diversas circunstâncias, estando em toda parte. E, ao mesmo tempo que os sujeitos são o efeito do poder, eles também são o centro de sua transmissão.¹ Ou seja, o

¹Territórios de Filosofia. Como se exerce o poder? – Michel Foucault. Disponível em: <https://territoriosdefilosofia.wordpress.com/2015/12/05/como-se-exerce-o-poder-michel-foucault/> Acesso em: 12 de junho de 2018.

poder está em constante circulação e só se exerce por meio da rede de relações, não sendo possível defini-lo como pertencente a um único grupo, lugar ou situação específicos. (FOUCAULT, 2015, p. 104-105).

Logo, Foucault vai discutir sobre as relações de poder, mais especificamente sobre a questão da disciplina, onde se pode observar mais facilmente a manifestação dos discursos de poder. A ideia de disciplinar traz consigo mecanismos punitivos para controlar o comportamento, determinando, por exemplo, quem manda e quem obedece e, a partir daí, todas as outras relações sociais são estabelecidas por meio de uma ideia de organização social. Foucault (2015, p. 27-29) diz que a disciplina irá submeter os corpos às suas utilidades, visto que são maleáveis e moldáveis, e para disciplinar esses corpos os discursos têm grande importância nesse processo.

Além disso, não se pode definir o sistema como algo exterior aos indivíduos, pois assim como o poder, ele permeia todos os espaços e relações. Foucault (2015, p. 115) vai abordar os diversos sistemas estabelecidos no interior das instituições, mais ainda sobre a circularidade do poder diante dos mecanismos disciplinadores. Ou seja, o sistema faz uso do poder de forma que operam em conjunto, disciplinando os corpos em uma rede de relações. Essas relações estão presentes por toda a sociedade e, ao mesmo tempo, estão submetidas a questões históricas e, por isso, estão em constante transformação. A premissa foucaultiana de que o poder permeia todos os espaços e relações é a base para o estudo das relações de gênero. É partindo dessa perspectiva que os estudos de gênero se desenvolveram.

Segundo Foucault (2015, p. 82-83) vivemos em uma sociedade que produz discursos tidos como verdadeiros, que irão resultar na formação de poderes e saberes específicos, com o objetivo de controlar os comportamentos – ou seja, os corpos – e, portanto, a sexualidade, visto ser uma das formas de expressividade dos corpos. Ao falar sobre a sexualidade, Foucault (2015, p. 72-76) se preocupa em analisar o que acontece no ocidente, que produz “discursos de verdade” – produzidos pela ciência, pela medicina, pela psiquiatria – sobre as práticas sexuais, assim como as formas de repressão, visto que tais discursos vão afirmar que certas condutas sexuais são legítimas, enquanto que outras não. É por meio dessa ciência da sexualidade que as essas práticas e os indivíduos serão classificados, definindo a normatividade acerca das condutas dos corpos, estabelecendo o que pode ser classificado dentro dessa normalidade e o que deve ser combatido – por ser considerado uma anomalia –, pois a sexualidade seria um dispositivo histórico de controle das populações.

Nesse sentido, a sexualidade (FOUCAULT, 2015, p. 40-41) é um comportamento corporal e por isso deve ser disciplinada, controlada, vigiada e até passível de punição, pois está sujeita a administração do estado, visto que o sexo precisa ser gerido devido à sua utilidade social, referente às questões de natalidade e fecundidade. Sendo assim, é preciso delimitar quais práticas sexuais serão aceitas, pois o sexo passa a ser uma questão política. Ele precisa ser regulado e dominado pelo discurso, que irá falar sobre o casamento, as práticas sexuais aceitáveis, assim como as práticas que serão rechaçadas (2015, p.42-43). Assim, identificamos os discursos de regulação acerca do modelo e dos comportamentos femininos, os quais se baseiam, em grande parte, no seu “destino” biológico, de que já tratou Beauvoir, e também pautados em discursos religiosos, que operam como discursos de verdade.

Ainda segundo Foucault (2015, p. 100-101), os sujeitos também constituem a base de todo poder institucional, e sobre seus corpos delimitam-se ações, comportamentos, direitos e deveres, com a finalidade de organizar a sociedade. Mas mais do que administrar os corpos, a economia política garante a distribuição desses sujeitos em classes sociais, e é ela que determina a uns a tarefa de servir e a outros o direito de administrar. Uma relação de poder que se estabelece por meio da dependência, na qual os servidores têm sua força de trabalho reduzida a uma mercadoria. Em um primeiro momento pode parecer que apenas os administradores dessa mão-de-obra têm liberdade dentro desse sistema, no entanto, essa liberdade é delimitada pela relação de dependência para com aqueles que os servem. É por meio dessa relação de dependência que o sistema regula as práticas sociais e culturais:

Através da economia política da população forma-se toda uma teia de observações sobre o sexo. Surge a análise das condutas sexuais, de suas determinações e efeitos, nos limites entre o biológico e o econômico. [...] tentam fazer do comportamento sexual dos casais uma conduta econômica e política deliberada. (FOUCAULT, 2015, p. 29-30).

Dentre as questões reguladoras dos comportamentos em meio a sociedade, a sexualidade serve de base para justificar posições sociais e desigualdades, pois sobre os corpos são colocadas as mais diversas observações sexuais para se justificar as ações sociais. A biologia e a medicina, por exemplo, tratam dos corpos do macho e da fêmea, salientando que o macho tem mais resistência física, mais força muscular e a fêmea seria mais frágil, com um corpo dotado de um útero para gerar filhos. Por meio desse

discurso se justificará a entrada do homem nos espaços públicos para o trabalho e a permanência da mulher no espaço privado, onde pode cuidar da casa e dos filhos, exercendo sua função biológica da maternidade.

A psiquiatria e até a religião também se utilizarão desse discurso para justificar as posições que cada sexo deve ocupar socialmente. A religião, por exemplo, parte do discurso básico da ciência para afirmar que a criação divina determinou que o homem e a mulher deveriam crescer e se multiplicar e, a partir daí, delimitar os espaços femininos, suas funções e sua relação com os homens. Todos esses discursos têm por iniciativa regular a sexualidade, e poderíamos nos questionar sobre a finalidade de tal regulamento. Também não podemos esquecer que Foucault nos fala que os corpos sociais são dotados de poder e, sendo assim, é preciso regular seus prazeres e práticas sexuais. Essa regulação se faz pela delimitação da rede de saberes e poderes, o que permite que se reforce o controle sobre as ações e, ao mesmo tempo, se gere mais resistência, pois segundo Foucault, o poder é repressivo, não podendo nada contra o sexo e os prazeres a não ser dizer-lhes não, restringindo suas práticas e instituindo comportamentos:

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder. (FOUCAULT, 2015, p. 115).

Além disso, outro fator que deve ser discutido é a questão da identidade como feminina ou masculina, essa tentativa social de fixar a personalidade em macho ou fêmea – de acordo com o sexo biológico – e de normatizá-la por meio de práticas e comportamentos que confirmarão essa identidade. A filósofa e escritora Judith Butler (1956-), no seu livro *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (2016), obra que discute a pluralidade das identidades e a necessidade de subversão da identidade feminina, vai questionar a dimensão natural das diferenças anatômicas entre os sexos, problematizando a oposição binária entre sexo e gênero, se opondo ao estruturalismo. Para Butler, sexo é uma categoria social e cultural; e gênero é uma categoria performativa. Ela desconstrói a ideia de que o sexo biológico determina o gênero e a prática sexual o desejo e a performatividade, pois segundo ela, o gênero é

uma categoria de análise histórica, definida por questões políticas e culturais, mas que em realidade não é universal, nem pode ser fixada. Portanto, o gênero produziria uma falsa noção de estabilidade da matriz heterossexual, levando à manutenção da ordem compulsória pela repetição dos atos no espaço cultural e, por isso, seria um ato inconsciente, que leva a repetição performativa de comportamentos culturais, sendo estes intencionais e performativos:

Se os atributos e atos do gênero, as várias maneiras como o corpo mostra ou produz sua significação cultural, são *performativos*, então não há identidade preexistente pela qual um ato ou atributo possa ser medido; não haveria atos de gênero verdadeiros ou falsos, reais ou distorcidos, e a postulação de uma identidade de gênero verdadeira se revelaria uma ficção reguladora. O fato de a realidade do gênero ser criada mediante *performances* sociais contínuas significa que as próprias noções de sexo essencial e de masculinidade ou feminilidade verdadeiras ou permanentes também são constituídas, como parte da estratégia que oculta o caráter *performativo* do gênero e as possibilidades *performativas* de proliferação das configurações de gênero fora das estruturas restritivas da dominação masculina e da heterossexualidade compulsória. (BUTLER, 2016, p. 243-244, grifo da autora).

Se pensarmos que o modo de se relacionar entre os sujeitos passa primeiramente pelas noções performativas de comportamento, então podemos observar um padrão de comportamento que é esperado para homens e mulheres. Partindo disso, temos também que refletir sobre a importância social que é dada a tudo que for relativo ao comportamento da fêmea em relação ao comportamento do macho, pois é comum qualificar pejorativamente o comportamento feminino, associando-o a tudo que é frágil, corruptível e incapaz.

No entanto, não é possível “encaixotar” as representações de gênero, fixando-as. Logo, as identidades de gênero devem ser pensadas em suas pluralidades e não singularmente. Com isso, Butler questiona o modo que se pode definir o ser homem e o ser mulher, trazendo para o meio social a biologia. Ela irá discutir a ordem compulsória da sexualidade, que exige a coerência entre sexo, gênero e desejo como sendo, obrigatoriamente, heterossexuais. Assim, Butler discorre sobre a necessidade de se subverter essa ordem compulsória.

[...] por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: conseqüentemente, não é nem o resultado casual do sexo nem potencialmente contestada pela distinção

que abre espaço ao gênero como interpretação múltipla do sexo. (BUTLER, 2016, p. 26).

Butler (2016, p. 28-31) vai argumentar que o sexo se mostra diante de nós sob a peneira do gênero, estando associado e submetido a ele, carregando uma gama de significados que serão incorporados e materializados nos corpos. No entanto, ela afirma que o gênero tem um caráter maleável, e que mesmo assim ele será colocado sob a perspectiva normativa que irá organizá-lo de maneira binária – macho/fêmea – segundo o princípio da heterossexualidade. É a partir da heterossexualidade normativa que se estabelecerá as diferenças entre homens e mulheres, como se essa matriz fosse estável e passível para determinar o gênero. Com base nessa prerrogativa, se estabelece a ideia de que sexo biológico, gênero e desejo estarão direcionados para pessoas pertencentes ao sexo oposto, não se admitindo oscilações nessa equação.

Logo, as mesmas regras sociais que irão estabelecer que a prática sexual, o desejo e o gênero estarão de acordo com o sexo biológico da pessoa, vão também proibir as alterações nesse padrão. Diante disso, a filósofa (2016, p. 43-45) vai questionar esses argumentos sobre a heterossexualidade, sobre a ideia de sexo e gênero estarem indissociáveis. Ela traz a reflexão (2016, p. 25-28) sobre a ideia de definir o que é natural no sexo por meio do discurso, que é um dispositivo de controle dos sexos, que se diz politicamente neutro e assume a postura de verdade absoluta sobre os corpos, mas em realidade não o é:

[...] o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura. [...] está claro que colocar a dualidade do sexo num domínio pré-discursivo é uma das maneiras pelas quais a estabilidade interna e a estrutura binária do sexo são eficazmente asseguradas. Essa produção do sexo como pré-discursivo deve ser compreendida como efeito do aparato de construção cultural que designamos por gênero. (BUTLER, 2016, p. 27-28).

Como a representação da mulher é uma construção social permeada por uma ideologia de gênero patriarcal, é preciso lançar mão do conhecimento dos estudos sobre gênero da antropóloga e professora Marcela Lagarde (1948 -), que se dedicou à pesquisa antropológica da condição feminina. Ela embasa seus estudos na ideologia de igualdade de direitos e condições entre homens e mulheres, visando ter uma sociedade

com igualdade de gênero. Para isso, Lagarde leva em conta os diferentes aspectos que irão relacionar homens e mulheres, mas tendo o gênero como ponto de partida para sua análise.

Em seu livro *Los cautiverios de las mujeres* (2005), Lagarde vai discorrer sobre uma antropologia da mulher, sob uma perspectiva na qual as mulheres sejam as protagonistas da história e da cultura, considerando, é claro, as diferenças entre elas. Mas ainda assim parte da ideia de que é possível observar e explicar a situação social, cultural e histórica da mulher, com base nesses estudos antropológicos, a fim de erradicar a situação de opressão vivida por elas. No entanto, também deixa claro que esse modelo antropológico a que ela se dedica não está fechado. Ele é uma perspectiva filosófica que incorpora outros conhecimentos e que, por isso, é passível de alterações:

En mi opinión, sí hay algo nuevo en la antropología de la mujer: la propuesta de que la antropología se ocupe de las mujeres como sujetos protagónicos de la historia, de la cultura; de que las mujeres, en su diferencia, puedan observarse, explicarse y tal vez interpretarse a partir de enfoques antropológicos y desde perspectivas que contribuyan a erradicar su opresión.

Lejos de conformar un cuerpo de leyes y un modelo cerrado y acabado, la antropología de la mujer es una perspectiva filosófica que ha de incorporar conocimientos de la economía, la biología, la antropología, la sociología, el psicoanálisis y cualesquiera otras disciplinas. (LAGARDE, 2005, p. 60).

Dentre as tantas reflexões que Lagarde (2005, p. 59-62) traz em sua obra, ela aborda sobre as diferenças em função do gênero, em aspectos relativos à vida dos seres humanos e como a mulher se insere nos espaços, visto que ela também é um sujeito histórico e produtor de conhecimento. Por isso, argumenta sobre a necessidade desse estudo antropológico da mulher. Segundo Lagarde (2005, p. 62-64), a história da mulher tem sido uma história de submissões, na qual o gênero feminino se vê pertencente a alguém, e por isso é importante entender a condição feminina nos espaços, a cultura em que ela é inserida, a forma como ela é ensinada a se ver diante do mundo. Esses são aspectos genéricos, mas é claro que a autora também vai discutir sobre a importância de se entender que há várias formas de ser mulher, pois a padronização de determinados aspectos tão comuns na vida delas não diminui a importância de suas singularidades.

A autora (2005, p. 363-366) afirma que toda mulher nasce cativa da imagem da mãe e esposa, pois desde cedo é submetida a essa figura como um ideal de feminilidade:

“Todas las mujeres por el solo hecho de serlo son madres y esposas. Desde el nacimiento y aun antes, las mujeres forman parte de una historia que las conforma como madres y esposas.” (Lagarde, 2005, p. 363). Além disso, vai refletir sobre as incumbências atribuídas ao corpo feminino, que corriqueiramente é visto sob uma perspectiva sexual e de propriedade de alguém, pois o corpo feminino é associado à ideia de servidão, seja no sentido de doar-se ou, ainda, com a própria ideia de desempenhar a função de procriar. Sendo assim, Lagarde (2005, p. 62-66) pondera sobre a importância de entender até que ponto a história influencia no destino feminino, e as possibilidades que as mulheres têm de refletir a partir dessa história apropriando-se dela, contestando certas ideologias que foram interiorizadas como naturais:

La historia de la mujer como género, ha sido hasta ahora la de un ser-de-los-otros.

Los conocimientos desarrollados por la antropología de la mujer pueden incidir no sólo en la interpretación de la condición de la mujer y de la cultura: contribuyen, sobre todo, a la construcción de la identidad genérica al develar lo común, lo compartido por todas las mujeres, y las diferentes formas de ser mujer. Con la antropología de la mujer se busca evidenciar cuán históricos son el destino y las posibilidades que las mujeres tienen de apropiarse de la historia con la crítica y la desestructuración de la ideología de la naturaleza que han interiorizado. (LAGARDE, 2005, p. 64).

A questão da opressão de gênero está na centralidade desse estudo que vai tratar sobre as condições históricas e de hegemonia patriarcal nas quais as mulheres estão submetidas. Essas condições se configuram a partir de um conjunto de ações opressivas, as quais irão garantir a subordinação feminina, assim como a perpetuação de discursos que vão inferiorizar a mulher em relação ao homem, mantendo-a dependente dele nos mais diversos espaços. A sexualidade feminina também entra nesse processo, sendo julgada e classificada. De maneira geral, todas as atividades e relações das mulheres nos espaços sociais e familiares serão controladas, sendo elas educadas e moldadas segundo a vontade patriarcal, formando assim delimitações do espaço feminino, reduzindo a vida das mulheres em espaços opressores que serão seus cativerios. Esses cativerios têm suas normas e estão inseridos de acordo com a cultura vigente:

En otras palabras, la felicidad femenina se construye sobre la base de la realización personal del cautiverio que, como expresión de feminidad, se asigna a cada mujer. De ahí que, más allá de su conciencia, de su valoración y de su afectividad, y en ocasiones en

contradicción con ellas, todas las mujeres están cautivas por el solo hecho de ser mujeres en el mundo patriarcal.

[...] El cautiverio define políticamente las mujeres, se concreta en la relación específica de las mujeres con el poder, y se caracteriza por la privación de la libertad, por la opresión.

Las mujeres están cautivas porque han sido privadas de autonomía vital, de independencia para vivir, del gobierno sobre sí mismas, de la posibilidad de escoger y de la capacidad de decidir sobre los hechos fundamentales de sus vidas y del mundo. (LAGARDE, 2005, p. 36-37).

Ao abordar sobre o patriarcado, Lagarde afirma que seu domínio não é exclusivamente referente às mulheres, visto que os homens também irão dominar outros homens de acordo com seus interesses. É claro que a mulher sofre uma maior ação desse poder patriarcal, pois ela é inferiorizada e discriminada devido ao seu sexo biológico, o que a coloca em uma posição de desvantagem em relação aos homens. Porém, isso não é exclusivo das mulheres, pois a opressão patriarcal se dá em várias situações independente do gênero, afetando ambos os sexos:

El patriarcado es uno de los espacios históricos del poder masculino que encuentra su asiento en las más diversas formaciones sociales y se conforma por varios ejes de relaciones sociales y contenidos culturales. [...] El poder patriarcal no se limita a la opresión de las mujeres ya que se deriva también de las relaciones de dependencia desigual de otros sujetos sociales sometidos al poder patriarcal. (LAGARDE, 2005, p. 91).

Em sua teoria a autora afirma que a opressão das mulheres se dá por meio de várias ações articuladas que irão afirmar no meio social, por meio das relações entre os sujeitos, a inferioridade da mulher em relação ao homem. Sempre partindo dessa comparação e da ideia de que tudo que for referente ao universo feminino estaria abaixo do masculino e, por isso, é passível de ser controlado pelo homem. Além disso, esse discurso de inferiorização da mulher vai passar por diversos espaços sociais, até ser interiorizado e entendido como verdadeiro, ou seja, o homem então passa a ser o ponto de referência social, e a mulher é vista em relação a ele e a partir dele, o que podemos relacionar ao “Outro” de Beauvoir (2009, p. 352):

La opresión de las mujeres se define por un conjunto articulado de características enmarcadas en la situación de subordinación, dependencia vital y discriminación de las mujeres en sus relaciones con los hombres, en el conjunto de la sociedad y en el Estado. La opresión de las mujeres se sintetiza en su inferiorización frente al

hombre constituido en paradigma social y cultural de la humanidad. (LAGARDE, 2005, p. 97).

Outra questão importante que a autora traz (2005, p. 97-101) como ponto de reflexão sobre a opressão da mulher diz respeito a assuntos práticos da vida, como a desigualdade econômica, política, social e cultural em que as mulheres são submetidas, visto que as posições de poder que a mulher ocupa na sociedade ainda são bem esparsas se comparadas ao homens. Um exemplo disso é a pouca representatividade política da mulher em lugares de maior poder ou, ainda, a baixa remuneração feminina, que mesmo desenvolvendo as mesmas tarefas que os homens muitas vezes ganham menos que eles.

Lagarde (2005, p. 102-107) ainda vai discorrer que algumas mulheres trabalhadoras são submetidas a um processo de dupla opressão, pois estão subordinadas simultaneamente aos homens e ao conjunto social, que garante que elas permaneçam em uma relação de dependência e discriminação social como, por exemplo, as mulheres que trabalham na agricultura e em atividades domésticas. De maneira geral, a autora (2005, p. 16-18) defende a ideia de que a opressão é o cativeiro das mulheres e muito embora as elas tenham conquistado direitos, avançado em espaços sociais e obtido um ganho de liberdade, ainda assim isso é relativo, pois continua sendo uma liberdade vigiada, como se cedida pelo patriarcado. As relações e práticas do cotidiano revelam que elas ainda estão submetidas às leis dos homens e evidenciam veladamente que os cativeiros femininos ainda se fazem presentes no modo de vida social das mulheres, visto que é comum associar a imagem de feminilidade aos conceitos que as levaram à dependência, submissão e servidão aos homens e a família, como se esse fosse o destino natural de toda fêmea.

Conformadas como parte de los otros, las mujeres buscan ligarse a algo en fusión perpetua. De esta manera el impulso que mueve a la existencia y que da sentido a la vida de las mujeres es la realización de la dependencia: establecer vínculos con los otros, lograr su reconocimiento y simbiotizarnos. Estos procesos confluyen en una enorme ganancia patriarcal: la sociedad dispone de las mujeres cautivas para adorar y cuidar a *los otros*, trabajar invisiblemente, purificar y reiterar el mundo, y para que lo hagan de manera compulsiva: por deseo propio. (LAGARDE, 2005, p. 17, grifo da autora).

Nessa obra, Lagarde (2005, p. 170-175) aborda sobre a opressão sofrida pelas mães, esposas, freiras, filhas, prostitutas, presas e loucas, fazendo referência aos

estereótipos sociais e culturais que sintetizam as normas de gênero da relação entre sexualidade e poder, as quais fundamentam a dimensão patriarcal que as mulheres estão submetidas. Esses estereótipos constituem os cativeiros em que as mulheres sobrevivem, submetidas a diversas concepções e modelos femininos preestabelecidos. A autora também considera a importância do lugar em que se nasce, questões de grande impacto como as possibilidades financeiras, o tipo de educação que se recebe, seja ela religiosa ou não, e o espaço em que se desenvolvem as relações:

Nacer mujer implica un futuro prefijado, y nacer en una clase específica, en el mundo agrario o en el urbano, en una tradición religiosa determinada y vivir en un mundo analfabeto o letrado, tiene un paso enorme en la definición de las vidas de las mujeres. Pero es el análisis de la particular forma de entrelazamiento de estas y otras determinaciones históricas y lo que cada mujer logra hacer con su bagaje vital, lo que permite anticipar o explicar qué sucede para que una mujer sea monja o loca, o monja loca, por ejemplo. (LAGARDE, 2005, p. 51).

A partir de seus estudos, Lagarde (2005, p. 173-174) define como cinco as categorias de cativos femininos, sendo elas: as Madresposas, a figura da mãe e da esposa, dependente dos outros e que está à disposição dos outros, vive para servir e serve por amor; as Monjas, figura das freiras e beatas, cativas da religião e dos conventos; as Putas, ou prostitutas, cativas do bordel onde a sexualidade é explorada para o prazer dos outros; as Presas, que de certa forma representam a prisão genérica de todas, mas também aquelas que foram privadas de liberdade pelas instituições de poder com objetivos educativos; e por fim as Loucas, também submetidas ao controle das instituições, como os manicômios, associadas à ideia de que a loucura é o resultado de suas feminilidades e sexualidades descontroladas e exorbitantes.

Dada todas as questões que a obra de Lagarde traz, faz-se necessário salientar a diferença quanto ao nível de aprisionamento de cada mulher, assim como as particularidades de cada tipo de cativo, ou seja, embora as mulheres compartilhem a condição de opressão e aprisionamento pelo sistema, isso não as torna todas iguais, visto que estão submetidas a sistemas históricos, culturais e sociais diferentes.

Desta maneira, para falar sobre as representações femininas na escrita de Eliane Brum, assim como as questões referentes à submissão e à subversão dessas personagens femininas, é preciso pensar em alguns aspectos referentes às relações que elas têm no meio social e familiar. As duas obras de Brum que aqui serão tratadas representam

histórias comuns do cotidiano feminino. Embora sejam obras ficcionais, elas narram o que há de comum na história de muitas mulheres, como as idealizações de maternidade e casamento, a violência em que são submetidas em suas relações e o sentimento de culpa sempre presente como uma forma de garantir subserviência feminina. Esses são pontos importantes, os quais o referencial teórico aqui escolhido servirá de base para discutir esses tópicos.

Para discutir sobre as questões acerca dos papéis e representações femininas em ambas as obras de Brum, é necessário partir da reflexão sobre os processos históricos nos quais as mulheres estão imersas, ou seja, é preciso pensar sobre a história da mulher nos mais diversos espaços e, principalmente, sobre pontos específicos como o acesso delas à educação, assim como o tipo de educação que lhes era ofertada. Tudo isso para pensar sobre a prática da escrita feminina, a partir da qual algumas poucas mulheres terão a possibilidade de falar sobre seus espaços, partindo de suas vivências.

Autoras como Zanini, Telles e Woolf vão discorrer sobre a importância do acesso à educação para as mulheres, para que elas pudessem começar a escrever e a contar suas histórias, o primeiro passo na busca por mais direitos e igualdade. As mulheres precisavam aprender para poder lutar por condições melhores de vida, pois só assim teriam a possibilidade de se fazerem ouvir. Já Perrot traz um apanhado histórico sobre a condição de vida das mulheres, tratando de vários aspectos referentes à mulher nos espaços sociais e familiares, questionando a relação entre os sexos e lembrando que a condição feminina é de luta e resistência. Todas essas autoras irão suscitar a reflexão sobre as relações cotidianas das mulheres e o fato de serem silenciadas, assim como acontece com as personagens de Brum, silenciadas na convivência familiar, muitas vezes ocultando suas histórias e seus desejos.

Mas diante disso faz-se necessário, sobretudo, pensar sobre a cultura da mulher sob uma perspectiva feminina para entender o que a diferencia da cultura masculina. Para isso, parte-se de uma crítica literária – Elaine Showalter – que tem como foco a produção feminina a partir da cultura da mulher, e de teorias com base em uma análise histórica, social e cultural, com autores como Beauvoir, Foucault, Butler e Lagarde. Estes teóricos vão acrescentar questões importantes para a reflexão sobre os espaços e as interações entre homens e mulheres, sobre as relações de poder no meio social e familiar, sobre diferentes aspectos da organização das interações cotidianas e de como os discursos se inserem nesses lugares e controlam os comportamentos e os pensamentos, além de questionarem as idealizações de masculinidade e feminilidades.

Enfim, todo o controle que se tem sobre os corpos, através dos discursos científicos e das instituições. Todos esses autores fornecem base argumentativa para se pensar sobre as relações vividas pelas personagens nas obras de Brum e de como são controladas pelo patriarcado.

Ou seja, as teorias aqui apresentadas fornecem a base necessária para a pesquisa sobre como as personagens femininas nas obras *Meus desacontecimentos* e *Uma duas* de Eliane Brum são inseridas nos espaços sociais e familiares, demonstrando de que forma são reguladas pelas relações familiares e sociais. Além disso, a partir da análise dessas narrativas e da leitura das obras teóricas citadas, se discutirá, nos próximos capítulos, a forma como essas as mulheres são vistas pelo meio social, refletindo acerca das relações de poder e de dominação de gênero, além da construção cultural e social desses papéis femininos.

2 AS REPRESENTAÇÕES FEMININAS NA ESCRITA DE ELIANE BRUM

O presente capítulo abordará sobre especificamente sobre ambas as obras de Eliane Brum, *Uma duas* (2011) e *Meus desacontecimentos* (2014), apontando especificamente o enredo e desenvolvimento de ambas as obras, assim como os personagens e suas relações. Com isso, focalizará nas construções da identidade feminina em ambas as obras.

Para o desenvolvimento das análises, a partir deste capítulo, é necessário esclarecer que o presente não pretende se inserir na discussão do conceito de identidade, e, portanto, entenderá identidade a partir do conceito de Castells (1999):

A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que organizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão tempo/espço. (CASTELLS, 1999, p. 23)

E identidade de gênero a partir das acepções já vistas com os teóricos anteriormente e que pode ser entendida como:

A construção da identidade de Gênero vai se dando desde antes do nascimento de uma pessoa [...]. Desse modo, essas diferenças [menino e menina] propagadas por muitos e questionadas por poucos vão deixando marcas de feminilidade e masculinidade, na maioria das vezes, permanentes, em meninos e meninas. (GOMES, 2008, apud MUHLEN; STREY, 2015)

Isto é, partindo destas construções e representações identitárias, irá se analisar de que maneira as personagens femininas são representadas e apresentadas ao leitor, que estereótipos estão por trás destas construções e a que relações sociais e familiares cada estereótipo se associa. Mais especificamente serão utilizados os estudos de gênero desenvolvidos acerca da mulher e da sua construção e representação social.

2.1 Eliane Brum e a escrita das e sobre as mulheres

Nas obras *Uma duas e Meus desacontecimentos*, Eliane Brum narra histórias densas e intrincadas sobre a vida de mulheres comuns. São relatos auto ficcionais de fatos corriqueiros à realidade do universo feminino. A jornalista dá vida e fluidez em sua escrita ao tratar de temas delicados como a violência e os métodos de dominação social impostos às mulheres.

No romance *Uma duas*, publicado em 2011, Eliane aborda uma questão universal ao discutir sobre a relação entre uma mãe – a personagem Maria Lúcia – e sua filha – a personagem Laura. Essas duas mulheres são as principais personagens dessa obra, e a dificuldade que elas têm de comunicação, de dizer o que sentem e contarem suas histórias é o cerne da questão sobre um conjunto de experiências afetivas que irão influenciar a identidade delas. Outros personagens também se fazem presentes nessa obra, como o pai de Maria Lúcia, que ela diz ser um militar, um homem rígido, que tinha grande controle sobre a vida da filha e que a privava de toda e qualquer possibilidade de liberdade. Outro personagem masculino também narrado na obra é o pai de Laura, que Maria Lúcia apresenta sob a característica de ser um “ratinho cinzento”. Em nenhum momento da narrativa o nome desses homens é mencionado.

Laura, ao contrário de Maria Lúcia, tem uma visão positiva de seu pai. Entretanto, baseado no que Maria Lúcia conta sobre o início do relacionamento com esse homem, percebe-se que ao forçar esse “casamento”, ele assume o lugar que antes era do seu pai, a privando de liberdade e mantendo uma relação abusiva com ela. A relação de abuso vai começar na infância de Maria Lúcia com o pai, depois será com o “marido”, causando impacto posteriormente na relação dela com a filha. Essas histórias são silenciadas e entendidas como sujas, como algo vergonhoso e que deve ser escondido da sociedade.

Outros dois personagens aparecem nessa obra de forma mais singela, que é a amiga do centro espírita frequentado por Maria Lúcia, chamada de Alzira e “o homem do Harry Potter”, descrito por Laura, que ela conhece em uma livraria e passa a ideia de ser um homem maduro e centrado, uma figura que a ajuda a expressar o quanto a realidade que vive com sua mãe é dolorida.

Nessa obra a história é narrada a partir de dois narradores, que são Laura e Maria Lúcia. A narrativa inicia com Laura contando sua versão dos fatos, em que Maria Lúcia é descrita como uma mulher ruim e manipuladora. Em contraponto, num segundo

momento Maria Lúcia se insere nesse espaço de escrita, contando sua versão dos acontecimentos e mostrando que a história delas inicia bem antes do conhecimento de sua filha e que ela não era uma mulher tão ruim assim. Ou seja, a obra se desenvolve a partir de duas narrativas ficcionais em primeira pessoa. No meio do texto, por vezes, é possível observar a inserção de um narrador em terceira pessoa, que entra como um auxiliador que irá intervir nos pensamentos mais íntimos de Laura. Essa intervenção possibilita que o leitor entre em contato com as percepções dessa personagem diante dos fatos vividos e, como uma autoconsciência, ele permite que a subjetividade conflituosa seja extravasada, se fazendo mais presente no ápice desses conflitos, por vezes fazendo o papel de mediador ao explicitar o mundo interior da filha: **“Arruma suas coisas no quarto. [...] Tem uma porta de conexão com o quarto da mãe. Ela tranca a porta. E, quando volta a abrir, a mãe está em pé na sua frente. Sente-se criança de novo. Impotente diante do poder da mãe.”** (BRUM, 2011, p. 68, grifo da autora).

Os diálogos ficam em meio ao texto, muitas vezes fracionados e imersos aos pensamentos, a segmentação dessas vozes conduzindo o leitor pela teia do pensamento das personagens, evidenciando a miséria mental em que estão submetidos, ao mesmo tempo que também possibilita que o próprio interlocutor experimente a necessidade de verbalizar o que parece ser indizível.

Os espaços apresentados são os lugares onde essas duas personagens circulam: no caso de Maria Lúcia, o apartamento onde reside sozinha, pelo menos em um primeiro momento. No entanto, após receber um laudo médico dizendo que ela estava com câncer em fase terminal, sua filha volta a morar com ela, em uma convivência que as obriga a encarar suas histórias. Outro espaço significativo é o hospital, um lugar no qual ambas se esforçam para desempenhar seus papéis sociais de boa mãe e boa filha. Já Laura circula por espaços mais diversificados, como no trabalho, onde escreve textos para um jornal, mas que após saber da doença da mãe resolve deixar esse espaço para cuidar de Maria Lúcia, e também a biblioteca, o local onde faz amizade com “o homem do Harry Potter”.

A narrativa vai apresentar um tempo cronológico e um tempo psicológico. A história começa com a mãe de Laura que havia caído dentro de seu apartamento e, sem condições de pedir ajuda, ficou naquele espaço até a filha chegar para lhe socorrer. A partir desse episódio, a história se desenvolve com fatos pontuais, como a saída de Laura do trabalho, a volta dela para a casa da mãe, o laudo médico falando que Maria Lúcia estava na fase terminal de um câncer, até culminar na morte da mãe. Por outro

lado, as narrativas também trazem um tempo psicológico, que se dá por meio das memórias tanto de Laura quanto de Maria Lúcia, alternando entre os acontecimentos da atualidade em que estão vivendo e as reflexões sobre tudo o que já viveram.

A partir da leitura de *Uma duas*, podemos observar que as narrativas trazem a reflexão sobre determinados temas, como a rivalidade no relacionamento entre mãe e filha, o silenciamento de histórias que causam vergonha a essas mulheres, a dificuldade em desenvolver uma identidade individual que vá além das relações familiares. E a obrigatoriedade de desempenhar os papéis sociais de boa mãe e boa filha. Ademais, de trazer a ponderação sobre a escrita enquanto processo doloroso de reviver o passado e de deixar sua marca sobre o presente, além de ser uma solicitação sobre o direito por se fazer ouvir. E ainda trata sobre a fragilidade social da mulher que muitas vezes sofre abusos dentro dos espaços do lar, onde a reclusão é fortificada por discursos sociais moralizantes que irão controlar o comportamento feminino. Tudo isso também faz com que se desmistifique certas concepções românticas acerca da maternidade e do casamento.

Já na obra *Meus desacontecimentos*, publicada em 2014, a personagem protagonista, Eliane Brum, irá contar a história de suas vivências, dando destaque aos relacionamentos familiares e a importância que essas experiências tiveram na formação de sua identidade. Para isso, Eliane parte das histórias de sua infância trazendo como personagens sua mãe, que segundo ela, foi uma menina que queria ser menino; seu pai, uma figura de grande apoio para ela, pois sempre a estimulou que escrevesse, inclusive foi quem editou e organizou a publicação de seu primeiro livro quando ela ainda era criança; uma irmã que morreu antes de seu nascimento, que para ela era uma fotografia no cemitério; além de seus dois irmãos, que ela chama de “mano mais velho” e “mano mais novo”.

Eliane não menciona o nome desses familiares, mas dá nome a outros personagens como, por exemplo, ao falar de sua avó Teresinha, que não suportava seu nome de registro – Vitalina –, e por isso o trocou. Outros personagens que aparecem na narrativa são as tias de Eliane – a tia Cristina, tia Nair e tia Ivone – mulheres que têm grande influência sobre a forma como Eliane percebe o mundo ao seu redor, pois ao observar a vida delas, ela entende que aqueles lares, embora repletos do amor daquelas mulheres, também eram espaços de encarceramento, lugares nos quais elas eram obrigadas a servidão matrimonial e estavam presas em um sistema social que julgava que aquele era o único lugar predestinado as mulheres.

Além disso, Eliane também vai mencionar outras personagens como “a menina de rua”, que exemplifica o pior tipo de desigualdade que todo ser humano é submetido ao nascer, que é a desigualdade de origem por questões financeiras, e também pela forma como a violência afeta em certas ações e comportamentos. É uma personagem desprovida da proteção familiar que cedo tem sua sexualidade explorada por homens mais velhos. Eliane conta ainda sobre a personagem Lili, uma bibliotecária que deixava que ela entrasse nos espaços da biblioteca para ler o que quisesse sem que fosse preciso comprar os livros. Ela também menciona um índio que teria vindo a Ijuí arrecadar verba para o Parque Nacional do Xingu, que se chamava Pedemar: um homem que representava um mundo de contradições para Eliane, pois ele não encaixava nos espaços que ela conhecia.

Eliane é a personagem protagonista que narra suas histórias em primeira pessoa, em um tempo psicológico, sem uma ordem específica entre passado, presente e futuro, trazendo histórias que aconteceram antes mesmo de seu nascimento, lembrando as vivências de seus familiares. Os fatos lembrados, em sua maioria, acontecem na cidade de Ijuí, nos locais onde ela viveu na infância, e por isso o ambiente familiar é uma característica constante dessa narrativa autoficcional². É importante destacar que essa obra será tratada aqui como uma autoficção, sendo Eliane Brum uma personagem dessa narrativa, logo, quando se trata sobre os aspectos da história de Eliane, se está falando sobre a personagem e não sobre a autora.

A obra trata de temas como a importância das relações familiares como ponto de partida das primeiras interações sociais estabelecidas, relações essas que irão influenciar na forma como cada um desenvolve sua individualidade e subjetividade. Nesse caso, a família é a base e o ponto de partida para uma vida que não precisa, necessariamente, perpetuar ideias opressoras. Um exemplo dessa ruptura comportamental se vê na própria Eliane que se nega a seguir os moldes sociais de comportamento observados nas gerações de mulheres da sua família, que seguiam as mesmas regras de casamento, submissão e maternidade. Eliane, por outro lado, se nega a casar mesmo diante de uma gravidez, quebrando com a ideia de que é preciso dar uma satisfação social aos familiares e à comunidade de seu comportamento.

² Segundo Souza, “(...) não se deve esquecer que a escrita autoficcional guarda, paradoxalmente, uma face voltada para a ficção e outra para o testemunho de experiências que se nutrem do jogo enganoso e fiel da memória daquele que escreve.” (SOUZA, 2017, p. 113).

Logo, essa obra vai problematizar a ideia de obrigatoriedade em desempenhar os papéis sociais atribuídos as mulheres, assim como a obrigatoriedade da submissão feminina diante da família, do marido e das regras sociais impostas como verdades absolutas. Também vai tratar o tema da maternidade de uma forma realista, desmistificando o conceito romântico de algo subliminar e desprovido de sofrimento e angústias, pois Eliane conta que durante sua gravidez se sentia desconfortável em um corpo que sofria inúmeras transformações, ou seja, o período gestacional também era de angústias e medo. Além de problematizar sobre o casamento tradicional, contando a história de sua avó presa a um homem que havia lhe enganado sobre quem era, mas que por ter casado não poderia se separar dele. Ou ainda, quando fala das tias, como no caso da tia Cristina, presa em um casamento com um homem alcóolatra. Também fala sobre a fragilidade social feminina, como a história da “menina de rua” e até mesmo com os exemplos das mulheres de sua família, que sofriam em relacionamentos que as aprisionavam e as obrigavam a desempenhar papéis submissos, que exigiam delas a máxima doação de seus corpos a até de suas subjetividades, visto que seus desejos também eram reprimidos nesses espaços.

Eliane também vai abordar duas outras questões muito importantes: a primeira, a escrita como processo de dar sentido à vida e de tornar-se narrativa, um meio de compreender-se, de converter-se em um “corpo-letra”, como a autora mesmo fala. A outra questão problematizada está nos espaços ocupados pelas mulheres, que são lugares permeados por discursos de controle dos comportamentos e desejos, tudo de acordo com o sexo biológico da pessoa. Tais discursos se infiltram no meio social determinando os comportamentos que são aceitáveis e naturais dos espaços masculinos e femininos, garantindo assim o estabelecimento das mesmas relações de poder, que afirmam a superioridade masculina sobre a feminina, como se isso garantisse o direito de dominância de um sobre o outro.

2.1.1 As identidades femininas em formação: *Uma duas* e a relação maternal

Uma das principais questões exploradas em *Uma duas* é reflexão sobre a primeira formação identitária feminina, a que parte das vivências familiares em geral e, em particular, das experiências a partir do relacionamento entre mãe e filha. O vínculo entre essas duas mulheres servirá de base para o desenvolvimento da personalidade da filha e para um crescimento mútuo no qual, à medida que vão vivenciando seus

conflitos, ambas passam a se conhecer e se reconhecer uma na outra. A filha e a mãe se veem como uma extensão física uma da outra e se, em um primeiro momento, isso lhes causa desconforto, à medida que vão se conhecendo e enfrentando seus conflitos elas também passam a compreender o quanto essa relação é importante para a vida delas. Nessa narrativa, tão importante quanto expressar com palavras as vivências, deixando explícito os fatos e sentimentos, está também aquilo que não pode ser dito, ou seja, aquilo que embora não relatado explicitamente, fica subentendido, deixando ainda mais complexa e intrigante a narrativa. Nesse cenário, o não dizer explicitamente é parte integrante da realidade de violência e culpa vividos por essas mulheres, que exemplifica bem a mudez seletiva do universo feminino em um espaço social que define o que pode ser dito e o que deve ser encoberto.

O relacionamento entre mãe e filha é, ao mesmo tempo, de amor e ódio. Enquanto se repelem também necessitam uma da outra para se identificarem como mulheres. O amor entre elas se manifesta de forma bruta, revelando também a realidade crua em que vivem, com espaços bem delimitados e reclusos. Para a mãe, desde a infância até a fase adulta, o espaço do lar foi seu cárcere: primeiro, o pai tinha sobre ela o controle; depois o marido a manteve sob a mesma perspectiva. Quanto a Laura, embora trabalhasse como jornalista e tivesse relativa liberdade, sentia-se aprisionada ao corpo da mãe: “Porque as duas não são próximas. Não são próximas porque são uma só, ela pensa em dizer.” (BRUM, 2011, p. 18).

Além disso, o trabalho também constituía uma prisão para ela, pois era um espaço em que sua escrita deveria se encaixar nos moldes solicitados e, como a escrita era para ela, também uma forma de se constituir: **“Como sempre, esquece onde está enquanto escreve. A escrita é um lugar que ela pode habitar.”** (BRUM, 2011, p. 31/32, grifo da autora)³. É um espaço no qual ela se sente confortável para habitar, ao contrário de seu corpo que ela julga ser uma extensão do corpo de sua mãe. Ao mesmo tempo, a escrita também é limitada no seu espaço de trabalho, pois está sujeita a restrições e tem que estar de acordo com as solicitações de seu chefe, reduzindo também sua forma de se expressar. Sendo assim, é um espaço que controla seu comportamento e também tenta controlar sua forma de pensar.

³A citação está em negrito por causa da diagramação do texto da obra *Uma Duas*, que utiliza partes da narrativa de Laura destacada em negrito para salientar oscilações de humor da personagem, ao passar por momentos emocionais conflituosos, o texto é realçado em negrito.

Outro aspecto interessante dessa obra é sobre corpo e espaço, pois Laura tem o hábito da automutilação, e ao fazer cortes em seu corpo explicita uma dor psicológica tornando-a palpável. Portanto, mais fácil de lidar diretamente com o problema que tem base no relacionamento conturbado que possui com sua mãe:

No meio da tarde ela se aproximou com seus olhos sem expressão. Parou exatamente na ponta da minha faca. Agachou-se para que a ponta encostasse no coração. Vamos. Enfia. Eu vi que o coração dela era aquele seio. Enfiei. [...] E não pude mais. Deixei a faca cair no chão. Ela riu, e o som do seu riso feriu meus ouvidos tanto que desejei a surdez. Você é como seu pai. Fraca.
[...] juntei a faca do chão. E com a coragem que não tive para ela, abri um sorriso vermelho na minha barriga. De um golpe só. Vi o riso secar entre seus dentes amarelos. Havia um jeito de me separar dela. (BRUM, 2011, p. 64).

Ao perceber que sua automutilação causou algum sofrimento em Maria Lúcia, Laura passa a se ferir como forma de atingir a mãe, que até então tinha para ela a imagem de mulher inatingível e que não se preocupava com nada. Ao mesmo tempo, o ato físico de automutilação também representa a tentativa de Laura de se arrancar do corpo da mãe, um meio que ela entende que poderia ser a forma de criar a própria identidade, pois ao longo da narrativa, fica claro que Maria Lúcia e Laura são versões uma da outra.

A escrita então é utilizada por Laura como uma ferramenta para entender quem ela é além de sua mãe, entender qual é sua verdadeira personalidade: “Escrevo na esperança de que as palavras me libertem do sangue. Do corpo da mãe. [...] Me sinto deslizar para o buraco negro do corpo dela, onde sou cega e minha faca esgrima no ar.” (BRUM, 2011, p. 16). No entanto, em um segundo momento, sua mãe decide também escrever, contando sua história e trazendo para o interlocutor uma outra visão sobre os fatos: “*Você, minha filha, me dá poderes sobrenaturais apenas porque tem medo da sua força. [...] É para seus leitores que escrevo.*” (BRUM, 2011, p. 70- 71, grifo da autora)⁴. O texto de ambas é diferenciado pela formatação, sendo a escrita em si também um espaço de extravasamento desses conflitos e sentimentos subjetivos.

Quando lemos a narrativa de Maria Lúcia é que percebemos que a vida de Laura é um reflexo da vida de sua mãe. As violências sofridas por Maria Lúcia estão presentes

⁴ A citação está em itálico por causa da diagramação do texto da obra *Uma duas*, que demarca a voz das duas narradoras – Laura e Maria Lúcia – no corpo do texto. No caso do texto em itálico é referente a voz da personagem Maria Lúcia, que em determinada parte da obra passa a relatar sua versão dos fatos.

na vida de Laura, pois são determinantes na falta de intimidade na relação entre as duas, e que culmina em Laura adquirindo a necessidade da automutilação para chamar a atenção dessa mãe, como única forma de causar algum sentimento materno. A principal marca dessa violência está nas histórias que não são contadas, na palavra que foi silenciada em Maria Lúcia e que imprimiu no relacionamento delas a distância e a incompreensão dos sentimentos que tinham uma pela outra. O amor e o ódio foram estabelecidos no silêncio, na observação distante de comportamentos que iam orientando a formação desse relacionamento em um nível animalesco.

Nessa narrativa, Eliane Brum traz para o interlocutor questionamentos importantes sobre as relações familiares, na intimidade das palavras que não são ditas, nas relações humanas em nível profundamente subjetivo. Também é importante destacar a polifonia dessa escrita que dá espaço para que as protagonistas extravasem suas subjetividades. Laura, por exemplo, fala sobre os diferentes papéis sociais que precisa desempenhar, a necessidade de se encaixar nos moldes. Em um primeiro momento, no molde de boa profissional, mas o principal que lhe é exigido desempenhar é o de boa filha:

Minha mãe está muito doente. Somos uma família pequena e só temos uma a outra. Pensei muito, é uma decisão difícil para mim, mas minha mãe precisa de mais cuidados do que uma enfermeira pode dar. Vou precisar parar de trabalhar por um tempo para me dedicar apenas à sua recuperação. Pretendo entregar meu apartamento e me mudar para a casa dela. [...] É agora a melhor das filhas, a melhor das mulheres, um ser humano excepcional. Não é mais a funcionária esquisita, mas a dedicada. Merece que a empresa faça o melhor por ela. É assim que sai, redimida. (BRUM, 2011, p. 66-67, grifo da autora).

Primeiramente, ela se sente julgada socialmente pelo estado debilitado de saúde de sua mãe, se sente a filha displicente, culpada por não cuidar da mãe e então, afim de se redimir, deixa seu trabalho para cuidar dela, cumprindo seu papel de boa filha e, portanto, de boa pessoa, até finalmente inverter de papel com própria mãe. Quando criança ela estava sujeita aos cuidados e determinações maternas e, em um segundo momento, ao se mudar para a casa de sua mãe para cuidar dela, Laura passa a ser a responsável por Maria Lúcia. Logo, nessa etapa ela passa ter poder de decisão sobre a vida dessa figura materna, invertendo os papéis.

Com isso, Eliane suscita a reflexão sobre a importância dos papéis que os sujeitos representam para a sociedade, ajustando-se a solicitações opressoras de

comportamento e ocultando o discurso que força essa ação como se ela tivesse que se fazer presente universalmente. O mais importante é que os indivíduos se encaixem nos moldes sociais, inclusive no que se refere à expressão dos sentimentos, desde que essa expressividade esteja de acordo com o que se espera pela normatividade. Além disso, as primeiras relações de poder são estabelecidas no meio familiar, e é nesse espaço que os indivíduos iniciam o aprendizado de como devem se comportar diante da família e nos espaços públicos.

Em *História da sexualidade*, Foucault vai discorrer sobre a incitação aos discursos como forma de regular os comportamentos – entre eles o sexo –, pois é por meio do estímulo à confissão, com a ideia de que é preciso vigiar até os pensamentos, que as relações de poder se estabelecem, a vigia se torna constante diante da necessidade de seguir os padrões estabelecidos como exemplos a serem seguidos. Para cada espaço se espera um tipo de comportamento, e que este também esteja de acordo com o sexo da pessoa:

Ora, a confissão é um ritual de discurso onde o sujeito que fala coincide com o sujeito do enunciado; é, também, um ritual que se desenrola numa relação de poder, pois não se confessa sem a presença ao menos virtual de um parceiro, que não é simplesmente o interlocutor, mas a instância que requer a confissão, impõe-na, avalia e intervém para julgar, punir, perdoar, consolar, reconciliar; um ritual onde a verdade é autenticada pelos obstáculos e as resistências que teve de suprimir para poder manifestar-se [...]. (FOUCAULT, 2015, p. 69).

Maria Lúcia quebra com a expectativa social acerca do comportamento: diz que nunca havia sonhado em ser mãe, que não tinha esse desejo. Ou quando lamenta que sua filha permanecerá viva, enquanto que ela morrerá:

Tenho raiva de tudo o que ela vai viver quando eu me for. Tenho vontade de ficar arranhando a porta de Laura para que ela nunca se esqueça do som das minhas unhas. É tão divertido ficar apavorando Laura... Como é possível odiar e amar ao mesmo tempo? É o que sinto por Laura, um amor que odeia ou um ódio que ama. (BRUM, 2011, p. 141, grifo da autora).

A ideia de maternidade é um exemplo de instrumento normatizador das relações afetivas entre mãe e filha. A fim de incentivar a maternidade, dão a ela um caráter sagrado. A relação entre pais e filhos é, obrigatoriamente, revestida de conceitos

estereotipados de amor. Logo, falar o oposto é questionar esses antigos conceitos sociais que remetem à ideia de que todos foram feitos para a procriação, ou ainda, de que a maternidade seria o caminho certo para a autorrealização e felicidade feminina.

Em outras palavras, desmistificar a maternidade é também possibilitar que se questione a naturalização de determinados espaços enquanto pertencentes a machos e fêmeas e, portanto, também questionar as relações de poder dentro desses espaços.

Ainda sobre essa relação de cuidado que se espera da mulher, em *Los cautiverios de las mujeres* Lagarde afirma que a maternidade se insere para a mulher como uma obrigação, como uma função que seria natural do corpo feminino, e assim ela problematiza e desconstrói a ideia romântica da maternidade ligada à vontade divina, à sacralidade de se gerar uma vida.

A gestação é, segundo Beauvoir, um período de maior alienação para a mulher, pois é uma fase de grandes transformações e isso é perturbador: “A mulher conhece uma alienação mais profunda quando o ovo fecundado desce ao útero e aí se desenvolve.” (BEAUVOIR, 2009, p. 62). Ou seja, a maternidade não é despreocupada, não é um momento somente de felicidade, pois existem muitas questões físicas que influenciam esse processo.

2.1.2 As identidades femininas em formação: *Meus desacontentamentos* e a memória (da) escrita

Já no livro *Meus desacontentamentos*, Eliane parte da reflexão sobre o constituir-se a partir da escrita, e a palavra tem a dupla função de tornar palpável a realidade vivida, suscitando a reflexão sobre o nascimento e a morte. A leitura possibilita que o interlocutor pense sobre o momento em que se constitui enquanto sujeito nesse mundo, do despertar para a vida até o estado de morte e o papel da escrita no processo de construção desse sujeito no mundo. É uma narrativa que também discute sobre os espaços femininos, sobre as relações familiares e sociais, abrindo uma janela para a reflexão sobre a romantização do casamento e da maternidade.

Ao narrar essa história, Eliane traz para seu livro a ideia de que todos também são narrativas constantes, histórias que não cessam, que estão sempre em movimento e abertas a um novo entendimento sobre a existência. Ela deixa claro que até mesmo a morte não representa o fim da existência humana, pois os mortos de sua família estão presentes no dia-a-dia, coexistindo com os vivos. Mortos e vivos figuram no corpo do

texto, desfrutando da mesma vida, são parte integrante da realidade, influenciando sobre os vivos: “Minha avó descendia de uma família que falava com os mortos. Não como algo assustador ou sobrenatural, mas como parte da rotina da casa. Não havia fronteiras entre o mundo de cá e o de lá. Nem grandes revelações. Eram fantasmas bem domésticos.” (BRUM, 2014, p. 37).

Um exemplo é a irmã morta que, segundo a narradora, possibilitou seu nascimento, pois se não tivesse morrido ela não teria nascido. Essa irmã está presente no cotidiano familiar e, embora morta, está mais viva que todos da família, como uma lembrança constante da perda e do sofrimento da mãe: “Essa irmã, que era um túmulo no cemitério, um túmulo que ninguém da família conseguia fechar, muito menos eu, havia me roubado a casa, o sol, as roseiras, a luz. Passei a infância pedindo ao meu pai que plantasse roseiras, mas já não havia onde.” (BRUM, 2014, p. 21).

As vivências contadas por meio da palavra escrita fazem parte de Eliane, marcando seu espaço no mundo e constituindo-a enquanto “corpo-letra”, em um lugar no qual ela tem liberdade para existir e buscar um sentido para suas vivências. A literatura também aparece como uma representação da capacidade transcendente da existência, que suscita a reflexão sobre o significado de estar no mundo, de pertencer a uma família, cultura e de ter uma história:

A palavra escrita me encarnou em um corpo onde eu podia viver. O corpo-letra. Ao fazer marcas no papel, com a ponta dura da caneta, entrei no território das possibilidades. As manchas da minha pele primeiro rarearam, em seguida desapareceram. A literalidade que assinala meu estar no mundo, fazendo de mim uma geografia em que os sentimentos escavam quase mortes, encontrou uma mediação. Pela palavra escrita eu tornava-me capaz de transcender o concreto, transformar impotência em potência. Fui salva pela palavra escrita quando comecei a ler – e (talvez) em definitivo quando escrevi. E – importante – quando fui lida. (BRUM, 2014, p. 110).

Além disso, quando ela fala sobre as mulheres de sua família, fica evidente o contraste entre o comportamento normativo que elas precisam representar socialmente e os discretos meios de enfrentamento que utilizam para resguardarem suas subjetividades, resistindo ao apagamento de suas personalidades. Um exemplo é a avó, que representava bem seu papel familiar de senhora resignada e comedida em tudo, pelo menos na superfície das aparências, mas que mantinha-se resistente a essa opressão por meio da imaginação, nas histórias de Pedro Malasartes, que segundo a narradora, era o único homem do planeta que conseguia fazer sua avó rir:

Deitadas na cama, lado a lado, ela me contava todos os causos de Pedro Malasartes, esse matuto cheio de lábia de um Brasil ingênuo, mas também brutal. Eu pedia sempre e sempre que minha avó repetisse as histórias, só para vê-la gargalhar. Pedro Malasartes era um dos poucos, talvez o único homem do planeta, que conseguia fazer minha avó, esquecida pela felicidade, rir de perder o fôlego. Vó, conta de novo, fingia eu que esquecia, só para vê-la sacudir-se inteira e profanar a si mesma. (BRUM, 2014, p.35).

O prazer que avó de Eliane sentia ao contar as histórias de Pedro Malasartes, com o fato de se divertir, de se permitir rir espontaneamente dessas histórias, tudo isso, para uma mulher que passou a vida enclausurando seus desejos e vivendo em função da vontade dos outros, é uma forma singela de resistência a uma vida de opressão. Esse pequeno ato subversivo, contido nessa liberdade de rir, de mostrar um pouco de felicidade significava que aquela mulher ainda não havia sido totalmente encarcerada pelas regras sociais que tão comumente associam as mulheres de mais idade comportamentos sério, pois sendo uma avó, ela jamais deveria se sacudir de tanto rir.

A idealização do papel que uma mulher deve desempenhar ao longo da vida é mantido por discursos que irão regular o comportamento, desde o ideal de jovens virginais associadas à necessidade do matrimônio, passando pela maternidade até chegar na idade mais avançada, de onde se espera um comportamento ainda mais discreto do que antes. Segundo Foucault (2015, p. 109-110), essas regras comportamentais estão presentes no interior do sistema discursivo, reproduzido nos mais diferentes espaços em uma associação entre poder e saber, visto que é em si uma estratégia que se molda de acordo com necessidade que se tem em função das relações de poder.

Um outro meio de resistência e resguardo das subjetividades dessas mulheres estava no cultivo dos jardins, que era um espaço de liberdade no qual a vida acontecia com ares místicos em estado bruto: seres que devoravam e eram devorados em meio a um espaço de controle feminino, onde o cultivo das flores representava também o cultivo da sexualidade e do desejo. As tias de Eliane imergiam nesse espaço, integrando-se a ele como forma de manterem-se vivas, convertendo-se em flores para preservarem suas individualidades e liberdade: “Diante dessas mulheres que se insubordinavam em verde, com suas coxas de plantas e suas vaginas de flor carnívora, era previsível que eu desejasse o meu próprio jardim.” (BRUM, 2014, p. 52). A própria narradora também se mantém resistente à opressão do meio, mas sua resistência avança

de maneira mais ampla, fazendo-se em relação à morte do espírito, o que não representa a morte física das coisas, mas sim um estado no qual a alma já não luta mais contra a neutralidade que o mundo tenta lhe impor e no qual os indivíduos apenas pensam estar vivos para cumprirem funções. Já não atuam mais a partir dos próprios pensamentos e desejos, deixando de lado suas subjetividades e sem exacerbar seus questionamentos e sentimentos por espaços de maior igualdade e liberdade. Nesse caso, o jardim representa um espaço fora do discurso normatizador de comportamentos, que está além das regras sociais, pois apresenta seu próprio fluxo vital sem que seja contido.

A cruel padronização da vida no lado de fora dos muros só era suportável porque eu podia me entregar ao caos da vegetação indomável daquele jardim. Não era capaz de racionalizar, mas sentia que apenas o caos fazia sentido. A vida se dava no descontrole, não nas regras que regiam uma cidade que era o mundo inteiro. De algum modo, o jardim manteve intacta uma porção da minha sanidade. (BRUM, 2014, p. 51).

Já os demais espaços regulam e normatizam o comportamento feminino, submetendo as mulheres às regras de convivência que ditarão o que se espera delas nos espaços públicos e privativos do lar. O simples fato de nascerem com o sexo feminino já vem carregado de expectativas e cobranças que irão oprimir a mulher, ao mesmo tempo em o discurso vai se utilizar de vários artifícios para afirmar que os espaços de opressão são necessários para o desenvolvimento feminino e até para sua proteção. Em verdade, constituem lugares que mantêm as mulheres cativas, vigiadas e controladas ao extremo, visto que até seus pensamentos são investigados, pois o desejo feminino é considerado uma ameaça às regras patriarcais:

Las mujeres están sujetas al cautiverio de su condición genérica y de su particular situación caracterizadas por la opresión. El cautiverio de las mujeres se expresa en la falta de libertad concebida como el protagonismo de los sujetos sociales en la historia, y de los particulares en la sociedad y en la cultura. (LAGARDE, 2005, p. 152).

A escrita é uma forma de salvação, pois para escrever é preciso posicionar-se diante dos fatos e do mundo. Deixar registrada a palavra é também deixar marcado um espaço pessoal de vivência, visto que a existência exige uma posição no mundo, e a falta de posicionamento determina o estado real de morte do espírito. A alma só vive porque apresenta resistência ao esquecimento, e por isso os mortos da família de Eliane

estão tão vivos quanto aqueles que ainda permanecem corpóreos nesse mundo, pois não são esquecidos pelos familiares. Ou seja, a narradora deixa claro que a memória é a base da existência humana, seja através das histórias da avó ou dos espaços criados pelas tias em seus jardins, repletos de conhecimento subjetivo, ou ainda a própria narrativa que garante certa “imortalidade” para essas mulheres no mundo.

Eu escolho a memória. A desmemória assombra porque não a nomeamos, respira em nossos porões como monstros sem palavras. A memória, não. É uma escolha do que esquecer e do que lembrar – e uma oportunidade de ressignificar o passado para ganhar um futuro. Pela memória nos colocamos não só em movimento, mas nos tornamos o próprio movimento. Gesto humano, para sempre incompleto. (BRUM, 2014, p. 83-84).

Além disso, os clichês de infância feliz e de famílias perfeitas se desfazem, pois a realidade contada não tem o objetivo de romantizar essas relações, mas sim de desnudá-las ao interlocutor, de maneira que ele também possa refletir sobre suas próprias histórias constituindo-se também enquanto narrativa repleta de sentidos e subjetividade.

Todo esse processo de escrita que a personagem Eliane problematiza traz também à superfície a reflexão sobre a importância da escrita feminina e da construção da memória das mulheres a partir de sua própria voz, como já apontado por Woolf (2014, p. 128-134).

Assim, a sensibilidade e profundidade dessa narrativa são marcadas pelo olhar de uma narradora – mulher – que se lança ao passado trazendo para o presente os questionamentos sobre a existência, o constituir-se e a importância da linguagem nesse processo todo. Também traz a reflexão sobre o momento inicial de nossas vidas, no qual somos desprovidos de palavras e ainda não temos o domínio da linguagem articulada: dependemos do outro para existir, somos objeto passivo da vontade alheia. Nessa fase, o silêncio que habita em nós nos constitui apenas como carne, portanto, ainda não somos narrativas. Ou melhor, ainda não adquirimos nossa subjetividade, conseqüentemente ainda não temos nada realmente nosso. Eliane descreve esse mundo sem palavras como uma escuridão que marcava a falta da linguagem, a fase do seu “eu” antes da história, a qual ela diz ser caótica: “LEMBRO QUE, quando tudo começou, era escuro. [...] percebo que o escuro era uma ausência. Uma ausência de palavras. Essa escuridão é minha pré-história. Eu antes da história, eu antes das palavras. Eu caos.” (BRUM, 2014,

p. 11). Ela relata que sempre irá temer essa fase: “Sempre vou temer o retorno da escuridão, que para mim é o mundo sem palavras.” (BRUM, 2014, p. 12).

Logo, a palavra deu limite às percepções e sentimentos que se encontravam distanciados e desordenados, e a narrativa teve a função de organizar esse caos interior, permitindo que ela emergisse em um espaço iluminado e cheio de vida. Por dar contornos e significado às suas vivências, a palavra a salvou, conferindo-lhe a existência em um “corpo-letra”.

3 O FEMININO: ENTRE PAPEIS IDEALIZADOS E A CULPA

O presente capítulo abordará as representações e papéis sociais femininas e as relações entre as personagens mulheres nas obras de Eliane Brum, a partir da análise já desenvolvida sobre a construção dessas identidades no capítulo anterior. Assim, parte da reflexão acerca da construção da relação entre mães e filhas, presentes nas duas obras em situações distintas e de qual o impacto sobre a vida/trajetória dessas mulheres. E, com isso, outra questão, papel social, necessária a ser analisada é a idealização da maternidade e do casamento, tão presente na vida dessas mulheres desde a infância, sob a influência de discursos familiares e sociais. E por esse motivo, também será discutida a construção da identidade feminina dessas personagens a partir dessas relações familiares e dos discursos produzidos, sendo necessário abordar também, ao fim, sobre a relação de violência e culpa tão comum nos espaços femininos e tão presente no cotidiano dessas mulheres como mecanismos de controle dos comportamentos

3.1 A Relação mãe e filha em *Uma duas e Meus desacontecimentos*

De maneira geral, para o meio social a mulher ainda define sua vida a partir das relações familiares, da forma como se comporta enquanto filha, esposa e mãe. Esses são aspectos fundamentais na construção identitária dos sujeitos femininos, visto que a mulher assume papéis familiares que irão interferir na sua vida social. Quanto ao homem, a sociedade raramente cobra que ele desempenhe os papéis de filho, esposo e marido, ainda mais associado à subserviência. O desempenho dele nessas áreas não será motivo de julgamento por parte da sociedade, enquanto que o será para a mulher, pois esses aspectos vão servir de base para determinar a posição que ela “deve” assumir socialmente. Evidentemente só isso não basta para definir a fêmea no âmbito social, pois elas também ocupam os espaços públicos, desenvolvem-se como profissionais e atuam nos mais diversos lugares, indo além do horizonte de expectativas sociais. No entanto, quando entramos na discussão sobre a elaboração do eu-feminino, é importante ressaltar que esse sujeito passará, em algum momento, pelas expectativas sociais do casamento e da maternidade. Além disso, a primeira relação com a identidade feminina será proveniente das relações familiares, principalmente das relações com as outras mulheres. E é por meio dessas relações que as práticas serão naturalizadas, assim como

o controle comportamental que determinará os espaços e as funções femininas e masculinas.

Segundo Lagarde, toda mulher nasce cativa da imagem de mãe e esposa. E a realização do casamento e da maternidade se constitui para elas em um trabalho, pois as coloca diante dessa função social como sendo a mais importante para a fêmea, algo que ela deve desejar desempenhar, atrelando a isso a ideia de subserviência e obediência as leis da família e do Estado. Diante disso, o casamento, a maternidade e um conjunto de obrigatoriedades que acompanham a vida feminina no âmbito familiar serão considerados uma função secundária e obrigatória para as mulheres. E por mais que esse conjunto de funções não sejam consideradas formas de escravizar a mulher, também não são formas libertadoras. Pelo contrário, as mantêm cativas da família, associando-as a obrigatoriedade da servidão por amor. Lagarde ainda vai afirmar que esse trabalho feminino é exercido sob condições de opressão e é invisível, pois não é reconhecido:

El trabajo de la mujer como madresposa no es un trabajo libre porque no se caracteriza por la posibilidad de vender libremente su propia fuerza de trabajo. Pero esta adscripción social familiar obligatoria de la mujer para la realización de su trabajo, tampoco es esclavitud porque la mujer no es vendida junto con su fuerza de trabajo de una vez; y para siempre. La mujer no tiene la libertad de poner en venta su fuerza de trabajo y menos de venderla a secas. (LAGARDE, 2005, p. 130).

Beauvoir, por sua vez, também aponta a maternidade como uma forma de manter o controle sobre as mulheres, garantindo ao mesmo tempo que a figura da mãe seja respeitada e desejada. Para isso, o discurso se infiltra nas relações familiares e sociais afirmando a sacralidade materna como um ideal a ser seguido por todas as mulheres. Nascer fêmea significa nascer para a maternidade, algo aprendido ainda em família por meio das relações com outras mulheres, ou seja, a subjetividade feminina é colocada em um espaço coletivo e sujeita às vontades e aprovação pública, sendo assim silenciada. Isso é aprendido desde cedo, com a exigência de que as meninas sigam os padrões de docilidade, de afeição, ligados à imagem de filhas obedientes e posteriormente de mães bondosas:

Desde que foi escravizada como Mãe, é primeiramente como mãe que será querida e respeitada. Das duas faces da maternidade, o homem não quer mais conhecer senão a sorridente. Limitado no tempo e no espaço, possuindo apenas um corpo e uma vida finita, o homem não

passa de um indivíduo no seio de uma Natureza e de uma História estranhas. (BEAUVOIR, 2009, p. 247).

Logo, o vínculo entre mãe e filha serve de base para solidificar quem são esses sujeitos nos espaços íntimos do lar e nos espaços públicos, pois é a partir dessa relação que suas individualidades serão elaboradas, compreendendo no que são semelhantes e no que diferem mãe de filha. É a partir dessa relação que o sujeito irá reivindicar sua subjetividade, percebendo que o outro traz para o convívio a experiência de uma realidade diferente, de um tempo diferente e de perspectivas distintas diante de pensamentos e comportamentos. Isso irá possibilitar o desenvolvimento da subjetividade individual.

O livro *Uma duas* de Eliane Brum trata da necessidade que Maria Lúcia e Laura têm de construir suas individualidades partindo da relação que uma tem com a outra. É diante desse relacionamento que a personagem Laura deixa clara a necessidade de “arrancar-se” do corpo da mãe, em uma separação que é simbólica no sentido que precisa entender que vai além dessa figura materna que a obriga ao papel compulsório de filha, como se ambas fossem uma única pessoa (como sugere o próprio título), em uma relação simbiótica dessas personalidades que ao mesmo tempo se repelem e se atraem.

A relação entre Maria Lúcia e Laura apresenta-se em um primeiro momento como sendo distante, cheia de vazios, de situações que não puderam ser verbalizadas, com histórias que eram ocultadas pela vergonha e pelo medo: “*Entre nós as verdades nunca vieram pelas palavras. Mas as verdades estão entre nós, nesse ar que ambas respiramos, naquilo que não pode ser dito, naquilo que às vezes fizemos para não ter de dizer. É melhor assim.*” (BRUM, 2011, p.109, grifo da autora). Esse espaço entre mãe e filha, apresentado pela distância física e pelo silêncio, apenas mascara uma intimidade desconfortante, em que uma reflete a identidade da outra. Por isso, a separação física não representa uma separação real entre elas pois, por maior que seja a distância, elas continuam juntas – o que não significa unidas, visto que a união surgirá apenas em um segundo momento, quando passam a compreender quem são e a importância de uma para a outra determinando a individualidade de cada uma:

Como sua mãe ficou assim? Ela não responde. Você mora em outra cidade? Ela não responde. Sabe que ele também a condena. Que a culpa por ter uma mãe que apodrece viva num apartamento só pode ser dela. Da filha distante. Da filha

indiferente. Da filha ingrata. Como eles poderiam saber que não há longe o suficiente para elas? Que não há separação possível entre elas? Que quando a mãe começou a apodrecer naquele apartamento algo na filha também começou a cheirar? Que não era o suicídio da mãe, mas o assassinato da filha? (BRUM, 2011, p. 18, grifo da autora).

A distância física não representa uma distância emocional: o maior impacto emocional está nessa falta da separação identitária entre mãe e filha, tanto que, mais adiante, a morte da mãe também será sentida pela filha como sendo sua própria morte. A decomposição do corpo da mãe também será sentida por Laura como sendo sua decomposição. Ao mesmo tempo que ela sente repulsa pela mãe, em uma relação tão conturbada que, por vezes, deseja a morte física dessa figura materna, na tentativa de “separar-se do corpo dessa mãe”. A morte de Maria Lúcia também vai representar a sua própria morte, obrigando-a a repensar sobre quem ela será em um mundo que sua mãe não existe mais, como ponto de partida da própria individualidade.

Com toda essa intensidade a relação delas é de ódio e amor, ou melhor dizendo, de um ódio que ama e de um amor que odeia, pois apesar de sentir raiva da mãe e desse relacionamento conturbado entre elas, Laura também teme pela mãe, pela possibilidade dela sofrer:

Agora que o chefe de cauda azul é só a lembrança de uma outra vida, ela sente um aperto no intestino, que é raiva da mãe e é apreensão pela mãe. Aquela mãe que insiste em seguir existindo como uma realidade para ela. Mais viva ainda porque odeia e ama aquela mãe com a mesma intensidade, embora só tente odiar. (BRUM, 2011, p. 11, grifo da autora).

A dualidade de sentimentos de Laura por Maria Lúcia já indica uma realidade na qual a relação entre essas personagens também marca seus lugares sociais. A maneira como elas interagem entre si e como se veem determina a forma como entendem o mundo e como se entendem dentro desse mundo: os espaços que ocupam, a importância que elas têm e quem são. Por isso, todo esse conflito é o meio que encontraram para compreenderem-se uma a outra, para arrancarem-se uma da outra constituindo suas subjetividades, de uma forma que a identidade de uma não seja mais invasiva para a outra.

A relação entre mãe e filha é a base para estabelecer as primeiras normas de comportamento, normas essas que vão influenciar na maneira como o sujeito em

formação irá pensar e agir, garantindo assim a reprodução dos discursos de poder. Logo, é pela maternidade, diante das vivências familiares, que os indivíduos iniciam sua formação identitária, mas que estará sujeita as normas de comportamentos culturais, históricas e sociais. Nesse espaço familiar é que começa um processo educativo regulador não só dos comportamentos que serão exteriorizados, mas também sobre o modo de se pensar, ou seja, as personalidades também são reguladas no espaço do lar, definindo o desempenho que se espera da criança diante das vontades familiares. Lagarde vai argumentar sobre a importância da mãe nos processos educativos e na propagação da cultura, ao educar os filhos, ao definir o que espera deles:

La relación primera con la madre es uno de los procesos culturales más complejos. En breve tiempo, la madre logra el proceso de humanización, o sea, la aculturación de la criatura, le enseña su cultura en comprimidos infantiles: los sistemas de usos y de expectativas para sí y para los demás; qué es ser hombre y qué es ser mujer; en qué condiciones se obedece: cuándo y quién manda. Lo hace de manera y contenidos diferentes si se trata de un hijo o de una hija, contribuye a la conformación genérica de roles, actividades, identidades, formas de comportamiento, actitudes y necesidades. (LAGARDE, 2005, p. 378).

Ao mesmo tempo que as personagens se mostram na escrita, esse também é um espaço no qual elas se constituem e vão compreendendo-se. A própria Maria Lúcia tem uma visão negativa sobre si, definindo-se como uma mulher má. No entanto, quando paramos para refletir sobre o que ela relata, vemos seu desejo de ser vista socialmente como boa pessoa:

Eu frequentava o centro espírita porque achava divertido assistir àquelas pessoas falando com outra voz. [...] Eu fazia caridade, e elas me achavam uma boa mulher. É bom ser uma boa mulher, pelo menos em algum lugar. É bom estar em qualquer lugar em que a gente não precise ser a gente mesma. Laura me lembra sempre de quem eu sou. E de que não gosta de quem eu sou. Eu mesma já não gostava antes de Laura sair de mim. (BRUM, 2011, p. 96, grifo da autora).

O julgamento da filha determina o modo como essa mãe se vê, pois Maria Lúcia se entende por meio da relação que tem com Laura. Uma age sobre a outra, emitindo opinião sobre quem são, o que culmina na personalidade que irão expressar no ambiente familiar e nos demais espaços públicos. Definem essa relação entre elas e suas personalidades, em um círculo vicioso rompido com a morte da mãe e com a

compreensão real de quem são essas duas mulheres e o amor conflituoso que sentem uma pela outra. A necessidade de desempenhar bem seus papéis de boa filha e de boa mãe vem do desejo de serem aprovadas socialmente, no entanto, entre elas esses papéis não estão associados a ideia de uma ser boa para outra.

Até o momento de saber que Maria Lúcia tinha um câncer em fase terminal, Laura não sabia como expressar o quanto sua mãe era importante para ela senão por meio da dor: seja pelas brigas com mãe, ou pelos cortes que ela fazia no próprio corpo. Tudo isso era o único meio que ela encontrava de atingir essa mãe, de provocar alguma dor e sentir, por intermédio disso, que era amada. A inexistência de sua mãe nesse mundo a obriga a repensar o espaço que ela terá que ocupar e como passará a se ver e se compreender nesse âmbito sem sua mãe.

De repente compreendo que minha mãe vai me deixar. Que não haverá mais uma mãe para odiar. E que eu não sei o que fazer da minha vida sem ela. Minha mãe sempre esteve ali. Por pior que ela tenha sido, foi a única que ficou. E do jeito torto dela estava presente, ainda que fosse para tornar meus dias miseráveis. Não é mais um jogo entre nós duas. A morte encerra todos os jogos. (BRUM, 2011, p. 150-151).

Por mais que a relação entre mãe e filha tenha sido difícil, foi ela que estabeleceu os parâmetros de existência para as duas. Ao mesmo tempo, a morte encerra alguns traumas tanto para a filha quanto para a mãe, pois elas percebem que todo esse sofrimento se deu em função de um grande mal-entendido, pela falta de diálogo e da incompreensão do quanto eram importantes uma para a outra: “E o que há ali é uma filha e uma mãe na antessala da morte que acabaram de descobrir que tudo foi um grande mal-entendido. E agora o tempo acabou.” (BRUM, 2011, p. 153).

Já na obra *Meus desacontecimentos*, a personagem Eliane Brum conta a história de sua família, dando um destaque para as experiências que vivenciou desde a infância, tanto nos espaços íntimos do lar quanto nos espaços públicos de convívio social. Ao relatar essa história ela deixa clara a importância da convivência com as mulheres de sua família, as quais serviram de base para formação de sua identidade, seja mantendo determinadas práticas e crenças ou refutando-as. Nessa obra não há uma ênfase no relacionamento entre mãe e filha, mesmo porque as relações são narradas a partir de um contexto familiar amplo que envolve a avó, as tias, os tios, os irmãos e o pai. Logo, a

relação entre mãe e filha é transpassada pelas demais relações, ao contrário da obra *Uma duas*, que as personagens (Laura e Maria Lúcia) só têm uma a outra.

No entanto, nas poucas vezes que Eliane aborda essa relação, deixa evidente alguns dos ensinamentos que teve com sua mãe que, segundo ela, era uma mulher que havia se rebelado contra o destino das mulheres de sua época. Percebe-se uma admiração em relação a essa mãe, que se negou a assumir o lugar de vítima e que, ao invés de ensinar sua filha a cultivar os jardins – como as demais mulheres da família faziam –, a ensinou a devorar as plantas, não deixando-se na passividade, nem assumindo um lugar de submissão:

Entre as mulheres da família, minha mãe era a única divorciada dos jardins. “Dá muita sujeira”, ela dizia. Eu a amaldiçoava, magoada e confusa com o tanto – tanto mesmo – que ela parecia me negar com sua recusa. Aos poucos penso ter compreendido a sua relutância. Ela talvez temesse não o jardim, mas o seu avesso. A resignação, o queixume, o lugar da vítima. Da sua maneira, rebelou-se com a sina feminina do seu tempo, na cidade pequena. E me legou uma herança que também me traz até aqui. Por sua causa, as orquídeas que moram na minha janela e procriam furiosamente sabem que, em algum momento, eu talvez as mastigue. Minha mãe me negou as flores, mas me obrigou a criar dentes. Gestei caninos afiados como as espadas de samurai dos filmes de Tarantino – e os cravei no feminino em mim. (BRUM, 2014, p. 53-54).

A negação da mãe de Eliane em passar adiante a cultura familiar do cultivo do jardim, em um primeiro momento, é incompreendida pela filha, que acreditava que a mãe a fez passar por isso de propósito, negando-lhe um privilégio. No entanto, essa negativa mostra que sua mãe buscava caminhos diferentes dos estipulados socialmente, abrindo para sua filha um espaço distinto dos anteriores. Negar-se ao cultivo é negar-se a trilhar os mesmos espaços já trilhados pelas mulheres de sua família. É negar-se a seguir o “destino” de submissão aos conceitos patriarcais, que determinavam os lugares que as mulheres poderiam ou não se insubordinar, como é o caso dos jardins: era o único espaço em que as mulheres da família de Eliane tinham liberdade para gerar e para determinar as condições em que vida surgiria. Quando a mãe de Eliane se nega a ter um jardim, conseqüentemente se nega a passar adiante essa tradição familiar. Ela estimula a filha a considerar outras formas de construir seu espaço e sua identidade, dando a ela liberdade para romper com um ciclo de regras que definiam o espaço que as mulheres poderiam ocupar, assim como repensar o que significava nascer mulher.

Logo Eliane pôde avançar na perspectiva de quem é e o que queria fazer de sua vida, não sendo mais necessário ficar engessada ao domínio masculino. Sua sexualidade e sua feminilidade poderiam ser da forma que ela julgasse melhor, rompendo com os discursos familiares sobre o comportamento dos corpos e da sexualidade que são comumente perpetuados nas práticas da família.

Ao falar sobre os dispositivos de controle, Foucault destaca que a sexualidade define as regras comportamentais, em reprimendas que nem sempre são explícitas, pois vai naturalizar que determinadas atitudes só podem ser referentes a homens ou a mulheres. Por exemplo, a ideia de que uma menina é tão delicada em relação a um menino, que jamais mastigaria flores como alguém que tritura a própria feminilidade. Pelo contrário, a sociedade entende o conceito de feminino a passividade, que vai desde as atitudes mais simples até a expressão da sexualidade, que deve ser discreta para as mulheres.

Os discursos sobre o sexo e, logo, sobre o gênero, são dispositivos de poder e saber, que segundo Foucault se manifestam por meio da família, sua primeira reguladora e incitadora: “A família é o cristal no dispositivo de sexualidade: parece difundir uma sexualidade que de fato reflete e difrata. Por sua penetrabilidade e sua repercussão voltada para o exterior, ela é um dos elementos táticos mais preciosos para esse dispositivo.” (FOUCAULT, 2015, P. 121).

No caso de Eliane, o jardim era um exemplo de cultivo exercido pelas mulheres, que continha outros discursos subentendidos naquelas práticas, discursos esses que poderiam ser vistos como modo de vida subserviente.

Por mais que os jardins fossem um espaço de liberdade para as mulheres da família de Eliane, ainda assim era pertencente à casa e à família, por isso estava sujeito a uma ordem maior de regras patriarcais que limitavam a liberdade de ação feminina aquele local. No entanto, isso não significava o poder de decidir sobre a própria vida, pois ainda estavam cativas em seus casamentos, engessadas as regras de bom comportamento feminino.

Desta maneira, como vimos, Marcela Lagarde aborda sobre como um conjunto de relações sociais definem os comportamentos sexuais, delimitando os espaços de acordo com sexo biológico de cada indivíduo. É por meio dessas relações, as quais muitas são referentes ao convívio familiar, que se aprende desde cedo as funções que se deve desempenhar, associadas às tradições, às crenças e valores familiares e sociais. Enfim, um espectro de discursos que ditam normas de comportamentos de acordo com

o gênero, separando os espaços entre machos e fêmeas, além de garantir a dominância de um sobre o outro:

En la base de los mecanismos de la sexualidad se encuentra el conjunto de relaciones sociales que asignan un sitio a cada quien en relación con los demás y funciones específicas que cumplir, así como las instituciones, las creencias, las tradiciones, los valores y las normas que de manera permanente y compulsiva crean y recrean en los sujetos y en los grupos la especificidad genérica. (LAGARDE, 2005, p. 785).

As tias e avó de Eliane tinham jardins que, segundo sua narrativa, eram espaços em que essas mulheres tinham liberdade para decidir sobre a vida ou a morte. Eram lugares até selvagens, mas delimitados fisicamente. Os demais espaços do lar eram para as mulheres lugares em que deviam seguir as regras, domesticadas pelo meio. Ao “negar” que Eliane tivesse um jardim, sua mãe lhe ofereceu outro entendimento sobre o mundo: a de que ela poderia até cultivar as flores, com toda a sua feminilidade, mas que isso não fosse um impedimento para que, quando necessário, ela também fosse capaz de “devorar” os conceitos de feminilidade cultivados pelo meio social e que colocaram as mulheres em posições secundárias e subservientes. Ou seja, a mãe de Eliane estimula na filha a reflexão de que os ideais de docilidade e fragilidade femininos não precisavam obrigatoriamente ser seguidos, pois sua filha poderia avançar para outras possibilidades de viver.

3.2 A idealização da maternidade e do casamento

Tanto a maternidade quanto o casamento são carregados de idealizações, de conceitos que irão romantizar essas relações por meio de ideais, remetendo à imagem de uma felicidade genuína.

Partindo da leitura de Simone de Beauvoir e Marcela Lagarde, chega-se à conclusão de que a sociedade tende a relacionar a maternidade e o casamento a atos de abnegação, de sacrifícios e de submissão femininos. Em muitas culturas que têm por base algumas crenças religiosas, ainda se associa à mãe a imagem das santas, desprovidas de desejos, sexualidade e quaisquer sentimentos que tragam a ideia de humanidade mundana, repleta de vícios e necessidades.

Logo, a imagem da mãe ganha características quase impossíveis de serem atingidas. Os erros femininos passam a ser grandes pecados, enquanto que os masculinos, em muitos casos, são naturalizados como típicos da essência dos homens. Beauvoir ainda vai discorrer que no casamento a mulher passa a assumir dois papéis fundamentais, como ser a cuidadora do lar e da família e, principalmente, ser a mulher que desperta os desejos em seu marido, garantindo que nada falte ao homem da casa, tanto no que se refere à estrutura da casa quanto no suprimento das necessidades sexuais masculinas.

Tanto Michel Foucault quanto Judith Butler discutem sobre a reprodução dos discursos que definem as regras comportamentais em função dos estereótipos de macho e fêmea.

A maternidade é um exemplo de construção idealizada que é feita pela sociedade como algo necessário à mulher para que ela se sinta completa. É comum ao discurso social dizer que toda mulher deseja ser mãe, que existe uma essência feminina que irá inevitavelmente, em algum momento, despertar em toda a mulher o desejo pela maternidade.

A mulher conhece uma alienação mais profunda quando o ovo fecundado desce ao útero e aí se desenvolve. Sem dúvida, a gestação é um fenômeno normal que, em se produzindo em condições normais de saúde e nutrição, não é nocivo à mãe; estabelece-se mesmo, entre ela e o feto, certas interações que lhe são favoráveis. Entretanto, contrariamente a uma teoria otimista cuja utilidade social é demasiado evidente, a gestação é um trabalho cansativo que não traz à mulher nenhum benefício individual e exige, ao contrário, pesados sacrifícios. (BEAUVOIR, 2009, p. 62).

No entanto, nem todas as mulheres desejam a maternidade. Há aquelas que não corroboram com tal discurso, pois suas vontades são outras. Por exemplo, em *Uma duas*, onde Maria Lúcia afirma que nunca quis ser mãe de Laura. Sua aspiração era ser filha de uma família grande para que ninguém prestasse atenção nela. Visto que a atenção que Maria Lúcia recebia de seu pai sempre foi o controle total sobre seus afazeres, ela não tinha liberdade para decidir sobre sua própria vida. O domínio de seu pai, e mais tarde de seu marido, não permitiu que ela conhecesse o mundo por si e muito menos que pudesse decidir sobre seu corpo e seu desejo, ou não, de ser mãe:

Mas eu, pensando hoje, acho que nunca quis ser mãe, nem de Laura, nem de ninguém. Queria ser filha de uma família numerosa demais

para prestar atenção em mim ou me mandar escrever no caderno de caligrafia. [...] Nessa vida, Laura poderia ser minha irmã mais nova, e nos daríamos bem. (BRUM, 2011, p. 139, grifo da autora).

Além disso, também se estimula o discurso de que toda mãe ama incondicionalmente seus filhos, de que faria qualquer coisa pela felicidade deles e por suas vidas, dando, se preciso for, a própria vida. No livro *Uma duas*, mais uma vez Maria Lúcia quebra com essa expectativa sobre a maternidade, dizendo que sente raiva da filha porque ela continuará viva, enquanto que sabe que vai morrer. Maria Lúcia deixa claro que não é o tipo de mãe que daria a vida pela filha, ou seja, mais uma vez o tema da maternidade é exposto aqui, mas fora dos moldes romantizados pela sociedade:

Laura se ilude de que sou eu o dragão cuspidor de fogo entre ela e a liberdade. É uma boba essa minha filha. Tenho raiva dela agora. Porque ela vai viver, e eu não. Não, eu não daria minha vida pela de Laura, preciso dizer. Não sou esse tipo de mãe. E nem acho que esse tipo de mãe exista. (BRUM, 2011, p. 140-141, grifo da autora).

A sociedade espera que toda mulher siga os conceitos romantizados de maternidade. Sua vida deve estar em função do cuidado e da proteção dos filhos e da família. No entanto, Maria Lúcia é um exemplo de mulher que mostra que nem todas foram feitas para essa maternidade altruísta, dizendo o que pensa e o que sente, desmistificando os ideais patriarcais de que a maternidade é sempre bela e desejada, que suas dores e conflitos tem um fundo de felicidade, ou ainda que a maternidade é um meio de aprimorar as mulheres, tornando-as mais dóceis e amorosas.

Todo o discurso que estimula o papel da mulher como mãe e centraliza-o como algo necessário à natureza feminina tem, na verdade, um objetivo maior que é garantir que a mulher aceite sua função social. A questão é que essa aceitação vem acompanhada de outras tantas que vão induzir a fêmea à obediência. Mais uma vez Beauvoir vai tratar de como o meio social atribui à maternidade valores que vão garantir que a mulher não tenha como escapar da imagem da mãe, associando-se a ela, desejando-as. E mesmo que ela não deseje o casamento e a maternidade, mesmo assim a cultura e os valores vão insistir na importância de manter-se em seu lugar subalterno e seguir as regras:

No ato sexual, na maternidade, a mulher não empenha somente tempo e forças mas ainda valores essenciais. [...] Não seria possível obrigar diretamente uma mulher a parir: tudo o que se pode fazer é encerrá-la

dentro de situações em que a maternidade é a única saída; a lei ou os costumes impõem-lhe o casamento, proibem as medidas anticoncepcionais, o aborto e o divórcio. (BEAUVOIR, 2009, p. 93).

Marcela Lagarde discute sobre a imposição da maternidade pelas instituições e pelo Estado, que reproduzem a imagem da satisfação feminina como mãe:

Las instituciones de la sociedad y del Estado reproducen a las mujeres como madres. En cuanto a la procreación, debe lograrse su consenso: debe mantenerse convencidas y satisfechas a las mujeres para que, a pesar de las enormes dificultades de las mujeres para cumplir con el estereotipo femenino materno, continúen con sus funciones sociales. (LAGARDE, 2005, p. 255).

Um dos principais pontos para o controle da mulher nos espaços familiares está em exaltar a ideia de que o amor feminino é inegável diante da imagem do filho, da família, do esposo. Enfim, é salientar que o amor feminino está a serviço da família, é um amor que se doa, que está na sociedade para servir. No entanto, em *Uma duas*, Maria Lúcia rompe com essa ideia do amor materno que abdicaria de tudo, inclusive da própria vida pela do filho, ou ainda, da ideia de que a felicidade do filho representaria sua própria felicidade. Ao falar sobre o que sente, essa personagem nos mostra que nem toda mulher entende ou aceita os discursos que vão falar sobre a maternidade como algo sublime, ou que é do desejo de toda mulher servir:

La ideología del amor es la ideología del poder basado en la propiedad privada de las personas, articulada por diferentes consideraciones: si se trata de los niños, por su invalidez y su minoridad; si de las mujeres, por su naturaleza y la necesidad de ser acogidas por el poderoso esposo, etcétera. Sin embargo, lo distintivo en relación con el amor como poder sobre la mujer, es que refuerza la dependencia bajo el hábito de afectos gratificante. (LAGARDE, 2005, p. 161).

Além disso, o casamento de Maria Lúcia começou sem que ela percebesse. Após a morte de seu pai ela se viu sozinha e desorientada, então o porteiro assumiu a posição que o pai dela ocupava. Isso sem que ela entendesse que ali estava começando um casamento. Maria Lúcia não entendia exatamente como funcionava um matrimônio, e foi ao sair e observar os demais casais que ela começou a compreender as diferenças entre o que ela estava vivendo e como poderia viver se a situação fosse outra se realmente amasse seu marido ou se pelo menos tivesse tido a chance de escolher com quem ficar:

No domingo, ele me levou ao parque. E eu pude ver outros casais como nós no gramado. Eles se beijavam, e nós não. Eles se abraçavam, e nós não. Quando voltamos, eu o abracei, e nós fizemos aquilo que só muito mais tarde eu saberia o nome. Foi a única vez que eu quis com ele. Porque no dia seguinte eu vomitei. E ele soube que eu estava grávida. Porque eu mesma não entendia o que era gravidez. Eu sempre senti que havia uma coisa ruim dentro de mim, e agora ela crescia. Era tudo o que eu sabia. Ele dizia que era um bebê, que era uma coisa boa, um filho nosso. Mas ele não poderia saber. Eu sim. (BRUM, 2011, p. 114, grifo da autora).

Maria Lúcia não entendia o que significavam os momentos de intimidade com o “marido”. Ela mesma relata que apenas uma vez quis manter relações sexuais com ele e que, logo depois, ficou sabendo que estava grávida porque ele contou a ela. A inexperiência de Maria Lúcia era tanta que ela não sabia como nominar uma relação sexual. Ela não entendia nada sobre seu corpo, sobre as transformações que sofria, sobre as alterações em função de uma gravidez. Para ela, a experiência da maternidade já começou envolta em sentimentos ruins, com um homem que se fez “esposo” à força, com uma gestação que nunca foi pensada, apenas sentida com estranheza, pois ela não compreendia o que estava acontecendo e, por isso, conclui que só poderia ser algo ruim. A gestação é, para ela, uma experiência incômoda e que é incompreendida pelo “marido”, que apenas diz estar tudo bem, que isso é algo bom, mas que se aproveita do fato de estar em um “relacionamento” no qual só ele tem o domínio e o conhecimento sobre o que acontece, enquanto que ela fica sujeita às vontades dele e às explicações que ele quer ou não dar a ela.

Ou seja, essa figura masculina reproduz o discurso de dominação sobre a mulher, representando bem o que o sistema patriarcal faz ao elaborar conceitos sobre a feminilidade e obrigar que a mulher siga esses conceitos. Por exemplo, a imposição social de uma identidade feminina baseada no desejo de servir por amor e de se reproduzir.

Foucault, ao discutir sobre essa dominação masculina que regula os comportamentos sexuais, aborda como o discurso se insere nesse sistema em um jogo complexo e instável no qual o discurso poder ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, estabelecendo as condutas que são aceitáveis ou não. Por isso a conduta do “marido” de Maria Lúcia é considerada aceitável pelo meio social. Afinal, a sociedade entende que dentre as tarefas que as mulheres devem desempenhar, a disponibilidade ao

sexo para o companheiro é uma das obrigações femininas, sendo de direito dele dispor desse corpo quando assim desejar:

Os discursos, como os silêncios, nem são submetidos de uma vez por todas ao poder, nem opostos a ele. É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. O discurso veicula e produz poder; reforça-o mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo. Da mesma forma, o silêncio e o segredo dão guarida ao poder, fixam suas interdições; mas, também, afrouxam seus laços e dão margem a tolerâncias mais ou menos obscuras. (FOUCAULT, 2015, p. 110).

Por meio da reflexão sobre os processos históricos que as mulheres foram submetidas que é possível compreender porque a cultura patriarcal se utiliza da imagem da esposa e da mãe como ideais de felicidade feminina. Beauvoir reflete sobre a mulher diante dos processos históricos, o que explicaria, em parte, a situação de Maria Lúcia:

Destronada pelo advento da propriedade privada, é a ela que o destino da mulher permanece ligado durante os séculos: em grande parte, sua história confunde-se com a história da herança. [...] O homem não aceitará, portanto, partilhar com a mulher nem os seus bens nem os seus filhos. Não conseguirá impor totalmente, e para sempre, suas pretensões. Mas, no momento em que o patriarcado é poderoso, ele arranca da mulher todos os direitos sobre a detenção e a transmissão dos bens. [...] Pelo casamento, a mulher não é mais emprestada por um clã a outro; ela é radicalmente tirada do grupo em que nasceu e anexada ao do esposo; ele compra-a como compra uma rês ou um escravo e impõe-lhe as divindades domésticas; e os filhos que ela engendra pertencem à família do esposo. (BEAUVOIR, 2009, p. 122-123).

Com o relato de Maria Lúcia, fica claro que essa mulher se desenvolveu diante da experiência de ser uma filha obediente ao pai, e mesmo diante dos abusos desse pai, ela se sentia culpada quando não alcançava as expectativas dele. Depois da morte dele, Maria Lúcia ficou mais uma vez confinada e submetida à vontade de outro homem, mas dessa vez através de um casamento forçoso, que também a submetia a abusos. Ou seja, essa mulher foi filha e esposa, da mesma forma, para homens que se julgavam donos dela, mantendo-a dependente e submissa às vontades deles. A maior diferença está no fato de que a relação conjugal a obrigou a ser mãe.

Lagarde, por sua vez, aborda sobre a forma como as mulheres são colocadas em situações de dependência no lar, seja por questões financeiras ou por questões

educacionais, que vão manter a mulher prisioneira à ideia de que é de sua obrigação cumprir com as expectativas masculinas acerca delas:

El cautiverio caracteriza a las mujeres en cuanto al poder de la dependencia vital, el gobierno de sus vidas por las instituciones y los particulares (los otros), la obligación de cumplir con el deber ser femenino de su grupo de adscripción, concretado en vidas estereotipadas, sin opciones. Todo esto es vivido por las mujeres desde la posición de subordinación a que las somete el dominio de sus vidas que, en todos los aspectos y niveles, ejercen la sociedad y la cultura clasistas y patriarcales. (LAGARDE, 2005, p. 152).

Diante de tal incômodo e de algumas experiências traumatizantes de gestação, Maria Lúcia não via problema em afogar os bebês que teve. No entanto, dos filhos que ela pariu, Laura foi a única que se conectou a Maria Lúcia, isso ocorrendo no momento que ela iria afogá-la:

Quando o homenzinho foi para o trabalho me implorando para não fazer nada de mal, eu levei Laura até a privada para afogá-la. E quando enfiava a cabeça dela dentro da água, ela não berrou como os outros. Laura me olhou. Só me olhou. E aí eu preciso confessar que senti uma coisa diferente. De algum modo aquele monstinho sabia quem eu era. E eu não pude. Queria, mas não pude. (BRUM, 2011, p. 143, grifo da autora).

Na obra *Meus desacontecimentos*, Eliane Brum conta que sua avó Teresinha⁵ apaixonou-se pelo seu avô por causa de algumas cartas de amor que teria recebido dele. Foi por meio da palavra escrita que sua avó elaborou uma idealização de homem que lhe parecia ser um cavalheiro romântico, e por isso ela acreditou que havia encontrado o verdadeiro amor com um homem letrado, educado e conhecedor da alma feminina.

No entanto, quem escrevia as cartas que Teresinha recebia era a cunhada Hipólita, visto que o avô de Eliane era analfabeto: um homem rude e sem conhecimento algum sobre as delicadezas descritas nas cartas destinadas a Teresinha. A idealização do casamento sempre foi um aspecto marcante da criação feminina, ainda mais na época em que a avó de Eliane se casou. Por mais que hoje se discuta a procura por uma felicidade conjugal independente dos ideais de “príncipe encantado”, mesmo assim ainda é comum encontrar mulheres que estão esperando achar alguém especial, como

⁵ Eliane conta que o primeiro nome que sua avó recebeu e que foi registrada foi Vitalina, mas que quando foi batizada ganhou outro nome – como era de costume em sua época – e como ela não gostava de seu nome de registro, então assumiu o nome de batismo, que é Teresinha.

um messias, um homem que irá suprir suas necessidades românticas e completá-las. No caso das mulheres, ainda há muita associação do estado de felicidade feminina ao casamento, que dirá em épocas anteriores, como narra Eliane, na qual sua avó, mesmo tendo casada com alguém que não era quem dizia ser, se viu obrigada a permanecer naquele relacionamento, pois o casamento, entendido como uma união sagrada perante Deus, era também indissolúvel. Logo, ela teria que prosseguir em uma união longe de seus ideais românticos de felicidade conjugal.

Depois de alguns bailes, olhares e bem pouco mais, minha avó começou a receber lindas cartas de amor, escritas numa caligrafia impecável e em português da melhor estirpe. Era meu avô. [...] A da carne foi só a primeira inocência perdida pela minha avó, num sentido mais profundo do que um hímen pode conter. Depois de uma noite de núpcias mais distante de seus sonhos do que a lua, ela descobriu que havia se enamorado da cunhada.

Hipólita, a mais letrada irmã de Antonio, era quem tinha trocado cartas com minha avó. E por isso entendia tão bem de literatura e de uma alma de moça. Meu avô era analfabeto. (BRUM, 2014, p. 43).

Ao receber as cartas de amor, Teresinha criou para si a ideia de que Antonio⁶ era um homem romântico, conhecedor da alma feminina, alguém com quem poderia ter uma vida de felicidade conjugal, um companheiro com quem pudesse conversar, enfim, pensou ter encontrado o homem de sua vida, aquele com quem poderia casar e ser feliz. No entanto, Antonio não estava preocupado em conhecer a vontades de Teresinha, suas opiniões e anseios. Para ele, bastava casar que teria o direito sobre ela, e caberia a ela se adaptar a ele, conhecer e fazer as vontades dele, pois estando casada e sujeita à cultura patriarcal, se entendia que era de responsabilidade da mulher cuidar de todos da família, garantindo a harmonia no lar. Logo, o avô de Eliane não tinha motivos para se preocupar com Teresinha, visto que era uma obrigação social dela cumprir com suas funções matrimoniais. Michelle Perrot aborda o fato das mulheres serem ao longo de suas vidas submetidas a uma quantidade exorbitante de imagens e discursos masculinos que irão representar e falar sobre a mulher. Diante desse imaginário masculino e do silenciamento feminino, a sociedade cobra que a mulher se encaixe nos ideais masculinos de feminilidade.

⁶ Eliane escreve o nome de seu avô sem o acento circunflexo, porque dizia que um homem como ele não merecia usar chapéu, em vista de sua brutalidade.

Em compensação existe uma abundância, e mesmo um excesso, de discursos sobre as mulheres; avalanche de imagens, literárias ou plásticas, na maioria das vezes obra dos homens, mas ignora-se quase sempre o que as mulheres pensavam a respeito, como elas as viam ou sentiam.

Das mulheres, muito se fala. Sem parar, de maneira obsessiva. Para dizer o que elas são ou o que elas deveriam ser. (PERROT, 2015, p. 22).

Além disso, Beauvoir também discorre sobre a exigência social de que a mulher siga o imaginário masculino sobre como ela deveria ser. Ainda na infância, as imagens de princesas que serão felizes para sempre são colocadas no imaginário feminino, mas para isso elas precisam ser como as princesas, precisam estar dispostas à docilidade, à fragilidade, para que o “príncipe encantado” possa salvá-las com o casamento:

Por meio de cumprimentos e censuras, de imagens e de palavras, ela descobre o sentido das palavras "bonita" e "feia"; sabe, desde logo, que para agradar é preciso ser "bonita como uma imagem"; ela procura assemelhar-se a uma imagem, fantasia-se, olha-se no espelho, compara-se às princesas e às fadas dos contos. (BEAUVOIR, 2009, p. 374).

Teresinha havia se apaixonado pelo que Hipólita dizia em suas cartas. Quanto ao seu marido Antônio, ele jamais foi um homem delicado. Em várias partes da narrativa Eliane demonstra o quanto sentia por sua avó ter permanecido nessa união que não era de almas. Ela descreve seu avô como um homem bruto, o qual não teve sequer a delicadeza de tentar conhecer melhor Teresinha. Seu avô era um homem de seu tempo, preocupado, segundo Eliane, apenas com seu próprio ego, tanto que só casou com Teresinha porque havia terminado outro relacionamento: a mulher com quem tinha compromisso resolveu cortar o cabelo sem pedir permissão para ele, e por esse simples fato ele terminou o noivado.

O encontro com Teresinha foi por acaso: ele a viu e se agradou de sua aparência. Desse ponto em diante, era uma questão de enviar algumas cartas e convencer a moça a se casar. Além disso, Eliane também relata sobre a discrepância entre os conceitos românticos atribuídos ao casamento e que não se fazem presente na realidade vivida quando conta a história de sua tia Cristina, que mesmo estando casada com um marido alçoolatra não via possibilidade de deixá-lo para iniciar uma nova vida:

Minha boa tia Cristina amargava um marido bêbado, sem jamais lembrar-se de que poderia deixá-lo. Talvez porque não pudesse. E

nunca soubemos onde ela enfiava tanta resignação até o dia em que teve um derrame. Esse marido não era nem mesmo mau, mas ninguém tinha qualquer ideia sobre o que fazer com um bêbado naquele tempo. (BRUM, 2014, p. 30).

As questões culturais, sociais e históricas têm forte impacto sobre a decisão de permanecer ou não em um casamento. O meio em que as mulheres são criadas, os ideais comportamentais de práticas sociais a serem seguidas ou serem evitadas são determinantes para se compreender os motivos que levam algumas mulheres a permanecerem em casamentos infelizes. O casamento, ainda mais se realizado perante determinadas crenças religiosas, traz consigo o conceito de um vínculo indissolúvel, além da cobrança social de permanência no matrimônio mesmo diante das dificuldades. Isso porque se considera mais importante manter a união do casamento dentro de uma aura de estabilidade. O discurso sobre a felicidade conjugal eterna não está na inexistência de dificuldades, mas sim na perseverança diante delas, na repetição de uma vida estável e do cotidiano. Beauvoir aborda sobre essa idealização do casamento, que é representada ao longo da história e da literatura, e de como essa ideia da felicidade conjugal é atrelada ao conceito de estabilidade de repetição, e não necessariamente à ideia de amor:

[...] não é o amor que o otimismo burguês promete à jovem esposa: o ideal que lhe acenam é o da felicidade, isto é, o de um tranquilo equilíbrio no seio da imanência e da repetição. [...] Uma mediocridade dourada, sem ambição nem paixão, dias que não conduzem à parte alguma e que recomeçam indefinidamente, uma vida que desliza docemente para a morte sem procurar razões que a explique [...]. (BEAUVOIR, 2009, p. 581).

Já Lagarde discute sobre a questão do amor como referencial de felicidade feminina. No entanto, o amor feminino é referente a um estado de doação. A mulher se coloca à disposição da casa, do marido e dos filhos, como diz Lagarde: “Ser esposa es ser madre; significa cuidar maternalmente del esposo y cuidarlo eróticamente. La esposa es cuerpo y subjetividad para el marido, es a la vez materna y erótica.” (LAGARDE, 2005, p. 446). Como no caso de Cristina, que mesmo diante de um casamento que não a deixava feliz, se via na obrigação de cuidar do marido.

É importante destacar ainda que Lagarde discorre sobre a mesma promessa que Beauvoir diz ser feita às mulheres em relação ao casamento, que é com base no conceito de felicidade feminina, mas que também está atrelada à ideia de estabilidade conjugal e

repetição das funções femininas. A diferença está que Lagarde argumenta sobre a questão do amor, mas como forma de garantir que a mulher se mantenha em seu espaço de opressão:

Así el contenido de la felicidad de las mujeres es la experiencia amorosa, y es evidente que el sentido de la vida de la mayoría de ellas es la realización del amor. La cantidad de trabajo invisible realizado por las mujeres, las energías vitales destinadas a cuidar y a acoger a *los otros*, el cuidado permanente de ellas mismas para ser mejores objetos, y la tolerancia a la servidumbre voluntaria, no son gratuitas. Las mujeres movilizan sus capacidades y sus energías vitales en busca de la realización del deseo: de la vivencia del amor. (LAGARDE, 2005, p. 440).

A idealização do casamento perfeito e feliz que inclui a maternidade como fator essencial para demonstrar o fortalecimento e a concretização dos conceitos de relacionamento conjugal feliz e próspero, é ferramenta de controle sobre as mulheres. Não basta só controlar seus corpos, pois tão importante quanto isso é controlar seus pensamentos e desejos. As mulheres precisam querer o casamento e a maternidade, precisam aceitar que só serão felizes se cumprirem seus destinos biológicos e sociais, e qualquer discurso que questione essa condição feminina para a sociedade deve ser combatido e refutado. Essa é a forma de garantir o favorecimento masculino, afinal, é mais fácil diminuir as mulheres como forma de exaltar os homens.

Em *História da sexualidade*, Michel Foucault vai discutir sobre a produção de discursos sobre os sexos, estabelecido como um dispositivo de controle dos comportamentos que terá valor de verdade e poder de ação para definir o desejo. Logo, as idealizações acerca do sexo contêm em si um conjunto de regras que irão delimitar ações e espaços entre machos e fêmeas. Essa incitação ao discurso tem o poder de intensificar certas atitudes, ou ainda, de (re)significá-las, produzindo efeitos múltiplos de deslocamento. O entendimento do que é admissível, ou normal nos sexos, estará sujeito ao controle social. O meio incitará que se fale mais sobre o sexo, em um jogo de produção de saberes:

O essencial é bem isso: que o homem ocidental há três séculos tenha permanecido atado a essa tarefa que consiste em dizer tudo sobre seu sexo; que, a partir da época clássica, tenha havido uma majoração constante e uma valorização cada vez maior do discurso sobre o sexo; e que se tenha esperado desse discurso, cuidadosamente analítico, efeitos múltiplos de deslocamento, de intensificação, de reorientação, de modificação sobre o próprio desejo. (FOUCAULT, 2015, p. 25).

Simone de Beauvoir também reflete sobre essa produção de discursos de verdade sobre o sexo: tendo a finalidade de garantir que se tenha uma compreensão sobre as maneiras como homens e mulheres devem viver. Os comportamentos serão controlados a partir de ideais culturais acerca do que é permitido ou não nos espaços familiares e públicos de acordo com o sexo biológico. Beauvoir mostra isso ao relatar a naturalidade com que se entende o pertencimento do homem à vida pública, aos espaços de trabalho fora do lar, a capacidade de decidir sobre sua profissão, enfim, de desempenhar funções fora do espaço familiar. No entanto, para a mulher, o mesmo não acontece, pois suas conquistas autônomas, nos espaços públicos, estão em contradição com os valores sociais que ligam a feminilidade à ideia de pertencimento e dedicação aos espaços privados e aos familiares, objetificando-a, tornando-a sempre o Outro em relação ao homem:

No homem não há nenhum hiato entre a vida pública e a vida privada: quanto mais ele se afirma seu domínio do mundo pela ação e pelo trabalho, mais revela viril; nele, os valores humanos e os valores vitais se confundem; ao passo que os êxitos autônomos da mulher estão em contradição com sua feminilidade, porquanto se exige da "verdadeira mulher" que se torne objeto, que seja o Outro. (BEAUVOIR, 2009, p. 352).

Por isso, a mulher vai assumir esse papel importantíssimo como reprodutora e cuidadora do lar e da família. Socialmente ela passa ser a auxiliadora do homem, pois ela não deve oferecer para ele nenhum tipo de disputa pelo poder. Para garantir que a estrutura social se mantenha da mesma forma, até mesmo situações de dor e sofrimento feminino serão mais uma vez romantizadas, associando a figura da mulher sofredora à imagem de santas e heroínas, ou seja, o sofrimento feminino tem grande valor social e passa a ser até apreciado. Como no caso da maternidade, em que o corpo sofre transformações dolorosas e mesmo assim esses problemas são minimizados, dá-se uma aura de santidade à gestação, o milagre da vida. A mulher passa a assumir para si a imagem da boa mãe e mais que isso, passa a ser apenas um útero:

Minha avó já não tinha útero nem ovários, obrigada a arrancá-los para salvar a vida. Quando isso aconteceu, antes de seus quarenta anos, meu avô sentenciou: "Já não é mulher". E nunca mais a desejou. Desde menina fantasio que a flor vermelha era o útero e também os ovários da minha avó. (BRUM, 2014, p. 59).

Um exemplo do valor que se atribui à função da maternidade pode ser visto na narrativa de Eliane, quando ela narra sobre sua avó que, após retirar o útero, já não era mais considerada como uma mulher por seu marido. Ou seja, sua feminilidade foi associada à sua capacidade de gerar filhos e, se isso não era mais possível, então ela não poderia mais exercer sua função social, logo deixava de ser mulher. No caso da avó de Eliane, isso aconteceu antes dos quarenta anos, no entanto, essa é uma situação comum às todas as mulheres, visto que com a chegada da menopausa elas deixam de ser aptas à gestação.

Segundo Beauvoir, é nesse momento que a mulher é libertada de sua servidão de fêmea, pois ela não é mais convocada a gestar: “É ainda através de uma crise difícil que a mulher escapa ao domínio da espécie; entre quarenta e cinco e cinquenta anos desenrolam-se os fenômenos da menopausa, inversos aos da puberdade. [...] Então, a mulher acha-se libertada da servidão da fêmea [...]” (BEAUVOIR, 2009, p. 63). No entanto, ela passa a ser brutalmente despojada de sua feminilidade, pois aos olhos da sociedade ela não precisa mais viver sua sexualidade, seus desejos, visto que ela não tem mais a função erótica, associada a concepção:

Enquanto ele envelhece de maneira contínua, a mulher é bruscamente despojada de sua feminilidade; perde, jovem ainda, o encanto erótico e a fecundidade de que tirava, aos olhos da sociedade e a seus próprios olhos, a justificação de sua existência e suas possibilidades de felicidade: cabe-lhe viver, privada de todo futuro, cerca de metade de sua vida de adulta. (BEAUVOIR, 2009, p. 757).

Quanto ao homem, o envelhecimento não lhe causa nenhum despojamento de sua virilidade, pois ela está associada à vida pública, ao trabalho, a diversas outras questões que não colocam sua masculinidade na função exclusiva de sua capacidade de gerar filhos.

3.3 A violência e a culpa na construção do sujeito feminino

É inevitável discutir a violência contra a mulher como um processo histórico e cultural que marca a posição do macho em relação à fêmea no meio social, estabelecendo por meio de comportamentos o modo como a mulher deve se ver e agir, assim como o modo como o homem deve se ver e agir em sociedade. É através de determinados discursos e práticas educativas que esses papéis serão estabelecidos e

naturalizados como sendo característicos de cada sexo. A escritora Michelle Perrot aborda essa questão sobre a naturalização do papel masculino associado a atividades públicas, enquanto que o mesmo não acontece para as mulheres, pois a mesma associação aos espaços públicos lhes confere características pejorativas, sendo motivo de vergonha para elas:

[...] homem público é uma honra; mulher pública é uma vergonha, mulher de rua, do trottoir, do bordel. O aventureiro é o herói dos tempos modernos; a aventureira, uma criatura inquietante. A suspeita pesa sobre os deslocamentos das mulheres, principalmente das mulheres sozinhas. (PERROT, 2015, p. 136).

Beauvoir também vai tratar dos espaços que são atribuídos às mulheres em relação aos homens, dizendo que elas são associadas as esferas do lar e à privacidade da família. O discurso social liga a mulher ao casamento e à subordinação masculina, enquanto que o casamento para o homem não o impossibilitaria de desfrutar da vida pública e do prestígio do trabalho remunerado, atuante na economia: “Educadas por mulheres, no seio de um mundo feminino, seu destino normal é o casamento que ainda as subordina praticamente ao homem; o prestígio viril está longe de se ter apagado: assenta ainda em sólidas bases econômicas e sociais.” (BEAUVOIR, 2009, p. 357).

Essa divisão social, que estabelece mais especificamente uma divisão de poderes, contará com o aval de estudos científicos e até religiosos afim de estabelecer uma justificativa que sustente a relação de violência, culpabilizando a vítima, com o objetivo de que ela não reaja à situação que lhe é imposta. Com isso, a violência é apenas mais um meio de estabelecer as relações entre aqueles que detêm o poder e aqueles que devem obedecer. A culpa é utilizada como um discurso que servirá para justificar a relação já previamente estabelecida, dando ao agressor o direito de agredir, colocando a culpa na vítima. Como no caso da relação entre homens e mulheres, que é regida por um conjunto de regras e considerações acerca dos comportamentos, sendo que a desigualdade no tratamento e direitos entres os sexos é naturalizada, entendendo-se que um deve se sobrepor ao outro pelo simples fato de pertencerem a gêneros diferentes. Justificando, assim, a assimetria de poder, a desigualdade e até a violência como forma de garantir que cada sujeito ocupe o espaço a ele destinado e mantenha-se dentro dos padrões comportamentais esperados.

Marcela Lagarde, em seu estudo sobre as condições antropológicas femininas na sociedade, discorre sobre como os mecanismos de sexualidade se inserem nas relações

sociais determinando um lugar específico para cada indivíduo. É de acordo com a definição cultural sobre a sexualidade, separando-a a partir da concepção cultural de macho ou fêmea, que vai se obrigar os sujeitos a atuar no meio social. Esses mecanismos irão determinar quais funções sociais devem ser realizadas de acordo com valores, tradições e crenças, enfim, um conjunto de normas irão criar e recriar nos indivíduos os comportamentos e afirmar suas especificidades genéricas, enquadrando-os em grupos e mantendo os padrões comportamentais esperados, aceitos e até estimulados pelo meio:

Las concepciones sobre la relación entre sexo y género corresponden a la necesidad de crear una sexualidad definida en tomo a la feminidad y la masculinidad como definiciones culturales estereotipadas que obligan a los sujetos a constreñir su participación en la sociedad y en la cultura de cierta manera. Se crea y se reproduce de hecho, una sexualidad dominante que estructura por grupos socioculturales la humanidad de cada sujeto particular. (LAGARDE, 2005, p. 785).

A vítima sente-se culpada pelo que sofreu, como em muitos casos de abuso sexual, os quais as agressões são justificadas em função da vestimenta ou de um possível comportamento do agredido que determinaria que o agressor usou de violência por culpa da vítima: que de alguma forma “induziu” esse comportamento no outro.

Na obra *Uma duas*, o pai de Maria Lúcia diz à filha que iria educá-la em casa, pois ele considerava toda e qualquer educação ou socialização externa exemplos de comportamentos errados, algo que ele não queria para sua filha. Então, Maria Lúcia conta que por esse motivo o pai a mantinha trancada em casa e ele mesmo se dispôs a ensinar-lhe a ler e escrever. No início seu pai ensinava-lhe os conteúdos escolares, mas logo começou a ditar-lhe cartas, com palavras rebuscadas, as quais sua filha não compreendia: “*No início eram cartas rebuscadas, com palavras cujo sentido eu não alcançava. Ósculo, por exemplo.*” (BRUM, 2011, p. 81, grifo da autora).

Toda vez que Maria Lúcia queria saber o significado do que escrevia seu pai lhe advertia que o dicionário não era para ela, pois ela não teria idade o suficiente para saber de todas as palavras:

O dicionário era proibido para mim. Meu pai achava o dicionário altamente perigoso. E tudo o que era perigoso deveria ser eliminado. Ou pelo menos controlado de perto. Você é uma menina inteligente, Maria Lúcia. Puxou a mim. Você acha que tem idade para ter acesso a todas as palavras do mundo? (BRUM, 2011, p. 82, grifo da autora).

Fica evidente que o pai tinha sobre Maria Lúcia o controle sobre o que ela poderia ou não saber, visto que o conhecimento é um meio de poder. Por isso mesmo, tão vigiado e regulado por essa figura paterna, que não queria que sua filha soubesse do teor das cartas que ditava para ela. O conhecimento sobre o significado das palavras poderia abrir um espaço de liberdade para Maria Lúcia, possibilitando que ela encontrasse um meio de se libertar do poder que o pai tinha sobre ela. Esse controle excessivo foi uma das primeiras violências sofrida pela filha, que não entendia esse comportamento como abusivo, visto que para ela era o normal de sua relação com seu pai.

A forma como certos comportamentos são entendidos como naturais impossibilitam, muitas vezes, a compreensão de que determinadas atitudes são abusivas. Isso se dá por sua naturalização através dos discursos, pela utilização de uma linguagem que atua sobre os corpos e que dita regras, como se essas fossem as únicas verdades possíveis. Como no caso de Maria Lúcia, que não entendia o quanto seu pai era abusivo com ela, pois para ela aquela relação sempre foi dessa forma, o discurso que determinava como deveria ser a relação deles, o que era certo ou errado, vinha da figura paterna. Logo, se ele dizia que algo estava correto, Maria Lúcia entendia como sendo a verdade, embora sentisse uma estranheza diante daquela relação. Butler discute sobre o poder da linguagem na opressão sexual, pois ela tem uma ação plástica sobre a realidade:

O poder da linguagem de atuar sobre os corpos é tanto causa da opressão sexual como caminho para ir além dela. A linguagem não funciona de forma mágica e nem inexorável: "há uma plasticidade do real em relação à linguagem: a linguagem tem uma ação plástica sobre o real". (BUTLER, 2016, p. 202).

Maria Lúcia conta que em uma noite seu pai começou a ditar-lhe cartas, mas que para isso havia um ritual de limpeza, no qual ela deveria se lavar bem e que, mesmo que gastasse todo o sabão se limpando, ela não ficaria limpa. A sujeira a qual seu pai se referia era em relação ao teor das cartas que ditava à sua filha, ele dizia a ela que não importava o quanto se lavasse, pois sabão algum seria capaz de remover aquela sujeira:

Uma noite meu pai começou a me ditar cartas. Antes, me fez lavar bem as mãos com um sabão artesanal [...]. Dizia que a sujeira

permanecia mesmo que gastasse o sabonete inteiro numa única vez. O cheiro do meu pai era o desse sabão. E logo seria o meu também. (BRUM, 2011, p. 81, grifo da autora).

A violência sofrida por Maria Lúcia era, em um primeiro momento, disfarçada por seu pai por meio das cartas de teor sexual que ele ditava e pelo controle excessivo que tinha sobre ela. Ela não compreendia de maneira clara que aquilo era uma violência. Ela só foi começar a entender que algo não estava certo como o passar do tempo, à medida que, escondida, procurava no dicionário o significado do que seu pai lhe ditava, até não precisar mais do dicionário para compreender o conteúdo das cartas.

Só então ela começou a entender o sentido do que escrevia, e mesmo assim ela não compreendia aquilo como uma violência, como um abuso por parte dele. Embora as palavras ardessem nela, a machucassem, e mesmo quando percebia que aquilo era errado, era ela quem se sentia culpada. A “sujeira” estava nela, tanto que durante toda sua vida ela reproduziu em seus hábitos a preocupação excessiva com a limpeza, com o uso do sabão artesanal, com o cheiro que era de seu pai e que acabou sendo o dela e, mais tarde, o de sua filha. A violência sofrida por Maria Lúcia a acompanhou durante toda sua vida:

Não havia mais geografia, nem história, nem matemática. Só língua portuguesa. Só língua. Meu pai me ditava cartas cada vez mais longas. E eu não precisava mais do dicionário para saber o que elas significavam. As palavras ardiavam em mim. Como é possível alguém que nunca saiu de casa desacompanhada saber que algo era errado? As palavras queimavam os meus dedos e abriam sulcos pelo meu corpo, pelas minhas pernas, incinerando a pele por onde passavam. E eu fazia xixi de repente desde o dia em que abri o dicionário, minha versão particular da caixa de Pandora. (BRUM, 2011, p. 86, grifo da autora).

Diante da narrativa da mãe de Laura, passamos a refletir sobre o impacto das relações familiares nos sujeitos e como as formas de violência são naturalizadas como práticas normais do relacionamento familiar. Muitas dessas práticas são vistas como métodos de educação, mas em essência nada mais são que uma forma de garantir a submissão de uma das partes, a aceitação de que o sofrimento é por culpa própria, porque se fez algo de errado.

Marcela Lagarde vai discorrer sobre as formas de violência que não são reconhecidas como tais, pela sujeição infligida às mulheres por seus pais e esposos nos espaços privados do lar. Essas violências são desconsideradas como tais nesses espaços,

nas práticas domésticas. No entanto, essas mesmas práticas violentas, fora da instância familiar, são reprovadas e consideradas delitos. Ou melhor, como as mulheres são propriedade da família, qualquer violência feita a elas no espaço familiar, pela figura masculina que detém o poder, é considerada uma forma educativa:

La ideología de la institucionalidad en que ocurren los hechos se encarga de negarlos, de hacerlos pasar como nimios (formas de violencia conyugal o paterna), a tal punto que si se enuncian como violencia, quienes los viven no se reconocerían en esa calificación. Por el contrario, las mismas acciones ocurridas fuera de esa institucionalidad son reconocidas como violencia, reprobadas, y constituyen delitos. (LAGARDE, 2005, p. 258).

É o que acontece com Maria Lúcia, que percebia a fúria, o medo e o desejo de seu pai, mas não sabia ao certo como lidar com aquela situação. Pois ao mesmo tempo que ele lhe dizia que ela era suja e lhe reprendia como sendo algo ruim, deixando claro seu desejo pelo que reprendia. Fazer algo errado, passava a ser ruim e bom, ao mesmo tempo que era repreendido também era excitado por quem o reprendia.

Meu pai ficava furioso, e eu sentia que ele desejava me bater, mas tinha medo de me tocar com as mãos. Sua menina suja, o que deu em você, Maria Lúcia? E eu sabia que suja era ruim, mas também era bom, porque nas cartas ele queria fazer coisas sujas. E então eu fazia xixi de novo. E a carta tinha de ser interrompida. Ele me mandava para o quarto, e eu ficava aliviada.

Mas no dia seguinte, quando ficava em casa sozinha, eu precisava me lavar o tempo todo, meu corpo inteiro [...]. (BRUM, 2011, p. 86, grifo da autora).

Toda essa experiência conflituosa de sentimentos causava em Maria Lúcia a sensação de permanecer suja durante todo o dia. Embora a personagem dissesse que seu pai tinha medo de tocá-la, isso não significa que ele não a agredia, visto que ele se utilizava das palavras para abusar dela. Ela mesmo conta que as palavras que seu pai dizia para ela escrever a atormentavam e agiam sobre ela como se fossem algo físico, fazendo-a sentir pavor de toda aquela situação: “*As palavras se enrolavam em mim e me contaminavam. Eu chorava de pavor, mas não havia ninguém. Elas entravam na minha cabeça pela voz dele e lá ficavam se dizendo sem parar.*” (BRUM, 2011, p. 86, grifo da autora).

Maria Lúcia conta que não gostava de escrever, porque a escrita era uma imposição de seu pai: “*Talvez eu não gostasse de escrever nem de quem escreve porque*

as palavras eram do meu pai. Eu era apenas um corpo do qual ele se utilizava.” (BRUM, 2011, p. 96, grifo da autora). Ou seja, a escrita era para ela uma ferramenta de abuso no relacionamento que ela tinha com o pai. A escrita também era uma forma de constituir-se, se “materializar-se” no mundo e, mais que isso, um “veículo” carregado de significados que davam sentido à realidade vivida. No entanto, essa escrita era conduzida pelo pai, que ao invés de permitir que ela se desenvolvesse e se expressasse, era uma ferramenta que a sufocava e impedia seu desenvolvimento emocional. Por isso ela se sentia apenas um objeto de uso do pai.

Mesmo depois de casada Maria Lúcia continuava na mesma condição, submetida à vontade de um homem que não desejava e que lhe obrigava a parir os filhos dele. Quando Laura nasceu, apesar de Maria Lúcia em um primeiro momento tentar afogá-la, ela não o fez, não seguiu adiante, pois percebeu em Laura uma similaridade com ela.

De qualquer forma, esse primeiro impulso causou em Maria Lúcia o sentimento de culpa, tanto que ela diz que dava de mamar a Laura mesmo quando não era mais necessário. Fazia isso como uma forma de tentar compensar o quase afogamento da filha, tentando se redimir de alguma forma perante Laura. Além disso, toda vez que ela afastava Laura do pai ou não permitia que ele se aproximasse da filha, era pelo medo de que ele pudesse abusar da menina, por já ter vivenciado situações de abuso, sentia a necessidade de proteger a filha:

A verdade é que amei Laura. Apesar de tudo. E a salvei de mim mesma por amor. Era isso o que eu fazia muito mais tarde, quando lhe dava o meu peito e quase fui parar na cadeia. Eu tentava compensar. Era por isso que não gostava de ver o pai dela por perto porque eu sabia o que podia acontecer quando ele se esgueirava pelas paredes como um rato. Eu não queria nenhum ratinho cinzento nem de cor alguma se enfiando na cama da minha filha. Mas parece que tudo em mim é torto, e Laura mesma acha que sou uma aberração. O que eu quero dizer é que não é porque a gente não saiba como fazer as coisas do jeito certo que a gente não ame. Eu não sabia qual era o jeito certo de amar, só isso. Como eu poderia? Não, não estou querendo absolvição nem compaixão, sei mesmo que não a teria, porque é melhor pensar que eu sou a única perversa e que o resto da humanidade é bom e puro. Mas, gostando ou não, eu também sou filha deste mundo. E tudo o que fizeram a mim e tudo o que eu fiz aos outros foi feito bem aqui. (BRUM, 2011, p. 144, grifo da autora).

Já na obra *Meus desacontecimentos*, a violência está presente de maneira mais sutil no relato da personagem Eliane que, ao narrar sua história, relata também de suas

sensações e sentimentos diante de situações impostas pelo meio social, assim como também pela relação familiar.

O mundo vivido por ela já se apresenta de maneira hostil, visto que a própria existência lhe imprimia dor. Essa dor que Eliane narra vem de um conjunto de regras sociais que irão justificar o comportamento masculino opressor em relação à mulher como sendo natural das relações de um mundo patriarcal. Regras que vão excluir as mulheres de determinados espaços, colocando sobre elas o julgamento sobre seus corpos e seus comportamentos.

Marcela Lagarde aborda sobre a hostilidade de um mundo regido segundo as regras patriarcais, que irá colocar as mulheres em segundo plano e relativizar a violência que é infligida a elas de maneira geral. “De esta manera, la violencia a las mujeres es un supuesto de la relación genérica patriarcal previa a las relaciones que establecen los particulares; las formas que adquiere son relativas al ámbito en que la violencia acontece.” (LAGARDE, 2005, p. 259).

Já Simone de Beauvoir vai tratar do fato de que a mulher é vista pelo homem como se fosse o outro, e isso colocaria ela em uma posição secundária no meio social. Por isso o homem – que se compreende enquanto ser principal desse mundo – se vê no direito de oprimir a mulher, de dominá-la segundo sua vontade. A mulher então é desapropriada de sua capacidade de ser livre e de decidir sobre si: “[...] desde que a mulher conservava a seus olhos a dimensão do Outro, o homem só podia tornar-se seu opressor. A vontade masculina de expansão e domínio transformou a incapacidade feminina em maldição.” (BEAUVOIR, 2009, p. 118).

Eliane irá contar sobre como era ser menina em uma sociedade machista, trazendo para sua narrativa a reflexão sobre a naturalização de práticas violentas desde a infância. A questão de sentir-se ameaçada ao mesmo tempo que desejava ter autonomia traz para o texto a reflexão sobre o desejo feminino de poder decidir sobre sua vida e seu cotidiano sem que tenha que temer por sua segurança. A liberdade feminina é controlada social e culturalmente por meio da violência. O que nos faz pensar sobre os diversos discursos que irão justificar, desde a infância das mulheres, os motivos para que elas sofram a violência e permaneçam caladas, visto que os mesmos discursos irão salientar a culpabilidade dessas vítimas.

No caso de Eliane, ela começa relatando que não era comum uma menina ir sozinha ao cinema, já mostrando que para aquela sociedade, o melhor era manter as meninas sob vigilância. Ao mesmo tempo que essa vigilância não era obrigatória, ela

também era, pois se fazia presente disfarçada de discurso sobre a preocupação com a proteção das meninas e, portanto, mantê-las sob vigilância seria uma forma de mantê-las seguras. Desde muito cedo Eliane sabia que o fato de ser do sexo feminino a tornava para a sociedade uma presa e que, por isso, deveria ter medo. Ou seja, desde cedo ela deveria viver sob vigilância, se não da família, dela mesma, visto que compreendia que por ser do sexo feminino os riscos de sofrer uma violência eram muito maiores do que se tivesse nascido homem:

[...] Não era comum uma menina ir sozinha ao cinema, mas também não era impossível. De novo, eu tinha nove anos. Lembro do sentimento duplo, a autonomia e a ameaça. Nunca me livre dessas duas emoções conflitantes, mas sempre lado a lado numa sociedade machista até hoje. Eu já sabia que tinha uma boceta e que esse fato me tornava uma presa em potencial. Dois anos depois seria atacada, também no cinema, por um pedófilo que me agarrou seios que eu ainda não tinha. Um homem tão frágil que eu o perdoei no mesmo instante. Aos onze anos, eu já era uma mulher que ele temia. Quando o encarei, ele com a mão no meu peito, fugiu correndo no escuro do cinema, perseguido por demônios que não eram eu. Na minha infância, nos fazíamos mulher de violência em violência, por homens que nos mostravam o pinto duro, mas eram tão quebradiços. E eu sempre fui capaz de farejar a fragilidade do outro. (BRUM, 2014, p. 113).

A naturalização da violência contra a mulher vem precedida do discurso masculino sobre a necessidade de protegê-las, mas essa proteção vem sob a forma de vigilância. O homem vigia a fêmea, impõe-lhe limites e justifica que essa é a melhor forma de cuidar dela. Por isso, ele alega que o espaço feminino é o de confinamento, seja no lar, nas escolas, nos conventos, enfim, a vigilância do homem sobre a mulher tem o pretexto da proteção sobre elas.

Perrot, por sua vez, vai discorrer sobre os espaços de confinamento feminino associados a conceitos de proteção da mulher, além do discurso masculino associando a ideia de uma vida pública feminina à desonra:

As formas de confinamento, de enclausuramento das mulheres, são muitas: o gineceu, o harém, o quarto das mulheres do castelo feudal retratado por Jeanne Bourin num romance recente, o convento, a casa de estilo vitoriano, o bordel. É preciso proteger as mulheres, ocultar sua sedução. Cobri-las de véus. “Uma mulher em público está sempre fora de lugar”, diz Pitágoras. “Toda mulher que se mostra se desonra”, escreve Rousseau a D’Alembert. O que se teme: as mulheres em público, as mulheres em movimento. (PERROT, 2015, p. 136).

Em contrapartida, a individualidade masculina associada à vida pública é motivo de honra e de virilidade. Beauvoir argumenta que é permitido ao homem afirmar-se em sua autonomia, encontrando caminhos para se tornar senhor, para deter o poder, pois não há a ideia de um conflito da vida pública masculina com a vida privada familiar:

É portanto permitido ao macho afirmar-se em sua autonomia: a energia específica, ele a integra em sua própria vida. Ao contrário, a individualidade da fêmea é combatida pelo interesse da espécie. Ela aparece como possuída por forças estranhas, alienada. E é por isso que, quanto mais se afirma a individualidade dos organismos, a oposição dos sexos não se atenua. Ao contrário, o macho encontra caminhos sempre mais diversos para despende as forças de que se torna senhor; a fêmea sente cada vez mais sua servidão. O conflito entre seus interesses próprios e o das forças geradoras que a habitam exaspera-se. (BEAUVOIR, 2009, p. 57).

Eliane ainda traz a reflexão sobre o medo que o feminino imprime aos homens. A repressão que uma sociedade machista determina às mulheres como forma de controlar suas sexualidades e regulando-as não só em suas ações, como também a forma como irão pensar, se ver e atuar no meio social, tudo isso mostra o medo de se perder o controle sobre as mulheres. E esse medo se manifesta de diversas formas, seja em pequenas proibições do dia-a-dia, com a separação de estereótipos comportamentais para o masculino e o feminino, seja sob a forma de um discurso que irá salientar que as mulheres têm que se cuidar dos homens, colocando-as sob a imagem de criaturas frágeis sujeitas as agressões masculinas. Logo, o corpo da mulher é colocado sob o crivo de um conjunto de discursos e proibições acerca de seus comportamentos, e por isso seu corpo é destituído da individualidade. Lagarde afirma que esse corpo feminino carrega em si o compromisso com os corpos e as vidas dos filhos e maridos, além do compromisso com suas funções sociais, ideológicas e institucionais, ou seja, é um corpo permeado e manipulado pelo meio social, pelos discursos que atribuem à fêmea inúmeras obrigações:

El cuerpo de la mujer, incluye también, los cuerpos y las vidas de los hijos y de los cónyuges, las instituciones jurídicas y políticas y las concepciones mitológicas, filosóficas e ideológicas, que le dan nombre, le atribuyen funciones, prohíben o asignan obligaciones, sancionan y castigan. (LAGARDE, 2005, p. 212).

A questão é que se atribui à fêmea a condição de presa da espécie: ela é cativa de sua condição corporal, cativa de seu útero e da necessidade atribuída a ela de parir. Os

seus valores e ensinamentos, apagam nela sua capacidade criativa, sua capacidade de atuar no mundo de forma transformadora. Beauvoir vai refletir sobre a forma como a fêmea é colocada no meio social pelo discurso patriarcal, que irá atribuir à ela a maternidade compulsória em função de seu corpo, aprisionando-a aos valores caseiros, enquanto que para o homem a vida se estabelece de forma mais ativa, detendo o poder de decisão e criando os próprios valores, inclusive a definição de feminilidade:

A fêmea, mais do que o macho, é presa da espécie; a humanidade sempre procurou evadir-se de seu destino específico; pela invenção da ferramenta, a manutenção da vida tornou-se para o homem atividade e projeto, ao passo que na maternidade a mulher continua amarrada a seu corpo, como o animal. É porque a humanidade se põe em questão em seu ser, isto é, prefere razões de viver à vida, que perante a mulher o homem se pôs como senhor; o projeto do homem não é repetir-se no tempo, é reinar sobre o instante e construir o futuro. Foi a atividade do macho que, criando valores, constituiu a existência, ela própria, como valor: venceu as forças confusas da vida, escravizou a Natureza e a Mulher. (BEAUVOIR, 2009, p. 104).

Há, portanto, a separação do feminino, como aquele que precisa de proteção e cuidado, do masculino, como aquele capaz ou de proteger ou de ferir. De qualquer forma, a culpa recai sobre a mulher, porque já lhe foram apresentados desde cedo os mecanismos que controlam o meio social e a violência é colocada para ela como o resultado de seus atos, pois mesmo que ela tenha sofrido irá se questionar por quais motivos sofreu a violência.

Além disso, Eliane conta que na infância, período importante na formação da identidade dos sujeitos, as meninas eram feitas mulheres de violência em violência pelos homens. Mesmo nesses momentos, ela era capaz de identificar a fragilidade masculina naqueles atos violentos. No entanto, essa era a cultura masculina, também passada pela família, como sendo natural se sobrepor ao sexo feminino por meio da repressão. O tornar-se mulher estava sujeito a experiências em que elas eram desrespeitadas.

Até hoje, falar sobre o feminino é colocar estereótipos ligados à fragilidade, à submissão e até ao misticismo: as mulheres são encobertas por auras ininteligíveis. Para os homens é impossível entendê-las, logo é preciso controlá-las, seja pela violência (submetendo-as ao medo), seja culpando-as caso se neguem a desempenhar bem seus papéis sociais. Beauvoir vai tratar a obrigatoriedade que é atribuída às mulheres sobre o desempenho de seus papéis sociais, papéis muitas vezes antagônicos, pois ao mesmo

tempo que o homem deseja ter sobre ela o controle e a posse, também deseja conquistá-la e descobri-la. Logo, ela precisa exercer no imaginário masculino a ideia de que em alguma medida continua oculta diante da servidão que lhe é imposta, pois não pode perder o seu mistério. Ela deve suscitar no homem a curiosidade e, ao mesmo tempo, deixar-se apreender, representando o papel que lhe é atribuído pela sociedade:

Mas é muito importante também obrigar a mulher a representar exatamente o papel que lhe atribui a sociedade. Há uma dupla exigência do homem que força a mulher à duplicidade: ele quer que ela seja sua e que lhe permaneça estranha, deseja-a escrava e feiticeira a um tempo. (BEAUVOIR, 2009, p. 268).

Marcela Lagarde também vai discorrer sobre a condição geral em que a mulher é submetida pela sociedade patriarcal. Condição opressiva, pois coloca a mulher em uma situação de servidão voluntária em relação ao mundo. A feminilidade é ligada a conceitos de dependência vital em relação aos outros, visto que a vida da mulher só tem sentido ao se doar:

La condición genérica de la mujer ha sido construida históricamente, y es una de las creaciones de las sociedades y culturas patriarcales. El poder define genéricamente la condición de las mujeres. Y la condición de las mujeres es opresiva y dependencia vital, la sujeción, la subalternidad y la servidumbre voluntaria de las mujeres en relación con el mundo (los otros, las instituciones, los imponderables, la sociedad, el Estado, las fuerzas ocultas, esotéricas y terribles). (LAGARDE, 2009, p. 35).

A narrativa de Eliane também trata sobre um outro tipo de violência que é a transformação do corpo, de menina em mulher. É claro que esse é um processo biológico, mas também transpassado pelo meio social em que se vive. Ser mulher é viver outros estágios de violências e estereótipos sociais, pois delas se espera que casem e que tenham filhos e toda uma conduta que irá garantir a dominação das leis patriarcais. A gestação é colocada para a mulher como forma de dar sentido à sua vida. A transformação do corpo, as dores que irá sofrer durante esse processo e principalmente no parto, são beatificadas. As dores do parto devem ser para ela o prenúncio de uma felicidade maior que é nascimento de seu filho. O sacrifício das mães é supervalorizado em todas suas etapas, enquanto que para os homens não se espera nenhum sacrifício ou dor.

O discurso patriarcal vai estimular na mulher a ideia da completude feminina ligada à maternidade. Segundo Beauvoir, a mulher só se sentirá completa quando der à luz, pois o filho justificará sua existência e será motivo de felicidade e de afirmação do casamento, assim como de todos os valores associados à família. Portanto, todas as complicações nessa fase da vida e as dores do parto serão vencidas e entendidas como uma necessidade para que a mulher encontre uma felicidade maior, que é a materialização da maternidade ao segurar o filho:

Se como esposa não é um indivíduo completo, ela se torna esse indivíduo como mãe: o filho é sua alegria e sua justificação. É por ele que ela acaba de se realizar sexual e socialmente; é, pois, por ele que a instituição do casamento assume um sentido e atinge seu objetivo. (BEAUVOIR, 2009, p. 644).

Pela maternidade a mulher encontra uma outra forma de ser escravizada, mas antes de tudo é santificada diante das dores e da submissão à condição de fêmea: “A partir do dia em que a mãe é santificada e escravizada pode-se sem medo reencontrá-la na companheira, ela também é santificada e submissa.” (BEAUVOIR, 2009, p. 251). Na mesma linha, Marcela Lagarde vai afirmar a condição de serva do lar atribuída à mulher, que deve sujeitar-se às vontades do marido, além de reconhecer sua relação de dependência vital com essa figura masculina: “Ser esposa es ser sierva conyugal en la reproducción: La obediencia, la sujeción, y la pertenencia – ser de –, caracterizan políticamente a la esposa a partir do su dependencia vital del esposo.” (LAGARDE, 2005, p. 445).

Eliane conta que seu corpo, nesse processo de transformação de menina para mulher, passou em um primeiro momento pela experiência do sexo, que é uma forma de violação, e pela maternidade, ao parir, que é outra forma de violação, visto a brutalidade do abrir-se para deixar que outro nasça:

Entre o lançamento do meu primeiro livro, aos onze anos, e a bomba do Leonam, aos vinte e um, eu vi meu corpo de menina virar corpo de mãe. Eu era um corpo que se transformava ao ser violado de fora para dentro e de dentro para fora. Tão incorporada estava que me desincorporei. Tomada pela literalidade da carne, a abissal realidade do corpo, me perdi da possibilidade de me subjetivar pelas palavras. Eu era delicada demais para a puberdade e para toda a violência que vem com a condição feminina quando o corpo se torna um corpo para o sexo. (BRUM, 2014, p. 139).

O diferencial da sexualidade entre homens e mulheres reflete também suas condições sociais impostas pelo meio. Ser mulher exige aprender qual o seu espaço e função no meio social e de que forma se pode ensinar isso, senão por meio de sua sexualidade. Fazer a mulher entender que sua sexualidade tem como função principal a reprodução, enquanto que para os homens tem a função de dar a eles o prazer que desejam. Beauvoir argumenta que pelo sexo o homem tenta apreender a mulher como uma presa, apropriando-se de seu corpo e requerendo nele a consumação de seu desejo. Logo o sexo, para o homem, tem o objetivo de culminar no prazer, em um alívio ao descarregar as secreções na mulher, enquanto que para a mulher o sexo é mais complicado, pois está submetido à condição que ela ocupa no meio social. No sexo, assim como na vida, a mulher continua ocupando uma situação de submissão em relação ao homem, e seu erotismo é submetido à função social atribuída a ela:

[...] a carne feminina é para ele uma presa e ele apreende nela as qualidades que sua sensualidade reclama de todo objeto; não consegue por certo apropriar-se delas, mas abraça-as. [...] O coito tem um objetivo fisiológico preciso: pela ejaculação o macho descarrega as secreções que lhe pesam; depois do ato ele alcança um alívio que se acompanha sempre de prazer [...]. O erotismo da mulher é muito mais complexo e reflete a complexidade da situação feminina. Vimos que, ao invés de integrar as forças específicas em sua vida individual, a fêmea submete-se à espécie cujos interesses se dissociam dos fins singulares dela [...]. (BEAUVOIR, 2009, p. 481-482).

Para a mulher o prazer fica em segundo plano e, em muitas culturas, elas são ensinadas a ter vergonha de falar sobre sexo e até de admitir que sentem prazer. O tornar-se “um corpo para o sexo” quando se é mulher, como no caso de Eliane, é passar todas as experiências de repressão e de controle da sexualidade, com toda a carga de julgamento sobre as experiências sexuais femininas, enquanto que para os homens não se vê problema algum que eles explorem suas sexualidades e desejos. O sexo feminino é impregnado de pudores em relação ao desejo e ao prazer. Comumente é cobrado das mulheres que tenham recato, que preservem seus corpos ao máximo, pois o sexo deve ser de direito do marido e somente dele. Por isso, cedo elas são ensinadas sobre o valor da virgindade. Perrot afirma que em função da ideia do pudor feminino, inspiradas na imagem de Virgem Maria, o sexo passa a ser entendido como um pecado, e embora aprovado socialmente no casamento, mesmo assim ele pré-estabelece uma função para a mulher. O sexo pelo simples prazer da carne ainda é associado ao pecado, pois a carne é sinônimo de fraqueza moral, a qual deve ser combatida por elas:

O sexo das mulheres deve ser protegido, fechado e possuído. Daí a importância atribuída ao hímen e à virgindade. Principalmente pelo cristianismo, que faz da castidade e do celibato um estado superior. Para os Pais da Igreja, a carne é fraca. O pecado da carne é o mais terrível dos pecados. [...] A Virgem Maria, em oposição a Maria Madalena, é seu modelo e protetora. (PERROT, 2015, p. 64).

Visto que o corpo feminino enquanto apto para o sexo é também apto para a reprodução, o discurso social entende que antes de vivenciar essa experiência a mulher deve comprometer-se com um único parceiro. E nada melhor para isso que garantir a sacralidade e a obediência feminina com o casamento. No caso de Eliane o julgamento social foi maior ainda, pois apesar de ter ficado grávida ela não quis casar, não se submetendo às leis patriarcais carregadas de ideais de comportamento (2014, p. 54).

Apropriar-se do próprio corpo significa entender quem se é enquanto matéria e enquanto sujeito digno de sua subjetividade. Em um primeiro momento, o corpo para Brum era a palavra escrita, ou seja, sua materialidade estava naquilo que podia ser dito e registrado pela palavra. No entanto, era necessário também entender e aceitar a materialidade de constituir-se enquanto sujeito possuidor de um corpo físico e, mesmo assim, constituído de sua subjetividade. Um espaço no qual a palavra ainda tem sua importância para compreender-se enquanto sujeito: para isso, o corpo também é assumido enquanto parte integrante desse processo.

Todo esse processo de autocompreensão e preservação da subjetividade é repleto de situações hostis, visto que é preciso construir-se enquanto sujeito possuidor de seu próprio discurso, independente das regras sociais vigentes. Significa, de maneira mais abrangente, defender o direito de ser alguém, independente da coletividade, sem dizer que o sujeito estará desobrigado de cumprir com as regras sociais, mas sim que ele irá refletir sobre o meio em que vive e que, muitas vezes, irá discordar da cultura comportamental estabelecida. Como, por exemplo, no caso de Eliane, que embora tivesse vários exemplos familiares e sociais sobre a importância do matrimônio, optou por não se casar, mesmo grávida. Seguindo um caminho diferente. No momento em que ela buscou essa apropriação de sua subjetividade, obviamente enfrentou discursos e situações que muitas vezes foram violentos, visto que o meio social também é cheio de julgamentos estereotipados e de exclusão daqueles que buscam seu próprio caminho.

Quando Eliane entende-se em sua escrita, passa a existir enquanto mulher, passa a ter ferramentas para dizer-se ao mundo. Nesse momento não está mais indefesa diante

das injustiças que via e sofria. Esse é um momento de descoberta, de que suas palavras têm poder, de que sua escrita também pode ser uma arma de combate à violência, pois a ajuda a constituir-se em sua subjetividade.

No final da faculdade, o signo da coisa, pronunciado pelo professor amoroso, começou a me devolver a subjetividade – a palavra. E com ela uma possibilidade de existir como mulher, apropriando-me do meu corpo de mulher, sem que habitá-lo fosse uma violação cotidiana. (BRUM, 2014, p.142-143).

Ao falar sobre a avó, Eliane traz para a superfície a imagem de uma mulher oprimida que desejava mais liberdade, mas que vivia contida pelas regras sociais de sua época. O sentimento de culpa é mais uma vez uma ferramenta de controle da vida dessa mulher, que sentia-se culpada pela morte de sua mãe ocorrida ainda no parto. Desde que veio ao mundo a avó de Eliane já carregava consigo a ideia de que teria matado sua mãe e que, por isso, deveria suportar todos os fardos que a vida – todas as situações sociais, culturais e familiares que lhe seriam impostas durante sua existência – lhe impusesse, independentemente de sua vontade. Logo a infelicidade que sentia nada mais era que uma punição divina, pois ela sentia-se merecedora do sofrimento, embora desejasse a felicidade.

É importante lembrar que a avó de Eliane nasceu em um contexto social e cultural fortemente influenciado pela religiosidade, no qual é muito comum associar os seres humanos a criaturas pecadoras desde seu nascimento. Nesse espaço, o pecado é uma característica inerente aos humanos e, portanto, o sofrimento é a única forma de depuração dos pecados e de salvação da alma humana. Mas esse sofrimento é diferente para as mulheres e para os homens, pois para os homens ele se estabelece na função de sustentar o lar, de administrar os bens materiais da família e os integrantes da família entram enquanto parte desse patrimônio. Já para as mulheres, o sofrimento consiste na submissão ao homem, associada a função da maternidade, do cuidado com a casa, com a educação dos filhos e todo o fardo que carregar deve ser para ela fonte de prazer, pois o “paraíso terrestre” é para a mulher um lugar também para padecimento. A própria Bíblia estimula na mulher a ideia de que seu sofrimento é da vontade de Deus. A gestação e o parto devem ser sofridos para ela, porque esse Deus – associado a uma imagem masculina de poder supremo – decidiu que a maior punição para ela seria parir em meio a muita dor. Não obstante a isso, o mesmo Deus decidiu que, diante de tanta dor e sofrimento, ainda assim, ela desejaria ficar com seu marido e ser dominada por

ele: “Para a mulher Deus disse: -Vou aumentar o seu sofrimento na gravidez, e com muita dor você dará à luz filhos. Apesar disso, você terá desejo de estar com seu marido, e ele a dominará”. (Gênesis 3:16).

Mesmo que lancemos um olhar distinto sobre a relação entre maternidade, servidão e sofrimento, ainda assim veremos a idealização da dor feminina como uma forma de demonstrar o amor pelos outros. A mulher serve, sofre e abdica de toda e qualquer individualidade em favor das pessoas que a rodeiam e faz isso porque as ama, porque a felicidade dos outros é mais importante que a dela. Lagarde vai partir dessas considerações, dizendo que a servidão voluntária feminina é uma regra social:

Ser madre y ser esposa consiste para las mujeres en vivir de acuerdo con las normas que expresan su ser - para y de- otros, realizar actividades de reproducción y tener relaciones de servidumbre voluntaria, tanto con el deber encarnado en los otros, como con el poder en sus más variadas manifestaciones. (LAGARDE, 2005, p. 363).

Por isso, a avó de Eliane andava pelo mundo se desculpando por existir, por ocupar um espaço social que só lhe era concedido porque ela mantinha-se apertada em seu mundo desconfortável sem reclamar e sem exigir nada além do que tinha:

A mãe dela morreu no parto, o que tornou minha avó culpada a priori por todas as desgraças que pudessem acontecer a ela e aos parentes pela vida afora. E além. Andava pelo mundo em passinhos de feltro, pedindo desculpas por existir. Comedida em tudo, só esbanjava suspiros. Mas, quando acreditava que ninguém estava olhando, deixava escapar pela esquina dos olhos um desejo agoniado por um mundo mais largo. Morreu sem conseguir tornar-se o lado B de si mesma. (BRUM, 2014, p. 34).

A violência na obra *Meus desacontecimentos* está nos relacionamentos vividos nos espaços familiares e no controle comportamental estabelecido pelo meio social, controle esse que tem por objetivo delimitar os espaços femininos. Eliane, apesar de ter se desenvolvido em um lar “protegido” pela família, também sofreu em vários momentos, nos quais teve que decidir sobre sua vida mesmo que isso significasse fazer algo que era o oposto das convenções sociais. Além disso, desde sua infância ela observou a vida das mulheres de sua família, as violências que eram permitidas pela sociedade, a submissão aos homens que era imposta a essas mulheres por discursos religiosos e culturais tão reforçados ao longo da história. Enfim, para todas essas

personagens, a violência que elas sofreram veio acompanhada de discursos que irão justificar o agressor, culpando a própria vítima. A mulher é considerada culpada de seu sofrimento, ela deve ser submissa ao homem, deve ser compreensiva. Os inúmeros discursos vão salientar que ela deve ser domada, mantida sob controle. E a melhor maneira de se fazer isso é estabelecer um mundo de perigos para ela, fazendo com que se submeta a seu agressor e ainda fique grata pelo “cuidado” que ele tem com ela.

4 AS SUBVERSÕES FEMININAS

As dominações nunca se dão de forma pacífica, isto é, sem tentativas de subversão e sem resistências. Conforme Foucault (2015), não existe poder sem resistência. E, partindo desse pressuposto, podemos ver que na história das mulheres e do domínio patriarcal, as mulheres não foram sujeitos meramente passivos. Elas construíram as suas estratégias de resistência e de dominação entre si e, sobretudo, as suas subversões às regras impostas socialmente, ou aos comportamentos esperados a elas.

Nesta perspectiva, é importante também analisar as representações femininas de ambas as obras de Brum, apontando quais as maneiras que as mulheres daqueles textos, em seu cotidiano de opressão social, construíram suas estratégias de resistência e as suas subversões às regras e aos comportamentos sociais femininos. E, de que maneira e em que locais, buscaram alcançar a liberdade.

4.1 Como uma mulher

Ao falarmos sobre os comportamentos femininos, sobre a capacidade que as mulheres têm de colocarem-se nos espaços em que atuam de forma submissa ou subversiva, estamos na verdade falando sobre a possibilidade feminina de escolherem sobre suas vidas. De maneira geral, as mulheres são colocadas sob o papel de mães, esposas e/ou filhas, são associadas ao papel de pertencimento a família e com isso a todo um papel comportamental que a sociedade espera delas. Por isso, é preciso pensar sobre a construção dessas identidades femininas e sobre os ideais de felicidade que lhes foram ensinados a desejar.

Marcela Lagarde discute sobre a educação que é ofertada às mulheres, por meio de discursos e situações que irão servir de exemplo, reforçando a associação da mulher à maternidade e ao casamento. Independente de idade, posição social ou crenças, as mulheres são estimuladas a pensar que suas feminilidades são definidas de acordo com alguns estereótipos em relação ao sexo feminino. Estereótipos que irão determinar comportamentos e normatizar os espaços das mulheres como sendo os do lar, associando-as ao cuidado da casa, dos filhos e do marido, como se isso fosse uma meta a ser atingida para conseguir a realização pessoal e a felicidade: “La maternidad y la conyugalidad son las esferas vitales que organizan y conforman los modos de vida

femeninos, independientemente de la edad, de la clase social, de la definición nacional, religiosa, o política de las mujeres.”(LAGARDE, 2005, p. 363).

A felicidade feminina é objetivada por meio de relações nas quais a mulher é responsabilizada pelo seu sucesso ou seu fracasso. Desde que ela siga as regras sendo uma boa mãe, uma boa filha e uma boa esposa, não haveria como errar e ser infeliz. Segundo o discurso patriarcal, como foi visto, a felicidade feminina estaria na submissão aos valores da boa família, uma imagem que remeteria à harmonia, como se todos tivessem a mesma vida e vivessem sob as mesmas condições e mesmos valores. Além disso, os conflitos femininos não deveriam voltar-se para situações de reflexão sobre quem a mulher é no espaço social ou até mesmo quem gostaria de ser, pois suas vontades deveriam estar voltadas para o agrado da família.

O imaginário e construção masculinos sobre a mulher são impressos na identidade feminina desde muito cedo – se preciso, à força –, para garantir a submissão feminina. No entanto, isso não basta para garantir que a mulher se mantenha no seu papel: é preciso também vigiá-la, garantir que seus comportamento e ações estejam sob controle. A sociedade delimita esta atuação por meio dos mitos criados em torno da figura feminina, a dualidade da mulher: ou ela é santa ou é prostituta. Não há meio termo. É preciso ainda vigiar o mistério feminino, ou seja, aquilo que é desconhecido pelo homem e que, portanto, não pode ser dominado por ele. Beauvoir aborda sobre a construção dos mitos femininos dizendo que, embora ele habite as consciências, mesmo assim não é possível apreendê-lo devido à sua fluidez e até às suas contradições. De qualquer modo, o mito sobre a mulher pretende, de alguma forma, encaixá-la em um conceito. Definir o feminino é também limitá-lo, pois pretende dizer quais são suas manifestações por meio de uma dualidade. Ou seja, de acordo com o comportamento, a mulher ou é boa, ou é má:

É sempre difícil descrever um mito; ele não se deixa apanhar nem cercar, habita as consciências sem nunca postar-se diante delas como um objeto imóvel. É por vezes tão fluido, tão contraditório que não se lhe percebe, de início, a unidade: Dalila e Judite, Aspásia e Lucrecia, Pandora e Atená, a mulher é, a um tempo, Eva e a Virgem Maria. É um ídolo, uma serva, a fonte da vida, uma força das trevas; é o silêncio elementar da verdade, é artifício, tagarelice e mentira; a que cura e a que enfeita; é a presa do homem e sua perda, é tudo o que ele quer ter, sua negação e sua razão de ser. (BEAUVOIR, 2009, p. 211).

Logo, o desejo feminino e sua sexualidade devem ser reprimidos. A sociedade patriarcal vai recriminar qualquer exposição do desejo da mulher: sua sexualidade deve ser direcionada a uma função maior que é a maternidade e, antes de tudo, deve estar submetida ao casamento. Em função disso, todo o discurso social dita as regras do que é importante e cabível à mulher e como ela deve pensar e agir.

Assim, o casamento entra como uma sacralização social, no qual a mulher pertence à família e, portanto, ao homem. De maneira geral, ela é ensinada a suportar a frustração de relacionamentos abusivos, com discursos que irão perdoar o comportamento do homem, até justificando diversas violências como atos de amor. Em muitos casos o casamento vai ser uma prisão, imobilizando-a, visto que seu corpo enquanto propriedade familiar é um produto da ordem social, limitado a um espaço e as ações que serão sempre corrigidas e reforçadas por normas comportamentais. E é nesse ponto que o desejo feminino entra em conflito com os ideais sociais que lhe são impostos, pois o papel que ela deve cumprir não é o que ela deseja, e aquilo que dizem que deve ser seu motivo de felicidade não o é de fato.

Marcela Lagarde vai tratar de algumas expectativas sociais que se tem em relação à mulher casada, visto que é esperado que elas cumpram com um conjunto de obrigações em relação ao casamento, marcando sempre suas posições de submissão em relação ao esposo. O sexo constitui uma dessas obrigações para a mulher, sendo que o homem pode dispor desse “direito conjugal” quando bem entender, assim como se abster se não tiver vontade. Mais uma vez é negado à fêmea o direito sobre o próprio corpo, sendo assim, os abusos por ela sofridos não são qualificados como tal, pois se praticados pelo marido são entendidos como um direito dele.

Las mujeres se encuentran ante el poder absoluto de sus esposos o amantes. Ellas deben cumplir con las obligaciones eróticas que tienen hacia ellos. Aunque el erotismo conyugal positivo implica el consentimiento de la mujer, es a la vez voluntario y obligatorio para ella. De esta manera, las mujeres están obligadas a tener relaciones eróticas con los esposos, aunque no lo deseen, o por el contrario a abstenerse si el esposo no está dispuesto, si él no lo decide, si no toma la iniciativa, desde el poder. Por lo demás, ellas no deben desear nada. El deseo erótico les está prohibido por su contenido de afirmación protagónica (yo deseo). (LAGARDE, 2005, p. 281).

É muito comum vermos a frustração pela expectativa criada em discursos que irão romantizar certas vivências familiares das mulheres, como se fosse um destino

divino. Os sacrifícios femininos em função da família são entendidos como belos atos de amor, como se fossem típicos de uma “essência feminina”.

Esse discurso social é fortalecido por vários vieses: a pressão das crenças religiosas, que em sua maioria vão justificar a posição submissa da mulher como vontade de Deus; e a medicina ao falar sobre as diferenças biológicas da mulher em relação ao homem, mas também para justificar as diferenças sociais construídas, impondo os papéis sociais de gênero e, portanto, garantindo com seu discurso científico que a mulher não possa ter a oportunidade de ocupar os mesmos espaços que os homens.

E dessa forma é que o patriarcado garante que o poder se mantenha em suas mãos, pois ao mesmo tempo que limita e delimita os espaços por gênero, também garante que os espaços de poder sejam, pelo menos em sua maioria, dos homens, porque eles só atingem a realidade do que são em comparação com a realidade do que as mulheres são. Garantir que elas ocupem espaços inferiores a eles é garantir que eles se mantenham superiores.

Virgínia Woolf afirma que esse é um discurso tão antigo e tão disseminado que, durante muito tempo, a mulher acreditou que de fato seu papel deveria ser secundário em relação ao homem, pois serviu de espelho para refletir a imagem masculina com o dobro de seu real tamanho e valor: “As mulheres têm servido há séculos como espelhos, com poderes mágicos e deliciosos de refletir a figura do homem com o dobro do tamanho natural.” (WOOLF, 2014, p. 54). Foi a partir dessa relação que o homem estabeleceu as bases para se afirmar no mundo, pois reinando sobre as mulheres e afirmando a inferioridade delas, poderia justificar seu domínio social como sendo um valor verdadeiro e, portanto, de direito:

Já dissemos que o homem só se pensa pensando o Outro: apreende o mundo sob o signo da dualidade; esta não tem, de início, um caráter sexual. Mas, naturalmente, sendo diferente do homem que se põe como o Mesmo é na categoria do Outro que a mulher é incluída [...]. (BEAUVOIR, 2009, p. 108).

4.2 Questionando, desconstruindo e subvertendo papéis

A literatura de autoria feminina é um dos importantes palcos onde se desenvolvem questionamentos, críticas e subversões dos papéis de gênero construídos e impostos socialmente. Nas obras de Eliane Brum aqui estudadas, em que as

personagens principais são mulheres, os questionamentos dos papéis de gênero e sobre o que é ser mulher nesta sociedade patriarcal culminam em uma série de subversões.

Na obra *Meus desacontecimentos*, Eliane aborda a condição submissa das mulheres de sua família e as caracteriza como mulheres bondosas e tristes. A imagem dessas mulheres é representada pela passividade diante dos fatos. Que não poderiam mudar suas vidas, e por serem religiosas seguiam os preceitos de bom comportamento que deveriam ter com a família segundo a fé cristã. Cristo era um exemplo a ser seguido, e elas seguiam suportando o cotidiano com submissão, abnegadas de seus desejos e de seus anseios por uma vida mais livre. Todas essas aspirações eram colocadas de lado em prol da família.

Eliane relata que, na realidade em que nasceu, só haviam dois tipos de mulheres, as santas e as prostitutas. Tudo dependia do quanto a mulher conseguia suportar e manter-se submissa, cumprindo suas funções sociais. Aquelas que quebrassem as regras, que ousassem se colocar em primeiro lugar, não seriam mais consideradas como mulheres boas, ou associadas à imagem das santas que se doam em infinita bondade. As mulheres que expressassem seus desejos, que fossem buscar suas próprias realizações além da vontade do marido e dos filhos, eram julgadas como prostitutas, mulheres sem mérito algum. Entretanto, Eliane reflete sobre o meio em que viveu e diz que não queria ser uma santa nem uma prostituta. Para ela, essa dualidade do conceito sobre a mulher não bastava. Ela usa o exemplo da sua tia para decidir que não quer aquela vida, e esse simples fato de ir buscar outra realidade diferente das duas opções que lhe eram apresentadas é considerado um ato subversivo:

Eu era rodeada por mulheres bondosas demais, e tristes, muito tristes. No mundo onde eu nasci ser mulher era suportar a vida. O fardo, a cruz, dia após dia. Essas eram as santas, as putas não me eram apresentadas. Eu não queria ser uma santa, muito menos uma cristina. Minha tia Cristina levava a sério demais o fato de seu nome ser o feminino de Cristo. E eu também levei a sério o suficiente para decidir que ser uma cristina não era nem meu gosto, nem meu destino, menos ainda rima ou solução. (BRUM, 2014, p. 17).

Eliane também narra que, ao ficar grávida na adolescência, foi julgada pelos membros de sua comunidade, pois embora o casamento fosse uma forma de reparação frente à sociedade, mesmo assim ela não o quis e, por isso, não só ela foi julgada como sua mãe também. Apesar de todo o julgamento, ela tem uma atitude subversiva ao se negar ao matrimônio, pois rompe com um conjunto de histórias familiares que serviram

de exemplo ao longo de sua vida, já que as mulheres de sua família seguiam os padrões do casamento e maternidade:

Na maldade da cidade pequena, que eu tão bem conheceria depois, ao engravidar aos quinze anos e me recusar a casar, minha mãe foi culpada. [...] Ela sabia que não, a minha mãe, mas talvez em algum momento tenha começado a acreditar que só poderia ser culpa dela, que tantas bonecas tinha sepultado na infância, menina que não queria repetir a sina das mulheres do seu tempo, menina quase menino. (BRUM, 2014, p. 12).

Eliane suspeita que, em algum momento, sua mãe tenha se sentido culpada por sua gravidez. Afinal, a mãe dela também havia se negado a repetir a história de submissão das mulheres da família, quebrando as primeiras expectativas de comportamento, questionando os padrões que via e se tornando um forte exemplo de subversão para a filha. Por isso, Eliane suspeita que ela tenha se sentido culpada por não ter seguido as regras, como se isso pudesse ter evitado o sofrimento da filha ao ser julgada pela família e pela sociedade.

Ao lembrar dessa história, Eliane expõe a realidade de ter sido excluída socialmente por ter ficado grávida de um namorado. O grande problema, nesse caso, foi o fato dela ter iniciado sua vida sexual antes do casamento e, portanto, da aprovação social para isso. Também é importante lembrar que a virgindade feminina, ainda, tem um alto valor social. Como a sociedade estipula o início da vida sexual após o casamento, é comum a imagem da mulher virgem e pura que será entregue ao marido. Segundo Beauvoir, a virgindade tem valor para o homem, porque ele encara a esposa como propriedade, sendo assim, a posse do corpo feminino se fará mais marcante para ele quando destruir o hímen, afirmando seu domínio:

É, porém, de uma maneira mais imediata que a virgindade da mulher é exigida quando o homem encara a esposa como sua propriedade pessoal. [...] Destruindo o hímen, o homem possui o corpo feminino mais intimamente do que mediante uma penetração que o deixa intato; com essa operação irreversível o homem faz dele um objeto inequivocamente passivo, afirma seu domínio sobre ele. (BEAUVOIR, 2009, p. 225-226).

A desaprovação foi maior porque a sociedade determina que ela, enquanto mulher, deve “dar-se ao respeito”, e assumir uma prática sexual sem o consentimento de todos é considerado falta de vergonha, um crime social, visto que a vergonha deve fazer

parte do cotidiano feminino a fim de evitar que certos comportamentos indesejados se propaguem. Já para o homem não é vergonhoso ter relações sexuais com quantas mulheres quiser, ao contrário: é até um mérito masculino. Além disso, Eliane também conta sobre outra dificuldade que é a sensação de não compreender o próprio corpo diante de tantas transformações. Com isso, vivia dois exílios: de um lado, a exclusão social, que vinha carregada de julgamento; do outro, a exclusão do próprio corpo, pela falta de entendimento dela diante de transformações que iam além de seu controle. Toda essa angústia de ter que se posicionar além das expectativas dos outros e de cessar um ciclo que seria mais confortável inicialmente com um casamento, mas que futuramente seria muito mais insatisfatório:

Era o verão de 1982, e eu estava grávida aos quinze anos. Meu útero era o mundo de uma vida nova, mas eu me sabia pária na cidade pequena, a mãe solteira, a “puta” que não quis casar. Sentia em mim a impossibilidade, o paradoxo. Como eu podia ser a geografia de alguém, se eu mesma era uma exilada do meu corpo? (BRUM, 2014, p. 54).

A maternidade, quando realizada dentro dos padrões esperados, submetida a um casamento, é motivo de orgulho para a família da mulher. No entanto, a ideia de uma maternidade ainda na adolescência e fora de um casamento é encarada como motivo de vergonha. Comumente, a mãe solteira é criticada pelo meio social e sua gestação é considerada um fardo. Ninguém sabe ao certo o que fazer com uma mulher que fica grávida fora do casamento, fora das normas estipuladas como corretas. Quanto à família do homem, não se vê problema algum diante da mesma situação, mesmo porque é considerada obrigação da mulher zelar pela própria honra. Por isso, Beauvoir afirma que em algum momento as mulheres acabam desejando o casamento como projeto fundamental de vida, pois ao contrário dos homens, a dignidade feminina está sujeita à condição de pertencimento familiar:

A maternidade, em particular, só é respeitada na mulher casada; a mãe solteira permanece um objeto de escândalo e o filho é para ela um pesado *handicap*. Por todas essas razões, muitas adolescentes do Velho e do Novo Mundo, interrogadas acerca de seus projetos de futuro, respondem hoje como o teriam feito outrora: "Quero casar-me". Nenhum jovem, entretanto, considera o casamento seu projeto fundamental. O êxito econômico é que dará sua dignidade de adulto [...]. (BEAUVOIR, 2009, p. 553).

A literalidade da carne também é a literalidade da condição feminina na sociedade. As transformações do corpo representam para a mulher uma nova obrigação social: o discurso patriarcal irá se infiltrar em todos os espaços, dizendo a ela que deve assumir seu papel de mulher e, portanto, de esposa. É preciso garantir que as mulheres queiram casar, procriar e pertencer a uma família, e o corpo da mulher é utilizado como justificativa para afirmar sua função social da maternidade. Perrot salienta que a educação tem uma grande importância nesse processo de aculturação da mulher, pois a ela são ensinados valores que irão servir ao bom uso social. Isto é, a educação feminina não passa de instruções de bom comportamento, garantindo que as mulheres desempenhem seus futuros papéis sociais de mãe e esposa obediente:

É preciso, pois, educar as meninas, e não necessariamente instruí-las. Ou instruí-las apenas no que é necessário para torná-las agradáveis e úteis: um saber social, em suma. Formá-las para seus papéis futuros de mulher, de dona-de-casa, de esposa e mãe. Inculcar-lhes bons hábitos de economia e de higiene, os valores morais de pudor, obediência, polidez, renúncia, sacrifício... que tecem a coroa das virtudes femininas. (PERROT, 2015, p. 93).

Eliane conta sobre essa transformação e como estava despreparada para ela. Seu corpo assumia uma literalidade a tal ponto que, durante um tempo, ela não conseguia mais encontrar sua subjetividade nem nas palavras. A subjetividade feminina também é um ato subversivo: essa busca pelo entendimento de quem se é além do coletivo, uma procura que também é combatida pelo patriarcado, pois seu pensamento gera questionamentos. Isso representa um risco para o discurso hegemônico, discurso esse que tem o objetivo de garantir estabilidade dos papéis e comportamentos de gênero. Eliane exemplifica a delicadeza que são essas transformações do corpo e como isso afeta o estado emocional dos sujeitos. Mais do que isso, ela fala de como a feminilidade é agressiva para a mulher, pois ela se torna uma pessoa para o sexo, e seu mundo fica mais restrito e opressivo, pois é possuído e imobilizado pela função sexual:

Entre o lançamento do meu primeiro livro, aos onze anos, e a bomba do Leonam, aos vinte e um, eu vi meu corpo de menina virar corpo de mãe. Eu era um corpo que se transformava ao ser violado de fora para dentro e de dentro para fora. Tão incorporada estava que me desincorporei. Tomada pela literalidade da carne, a abissal realidade do corpo, me perdi da possibilidade de me subjetivar pelas palavras. Eu era delicada demais para a puberdade e para toda a violência que vem com a condição feminina quando o corpo se torna um corpo para o sexo.” (BRUM, 2014, p.60).

O relato de Eliane esclarece que a gestação é uma fase que causa perturbações ao corpo, pois está sujeito a muitas transformações. Ao falar sobre a gestação, Beauvoir pondera que nem sempre a gravidez se dá em condições normais de saúde. Além disso, não traz nenhum benefício individual para mulher, sendo um sacrifício que pode até causar danos a sua saúde:

Sem dúvida, a gestação é um fenômeno normal que, em se produzindo em condições normais de saúde e nutrição, não é nocivo a mãe [...]. Entretanto, contrariamente a uma teoria otimista cuja utilidade social é demasiado evidente, a gestação é um trabalho cansativo que não traz à mulher nenhum benefício individual e exige, ao contrário, pesados sacrifícios. (BEAUVOIR, 2009, p. 62).

Eliane representa uma mudança na história familiar, pois ela diz que não se interessa por viver submetida a limites que impediriam seu crescimento. Os únicos limites que interessam a ela são os da ética. Fora isso, se diz uma mulher sem fronteiras, uma mulher liberta das amarras das antigas obrigações femininas. Ela se mostra totalmente subversiva ao dizer que tem uma mente transgênera, isto é, pensa diferente do que a sociedade estipula como natural do pensamento feminino. Seus desejos diferem das expectativas sociais e sua reflexão sobre o mundo não está enquadrada no critério geral de como uma fêmea “deveria” pensar, pois ela não se limita a um único papel. Além disso, ela reforça seu ato subversivo ao dizer que tem um coração andarilho, visto que o discurso patriarcal gosta de atribuir às mulheres a ideia de que elas pertencem ao marido, à família e à casa, como se fosse da necessidade feminina pertencer a esses espaços, mantendo a mulher estagnada em uma mesma realidade.

Eliane rompe com essa ideia de pertencimento ao falar que tem um sentimento que não é fixo, que oscila e até que seu corpo também é um espaço de mudança. Nada nela é inerte e, assim como a vida, ela está em constante transformação, assumindo os vários papéis que desempenha sem que eles se fixem a ponto de defini-la de uma só forma:

Escolhi viver sem fronteiras definidas, nações não me interessam, limites só me importam os da ética. Tenho um coração andarilho, um corpo mutante, uma mente transgênera. Sou irmã, mãe, filha, homem, cúmplice, bicho bicho, bicho humano, árvore, erva-daninha, pedra, rio. Vírus. Sou todas as cores, todos os sexos, todas as línguas. Sou

palavra em palavras. Mas o meu corpo que viveu e que amou e que gozou e que foi marcado, este tem um lugar. (BRUM, 2014, p. 34).

No livro *Uma duas*, a submissão se faz presente por meio da sensação de impotência das personagens diante da realidade que vivem, presas a um relacionamento cheio de mágoas entre mãe e filha. O passado assume o controle das interações no presente, visto que uma sempre culpa a outra pela infelicidade que sentem. Laura sente vigiada pela mãe Maria Lúcia que, segundo ela, tudo pode ver e tudo sabe. Isso faz com que ela tente, em vários momentos, delimitar os espaços entre as duas, para que não se sinta tão invadida. No entanto, é comum ela sentir-se impotente diante do poder que acredita que sua mãe tem, a ponto de se sentir como uma criança que deve explicações a essa figura materna. Essa imagem da mãe representa a impossibilidade de fazer-se conforme seu desejo, isto é, a incapacidade de recriar-se sem que o passado já tivesse delineado a individualidade dela.

Toda essa sensação de impotência é intensificada quando Laura volta a morar na mesma casa de sua mãe, ainda que fosse para cuidar dela e que estivesse em uma situação na qual passou a ser responsável por tudo. Mesmo assim ela sente que está perdendo o controle da própria vida, pois passa a viver a vida em função de sua mãe, na casa de sua mãe, com os bens materiais que são da mãe, em um mundo que é o da mãe. E a única forma que Laura encontra para fugir dessa realidade é pela escrita, que será seu espaço pessoal, um lugar de busca pela subjetividade e de reconstrução de suas qualidades pessoais. Ao mesmo tempo, essa escrita também será um espaço de transformação, pois Laura procura encontrar-se nesse espaço, ainda que seja doloroso para ela:

Vou morrer, ela pensa. Não consigo respirar. Estou me afogando. Arrasta-se até a mochila e tira de lá seu computador. Há algo que ela pode fazer. Que ela precisa fazer. Começa a escrever. Laura, diz a mãe com as unhas. O sangue corre para dentro das teclas. O capítulo um nasce ensanguentado. (BRUM, 2011, p. 68, grifo da autora).

No entanto, embora essa escrita seja inicialmente um espaço só de Laura, sua mãe também começa a escrever e a contar sua versão da história. O objetivo delas é o mesmo: a busca por compreender quem são e como suas histórias de vida interferiram no relacionamento que tinham uma com a outra. O simples fato de Maria Lúcia começar a escrever é sentido por Laura como uma ameaça, pois ela supõe que sua mãe quer lhe

roubar aquele espaço e, mais que isso, lhe roubar sua expressividade. Surge uma sensação de impotência diante da ideia de que as palavras não são só dela e de que Maria Lúcia também pode acessar esse espaço e dar sua versão dos fatos. Laura sente a presença de sua mãe nas palavras, e é como se sentisse na própria pele, porque a escrita para ela é tão material que ganha a literalidade da carne. Laura se vê obrigada a ver a vida pela “visão” da mãe e isso a obriga a desmistificar essa figura materna, que talvez não seja o monstro que ela sempre acreditou que fosse, se mostrando finalmente como humana, com suas fraquezas, erros e acertos. Laura sente quando sua mãe começa esse processo de escrita e toda a carga quem vem com ele, pois terá que encarar seus maiores receios e compreender que há uma outra versão dos fatos:

Ela me roubou as palavras, a minha mãe. Sinto sua presença em tudo, na minha pele, no cheiro do meu corpo, no corpo das letras que escrevi. E por isso as palavras são menos minhas. E o indizível agora se tornou não mais uma busca pelo que está fora das palavras, mas uma impotência. (BRUM, 2011, p. 89).

Apesar de Maria Lúcia não ser uma mãe segundo os modelos de maternidade abnegada, a que tudo faria pela cria, ainda assim ela demonstra que não queria atrapalhar a vida de sua filha. Em sua escrita ela vem até o leitor de Laura para mostrar seu lado da história, pois sente a necessidade de explicar que não chegou naquele ponto de falta de ação só para punir sua filha ou manchar sua imagem, visto que nem mesmo ela entende porque lhe faltaram forças até mesmo para pedir ajuda. O sentimento de cansaço e de conformidade com a opressiva realidade em que vivia, tudo isso se abate sobre Maria Lúcia, e em determinado ponto ela simplesmente deixa de tentar viver. Ela mesma diz que todo o esforço de anos sobre seu corpo foi a causa de ter desistido de tudo, pois já não era uma questão de querer morrer ou viver, mas sim de não querer mais fazer qualquer tipo de esforço. Ela havia se deixado submeter diante da realidade que vivia, da história que viveu e que nunca mais poderia mudar, enfim, diante da impossibilidade de construir uma nova realidade, uma realidade na qual não fosse necessário tanto esforço para viver:

Nem mesmo sei dizer por que não pedi ajuda. Sei que minha filha acha que foi para puni-la, e os poucos outros que me conhecem pensam que foi por orgulho. É verdade que sempre fui uma mulher orgulhosa, mas não nesse sentido. Apenas me senti tão cansada. Até para reagir. Fiquei cansada do esforço despendido todos esses anos,

décadas. Senti os dentes do tempo sobre meu corpo e desisti. Apenas desisti. Parei de me esforçar. Foi só isso. Eu não queria causar mal, nem mesmo queria morrer. Só não queria ter de fazer esforço. Mas o corpo não desiste sem algum tipo de escândalo e aconteceu o que vocês já sabem. (BRUM, 2011, p.71-72, grifo da autora).

As vivências narradas por Maria Lúcia mostram uma realidade em que ela sempre se sentiu oprimida. Iniciando pelo seu pai, que a mantinha presa dentro de casa e era uma figura autoritária. Para ele tudo era feio e o mundo era um lugar cheio de exemplos maldosos: não deixava sua filha nem mesmo olhar pela janela do apartamento. Tardiamente, após a morte desse pai e diante da falta de preparo para se defender, Maria Lúcia se viu mais uma vez presa a um relacionamento abusivo que não foi de sua escolha. E que nem soube ao certo como começou, pois o porteiro simplesmente resolveu que era “marido” dela, obrigando-a a ficar com ele, como se tivessem se casado.

Durante boa parte de sua existência Maria Lúcia viveu cativa das vontades masculinas, encarcerada dentro da própria casa, sem ter como se defender dos abusos a que era submetida. Sobre essa condição, Lagarde argumenta que toda mulher está cativa da ideia de que seus corpos estão a serviço dos homens e da família. Logo, a mulher é privada do direito de escolher sobre seu próprio destino, pois é desde cedo colocada em situações de dependência vital e submetidas às vontades e ao poder dos outros:

Así, todas las mujeres están cautivas de su cuerpo-para-otros, procreador o erótico, y de su ser-de-otros, vivido como su necesidad de establecer relaciones de dependencia vital y de sometimiento al poder y a los otros. Todas las mujeres, en el bien o en el mal, definidas por la norma, son políticamente inferiores a los hombres y entre ellas. Por su ser-de y para-otros, se definen filosóficamente como entes incompletos, como territorios, dispuestas a ser ocupadas y dominadas por los otros en el mundo patriarcal. (LAGARDE, 2005, p. 41).

Ao lembrar todas suas vivências e o sofrimento passado, somado ao estágio avançado de câncer em que se encontrava, Maria Lúcia sentia que já era tarde para mudar qualquer situação de sua vida, e sua existência lhe parecia um grande mal-entendido. Nesse ponto, ela percebe que tudo poderia ter sido diferente, mas que isso só aconteceria se sua história fosse diferente desde sua criação com seu pai, lá no início. Mas isso exigiria que ela tivesse conhecimento para entender que o comportamento de seu pai estava errado e meios para se defender de tais abusos:

Como será a morte? Fim e pronto? Fim e nada mais? Fim e fui só um acidente? Fim e fui só uma menina que escrevia palavras obscenas num caderno de caligrafia e uma mulher que matava bebês e uma mãe que não sabia ser mãe e uma velha que voltou a escrever porque teve medo de ser esquecida ou lembrada do jeito errado e quis deixar sua versão de uma história que não interessa a ninguém? [...] Eu fui um equívoco. Minha vida foi um grande mal-entendido. E mesmo que eu não estivesse morrendo, já seria tarde. (BRUM, 2011, p. 144-145, grifo da autora).

E embora possa parecer que Laura e sua mãe tenham vivido sob realidades que foram impostas desde a infância de Maria Lúcia, sem que nada tenham feito para subverter o sistema em que viviam, isso não seria verdade. Pois, apesar da convivência entre elas ser repleta de histórias silenciadas e de sentimentos que não eram expressos, foi diante da adversidade de uma doença terminal que elas se viram obrigadas a reviver essas histórias e entenderem uma a outra sem que isso fosse sentido como uma tentativa de invasão de suas identidades. Em vários momentos, Maria Lúcia subverte o sistema que lhe era imposto por seu pai, principalmente após sua morte, em detalhes como no dia do seu velório, no qual coloca sobre ele uma colcha que ela havia bordado flores e que seu pai não gostava:

Despertei quando me mostraram meu pai arrumado no caixão. [...] Caminhei até o quarto do irmão que não tive e peguei a colcha mais colorida de todas. Cobri meu pai com ela. Seu uniforme, suas medalhas, seus coturnos reluzentes, tudo. Não tenho certeza se seu pai gostaria, disse a secretária de não sei quem. Ele sempre disse que, quando morresse, queria ser sepultado com essa colcha, menti. Eu não era, afinal, tão inocente. Eu podia ser má. Até bem má eu acho. Ele foi enterrado com as minhas flores de cores berrantes e formatos exóticos. Quem sabe agora, cevadas na carne do meu pai, elas não nasceriam? (BRUM, 2011, p. 100, grifo da autora).

Em tantos outros momentos, Maria Lúcia também subverte, como ao pegar o dicionário escondido do pai – e que era uma das proibições dele, pois ele dizia que ela não tinha idade para saber o significado das palavras –, ou até mesmo quando afogou os bebês que deu à luz em casa e que eram tão desejados pelo “marido”, afirmando que a culpa era dele que insistia em enfiar-se nela –logo não haveria problema em afogar esses bebês. Nesse último caso, a subversão é uma transgressão por configurar como um infanticídio, mas também podemos entender como uma negação por parte de Maria Lúcia em assumir o papel de mãe porque ela nunca desejou viver a maternidade. Ou

seja, ao afogar os bebês na privada, Maria Lúcia deixa claro que se nega a viver um dos papéis femininos que a sociedade lhe atribui, pois pelo simples fato de ser mulher é esperado que ela se encaixe nos estereótipos construídos acerca da imagem da esposa e mãe. Além de desconstruir o mito do amor materno incondicional.

Por último, ela subverte ao começar a escrever e contar sua história para os leitores de *Laura*, pois ela também tem uma versão dos fatos e exige ser ouvida. Em *Laura* a subversão também está na escrita, nesse espaço em que ela se reconstrói e se permite existir enquanto ficção. Mesmo que seja um processo doloroso é na escrita que ambas vão quebrar o ciclo de mal-entendidos, de silêncios que distanciam mãe e filha e vão começar uma nova compreensão de suas histórias. Isso abre um espaço para que elas possam começar a se ver de forma diferente e, com isso, também possam iniciar uma nova etapa em suas vidas, na qual a busca por suas identidades não seja mais um motivo de conflito entre mãe e filha.

A escrita tem o poder de estimular a reflexão dos sujeitos e suas atuações no mundo, além de marcar uma busca pela liberdade de expressão do seu eu. Logo, o universo literário é, para as mulheres, um espaço de luta e contestação pelos direitos e deveres estabelecidos socialmente. E a prática da escrita passa a ser uma forma de exercer a liberdade e subjetividade femininas.

Virgínia Woolf, na conclusão de seu pensamento em *Um teto todo seu*, dirige-se à escritora – fictícia – Mary Carmichael, que existe como uma representação de toda mulher que foi silenciada e colocada sob a condição do esquecimento. Woolf faz isso como uma forma de dizer a todas as mulheres que, se quiserem ser reconhecidas, devem elas mesmas falar sobre si, tomando a palavra e dizendo quem são, o que desejam e a que vieram nesse mundo. Para isso, é preciso que elas se aventurem em espaços diferentes dos que lhes são propostos, precisam modificar o que se entende por feminino, o que, conseqüentemente, faz as mulheres assumirem papéis de vulnerabilidade. Woolf propõe uma subversão dos papéis femininos.

Logo, em *Uma duas*, quando *Laura* se faz ficção, ela está se propondo a existir de uma nova forma, assim como Woolf propõe Mary Carmichael:

[...] dirigindo-me a Mary Carmichael como se ela estivesse presente; e prossegui em pensamento pelas ruas de Londres, sentindo na imaginação a pressão da mudez, o acúmulo da vida sem registro [...]. Você terá que explorar tudo isso, disse eu a Mary Carmichael, segurando firme a tocha nas mãos. Acima de tudo, você deve iluminar a própria alma, com suas profundezas e superficialidades, suas

vaidades e generosidades, e dizer o que sua beleza significa para você, ou sua simplicidade, e qual é sua relação com o mundo sempre em mutação [...]. (WOOLF, 2014, p. 128-129).

4.3 A escrita como subversão e meio de (re)existência: a liberdade feminina em

Eliane Brum

A escrita, com presença marcante em ambos os textos de Brum, também entra como um processo subversivo, visto que tem o poder de fazer refletir sobre si e sobre o meio e modificar os pensamentos, de construir uma visão sobre si e sobre o outro, formando uma narrativa própria de mundo e de sujeito. É uma ferramenta para produção de autonomia dessas personagens, de luta e resistência.

Ao pensar sobre os caminhos que as mulheres tiveram que trilhar até se aventurarem na arte da escrita, Virgínia Woolf (2014) parte da reflexão das condições sociais, históricas e culturais em que as mulheres eram – e ainda são – submetidas. Questões como o meio de produção dessa escrita, sobre as reais condições femininas para essa produção, questionamentos que fazem pensar sobre os modos de vida que eram incutidos nas mulheres e nos homens. Para os homens a escrita era considerada comum, assim como o trabalho criativo, a construção de saberes e a expressão da subjetividade. No entanto, para as mulheres a história foi diferente, a educação a elas ofertada não passava de um conjunto de regras referentes aos comportamentos. Não havia o estímulo à criatividade e à curiosidade pela escrita, ou por descobrir sua subjetividade, sua individualidade. Pelo contrário, as mulheres deveriam manter-se sob controle e, por isso, suas identidades deveriam ser suprimidas, submetendo-se ao domínio masculino.

Ao se referir a um passado em que as mulheres raramente tinham acesso à educação formal e ao aprendizado da escrita, Woolf reflete que dificilmente uma mulher teria nos tempos de Shakespeare como expressar sua genialidade por meio da escrita, por vários fatores que a privavam do acesso à educação, além de que o trabalho exaustivo, a obrigação em seguir os bons costumes e as leis da família eram fatores que as impediam de desenvolver a escrita em um nível de genialidade como a de Shakespeare, por exemplo:

[...] é impensável que qualquer mulher nos dias de Shakespeare tivesse tido o dom de Shakespeare. Porque um gênio como o de

Shakespeare não surgiria entre pessoas trabalhadoras, sem educação formal, servis. Não nascia na Inglaterra entre os saxões e os bretões. Não surge hoje entre as classes trabalhadoras. Como, então, poderia surgir entre mulheres cujo trabalho começava, de acordo com o professor Trevelyan, pouco antes de deixarem o berço, e ao qual eram impelidas a ele pelos pais e obrigadas pelo poder da lei e dos bons costumes? (WOOLF, 2014, p. 72-73).

De qualquer forma, isso não impediu que elas, aos poucos, conquistassem espaço como escritoras no universo literário. Woolf conta que, à medida que avançava no tempo, em suas pesquisas na biblioteca, notava que havia mais livros escritos por mulheres. Mais mulheres se aventuravam a escrever ficção, fazendo com que a escrita não fosse mais somente um espaço de domínio masculino. A literatura escrita por mulheres passava a ser também um espaço de libertação feminina, um lugar em que elas podiam expressar suas subjetividades e identidades e um espaço de luta e de criação de novas histórias.

Nesse momento em que as mulheres requerem seus direitos sobre a escrita, elas passam a escrever suas versões sobre quem são, suas histórias e seus anseios. Com isso, a literatura – que antes servia para definir a mulher através da visão masculina – passa a ser um espaço de expressão e libertação feminina, no qual as mulheres se definem partindo de suas experiências, evidenciando que as representações masculinas acerca da mulher são diferentes das que elas constroem sobre si mesmas. Woolf, já no final de sua obra, conclui que as mulheres têm tanto potencial para a escrita quanto os homens, sendo que o que falta a elas é conquistarem um espaço próprio, em que possam decidir sobre suas vidas, além de possuírem o próprio sustento para que não sejam dependentes e sujeitas às dominações masculinas:

Dê a ela mais cem anos, concluí, lendo o último capítulo — o nariz e os ombros descobertos das pessoas apareciam sob um céu estrelado, pois alguém havia puxado as cortinas da sala de estar —, dê-lhe um espaço, um teto todo seu e quinhentas libras por ano, deixe que ela diga o que lhe passa na cabeça e deixe de fora metade do que ela hoje inclui, e ela escreverá um livro melhor algum dia. Será uma poetisa, disse eu, colocando *A aventura da vida*, de Mary Carmichael, no final da prateleira, dentro de mais uns cem anos. (WOOLF, 2014, p. 134).

Quando, em *Meus desacontecimentos*, Eliane recorda suas vivências, ela percebe a importância que a escrita teve em sua vida, sendo para ela uma forma de salvação. Era o meio que encontrou de se posicionar diante dos fatos que presenciava e das injustiças

do mundo, sem que sua opinião pudesse lhe causar algum tipo de reprimenda física. Por isso, ela diz que a escrita a salvou, pois se não tivesse encontrado uma forma de se expressar e de lutar pelo que acreditava, provavelmente teria sucumbido à realidade das mulheres à sua volta e, de alguma forma, isso a teria matado. A escrita foi a ferramenta que ela encontrou para manter suas convicções vivas e manter-se na luta pelo que acreditava ser justo. O fato de trabalhar como jornalista fez com que usasse a escrita como meio de luta por um mundo mais justo. A palavra a manteve viva e firme diante das adversidades, além de ter sido uma forma de lutar por mais liberdade e pelo direito de posicionar-se diante dos acontecimentos, de ter sua opinião respeitada e, principalmente, de falar sobre a história e a realidade dos espaços femininos, estimulando a reflexão por meio da literatura:

Hoje, ao lançar meus anzóis no lago nebuloso do passado, em busca de um mapa cujo único destino sou eu, percebo que escrever me salvou de tantas maneiras e também desta. Desde pequena eu tenho muita raiva – e quase nenhuma resignação. A reportagem me deu a chance de causar incêndios sem fogo e espernear contra as injustiças do mundo sem ir para a cadeia. Escrevo para não morrer, mas escrevo também para não matar. (BRUM, 2014, p. 31).

Todo esse perfil contestador de Eliane se revela em diversas fases de sua vida. Desde a infância ela já observava e refletia sobre os ensinamentos que os familiares e professores queriam que ela, sem contestações, assimilasse. As perguntas que ela fazia eram vistas como atitudes de insubordinação, como mau comportamento, algo que deveria ser repreendido e controlado pela família e pelo sistema educacional, ainda mais sendo um sistema com base religiosa. Eliane conta que quando era criança estudava em uma escola religiosa e que era uma menina muito questionadora, a ponto da freira dizer que tais perguntas só poderiam ser o resultado de uma possessão demoníaca. O seu comportamento questionador seria a influência do próprio mau. Perguntar sobre o que lia, sobre a veracidade dos ensinamentos religiosos, era algo tão errado que deveria ser combatido como se fosse a manifestação de um demônio. Afinal, uma mulher tão jovem e que questionava os “ensinamentos de Deus” só poderia estar possuída:

A última freira que passou pela minha infância garantiu que o teor e a insistência das minhas perguntas eram fruto de um demônio que morava nos meus olhos. Não fiquei nem um pouco traumatizada. Mas eu e uma amiga, que também foi acusada de possessão demoníaca oftalmológica pela professora de religião, aproveitamos o momento

para nos declarar escandalizadas. E, com isso, convencer nossos pais a nos transferir, com o ano letivo em curso, para outra escola. Nosso inconfesso objetivo era claro, pelo menos para nós: no colégio de freiras havia meia dúzia de meninos na classe, no outro eles eram a maioria. E lá fomos nós, bem endemoniadas, rumo à puberdade. (BRUM, 2014, p. 39).

Com isso, Eliane e a amiga aproveitaram para mudarem de escola, possibilitando que elas entrassem em um espaço misto. O fato é que ao saírem da escola com base religiosa e irem para outra escola, teriam mais liberdade – e mais meninos – e entrariam em um espaço diferente, com menos reprimendas, no qual poderiam se expressar sem que suas opiniões fossem colocadas em um nível místico.

De qualquer forma, quando Eliane e sua amiga questionam o que lhes é ensinado, passam a ser reprimidas e julgadas pela figura religiosa, que embora fosse uma mulher, reproduzia naquele espaço um discurso de poder masculino: os questionamentos femininos eram considerados uma manifestação do mal. Beauvoir expõe essa manifestação do mal associada à imagem da “mulher perdida”, ou seja, a mulher questionadora é aquela que não se conforma com sua condição de inferioridade. Ela quer saber o porquê de tudo, não se conforma com a “vontade de Deus” e por isso é colocada à margem da sociedade: “Por ser ela uma espécie de pária à margem de um mundo hipocritamente moral, pode-se considerar a "mulher perdida" como a contestação de todas as virtudes oficiais; sua indignidade aparenta-a às santas autênticas, pois o que foi aviltado será exaltado.” (BEAUVOIR, 2009, p. 257).

Na obra *Uma duas*, Laura encontra na escrita uma forma de se libertar da realidade em que vivia. Por isso, a escrita passa ser, para ela, um espaço confortável de existência e, mais do que isso, também seu espaço de trabalho. Laura conta que em seu trabalho como jornalista não tinha dificuldade em contar as histórias dos outros, no entanto, quando se propõe a escrever a própria história ela se sente diferente. Em muitos momentos se questiona sobre o que teria para escrever que já não tenha sido escrito: “Sempre achei que deveria escrever um livro um dia, que tinha algo a dizer. Mas agora que comecei tenho dúvidas. [...] Acho que não tenho nada a dizer que já não tenha sido dito.” (BRUM, 2011, p. 105).

A ideia de que as histórias se repetem, de que sua vida seria apenas mais uma igual a tantas outras e que, por isso, não teria nada de importante, nada de significativo e novo para seus leitores, faz com que ela questione a importância daquela escrita ou, ainda, os motivos que a fariam escrever.

Apesar de pensar que não tem nada de novo para contar, isso não a impede de escrever. A escrita é para ela mais que uma forma de contar histórias e mais que seu trabalho, pois ela busca um espaço para refazer-se, para compreender-se em sua subjetividade. Também é uma procura pela própria identidade sem que isso precise ser tão doloroso o tempo todo. É claro que colocar-se nessa escrita é, em alguns momentos, uma fonte de dor e também uma forma de cicatrizar antigas feridas emocionais. Por isso a palavra escrita ganha diversas funções para ela, pois não só é seu meio de trabalho, como também é sua forma de procurar compreender a própria existência:

Como sempre, esquece onde está enquanto escreve. A escrita é um lugar que ela pode habitar. É reconfortante escrever sobre a vida dos outros. Esta é a melhor parte de ser jornalista. Poder escrever sobre uma realidade que não precisa virar ficção para ser pronunciada. (BRUM, 2011, p. 31-32, grifo da autora).

Além disso, a escrita dá a Laura uma forma de delimitar os espaços, um passo importante para ela se compreender enquanto mulher. Toda a questão sobre esse limite está no fato dela sempre ter se sentido presa ao corpo da mãe e abafada pela personalidade materna. Ela nunca sentiu o limite entre as duas, pois sentia-se uma extensão do corpo materno e, por sua vez, Maria Lúcia também se sentia dona da filha, pois ela mesma dizia que a filha havia nascido de sua vontade. Laura deixa claro que, para ela, a liberdade está nos limites, em sua capacidade de erguer muros, na garantia de sua individualidade e na preservação de sua *persona*. Enfim, a garantia dos limites, nesse caso, não é referente a aspectos físicos, mas sim da compreensão de limites da própria imagem mental, entendendo quem se é ou não:

Em vez do canivete, eu pego uma caneta e roubo uma pilha de folhas de ofício da impressora. Desta vez preciso ferir o papel com a ponta dura da caneta, não é possível digitar palavras que não viram corpo num mundo virtual e portanto sem fronteiras. Eu preciso muito de fronteiras e nunca entendi aqueles jargões publicitários de uma vida sem limites. Para mim, a liberdade sempre esteve ligada à capacidade de erguer muros cada vez mais altos. (BRUM, 2011, p. 90).

Maria Lúcia era oprimida por seu pai, que controlava quase todos os detalhes de sua vida. Após a morte dele, Maria Lúcia tem pequenas experiências de liberdade, como sair para passear sozinha na rua ou, como seu primeiro ato de subversão, ficar nua em casa e dançar: “*E um dia tirei toda a roupa e dancei nua pela casa com as cortinas*

abertas. Depois me enrolei na colcha do enxoval da minha mãe e chorei durante horas, com vergonha da nudez que meu pai tinha visto. E que por um momento eu gostei de ele ter visto.” (BRUM, 2011, p. 112, grifo da autora). Mesmo assim, após expressar sua vontade de ser livre, o peso da culpa cai sobre ela, sentindo-se envergonhada da própria nudez e do próprio desejo. A nudez pode ser entendida como uma atitude subversiva de Maria Lúcia, que passa a ter poder sobre o próprio corpo e sobre as próprias ações, sentindo que tem liberdade para fazer o que quiser. Poderíamos também dizer que essa atitude de dançar nua na casa, em um espaço que foi para ela de abuso e de restrições, também é uma forma de expressar um renascimento, o início de uma nova fase, na qual ela teria poder de (re)construir sua identidade, não fosse o fato de mais adiante o porteiro assumir o espaço que era de seu pai e mantê-la sob as mesmas condições.

Para Maria Lúcia, sua primeira experiência com a escrita teve nela um impacto negativo, pois representava sua obrigatoriedade de seguir as regras do seu pai e de manter-se submissa diante de uma realidade que lhe era opressora mas que ela não tinha como escapar. No entanto, em uma segunda fase de sua vida, após descobrir que estava doente e que Laura iria cuidar dela, Maria Lúcia volta a escrever. Mas desta vez a escrita é só dela, e o que antes era um ato de submissão, nesse segundo momento passa a ser um ato de libertação. A escrita passa a ser movida pela vontade de contar a própria história, de desmistificar a imagem de uma mulher insensível e má.

Se antes a palavra escrita só poderia ser nociva e em nada poderia contribuir, nesse segundo momento Maria Lúcia finalmente compreende que a palavra escrita também tem seu lado positivo e sua importância. Ela passa a entender a escolha da filha ao optar por ser jornalista:

Desde que comecei a escrever neste caderno só tenho vontade de escrever. Se pudesse, não dormiria, não comeria, não respiraria. Ficaria aqui, apenas escrevendo. Finalmente entendo porque Laura gosta tanto de escrever. Para mim, sempre me pareceu uma perda de tempo. Teria preferido que Laura fosse vendedora de qualquer coisa a jornalista. Nunca achei decente esse negócio de escrever, pior ainda sobre a vida alheia, como ela fazia até pouco tempo. E agora estou aqui, escrevendo numa cama como se disso dependesse a minha vida. Vida não. Laura disse que um texto só é bom se não fica repetindo palavras. Existência. Escrevo como se disso dependesse a minha existência. (BRUM, 2011, p. 95, grifo da autora).

Nessa segunda fase podemos observar que ela não era uma pessoa tão ruim como Laura dizia. A própria personagem Laura vai refletir sobre isso ao longo desse

ínterim em que são obrigadas a conviver novamente. A palavra, que antes era silenciada e que causava feridas emocionais, agora é a solução para curar antigas dores. Principalmente para Maria Lúcia, que passa a sentir que tem o poder de decidir sobre como será lembrada. Ela mesma diz que agora poderia escolher o que escrever, então ela escolheria qual seria sua última palavra:’

Se foi uma palavra que matou meu pai, eu quero escolher a última palavra que vou escrever. Agora que eu posso escolher minhas palavras e que elas não mais me violentam. Eu quero que a minha última palavra seja minha. E seja viva, para viver comigo mesmo na minha morte. Para eu saber que fez sentido, que algo fez sentido nesse grande mal-entendido que é uma vida. [...] A única palavra que eu quis escrever, nascida do meu desejo. [...] Laura. (BRUM, 2011, p. 146, grifo da autora).

Finalmente, Maria Lúcia encontra na escrita a liberdade que tanto desejou. Expressa a palavra nascida de seu desejo: Laura. O reencontro se dá pela escrita.

Woolf discorre sobre a liberdade de expressão como sendo a essência da arte, mas lembrando que para as mulheres essa forma de expressão foi uma conquista que exigiu muita persistência, visto que por muito tempo essa era uma ferramenta negada às mulheres: “De fato, uma vez que a liberdade e a plenitude de expressão fazem parte da essência da arte, essa falta de tradição, essa escassez e inadequação de ferramentas deve ter dito muito sobre a escrita das mulheres.” (WOOLF, 2014, p. 111).

A escrita foi, tanto para a mãe quanto para a filha, o maior ato de subversão, pois permitiu que se questionassem e encontrassem um meio de se libertar de um passado permeado de memórias traumáticas. Ao terem coragem para contar suas histórias, para falarem sobre seus medos e anseios, elas romperam com a maior fonte de dor, que era o silêncio que ocultava a verdadeira razão para tantos mal-entendidos. Escrever foi para elas um ato de grande coragem, pois tiveram que enfrentar seus maiores medos, que era encarar a veracidade suas histórias de vida.

A escrita, assim como a palavra, que antes era vista como perigosa e hostil, devendo ser evitada, agora era a forma que tinham para definitivamente resolverem seus problemas. O ato da escrita se apresenta como espaço para questionamento, descobertas e, sobretudo, para liberdade e autonomia destas mulheres. Para pensarem-se enquanto sujeitos, escrevendo as suas próprias histórias com seus próprios olhares, e não pelos olhares alheios (masculinos). São espaços de reintegração e subversão.

Talvez seja essa a grande subversão nos textos de Eliane Brum: apresentar às mulheres a possibilidade de escreverem sobre si, de serem narradoras e personagens de suas próprias vidas. A possibilidade de não viverem silenciadas, obedecendo apenas a papéis sociais impostos. A possibilidade de as mulheres construírem suas próprias narrativas de vida como quiserem e serem livres para se (re)presentarem, eis a subversão que a escrita feminina, vista aqui em ambas as obras de Eliane Brum, propõe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação abordou temáticas fundamentais nos estudos de Literatura Feminina, partindo, no primeiro capítulo, da discussão sobre a gênese da escrita das mulheres e considerando aspectos particulares da cultura feminina, de forma a entender de que modo a mulher se inseriu no mundo da escrita até alcançar um cenário de produção literária que fosse tão significativo quanto o masculino. Posteriormente, entramos na análise das obras *Meus desacomodamentos* e *Uma duas* de Eliane Brum, com o objetivo de estudar as representações femininas com base teórica sobre identidade e gênero, culminando, no terceiro capítulo, nas análises sobre as representações e papéis sociais femininos e as relações entre as personagens mulheres das obras de Eliane Brum. Nesse terceiro capítulo se discutiu sobre a influência da família como fator determinante na idealização e romantização do casamento e da maternidade para as mulheres, além da naturalização da violência e do sentimento de culpa feminino como forma de regular os comportamentos. Por último, no quarto capítulo, tratamos sobre as subversões femininas como forma de se opor aos discursos e leis patriarcais que se impõem sobre as vontades das mulheres, destinando-as a ocuparem posições secundárias em relação aos homens, colocando-as em situações de vulnerabilidade, subserviência e submissão nos espaços familiares e sociais.

Deste modo, a fim de direcionar e embasar esse estudo, foi preciso partir de leituras teóricas que fornecessem um panorama geral sobre as situações impostas às mulheres, considerando aspectos sociais, históricos e culturais. Logo, foi possível constatar que as histórias vividas pelas personagens de Eliane Brum representavam fatos comuns à realidade feminina, assim como abordados por teóricas como Marcela Lagarde, Simone de Beauvoir, Michelle Perrot, Virgínia Woolf, entre outros que também foram usados como referenciais nessa dissertação.

Primeiramente, por meio das leituras teóricas, foi possível concluir que a entrada da mulher na utilização da escrita – principalmente enquanto atividade – se deu tardiamente, isso porque a educação a ela ofertada tinha a finalidade de instruí-la para o cuidado da casa e da família. O direito feminino de se expressar livremente foi combatido, sob o pretexto de que as mulheres não teriam algo de relevante a dizer e de que havia uma função muito mais importante para elas desempenharem no meio familiar.

Em um segundo momento, observamos que após alguns séculos de silenciamento, finalmente as mulheres começaram a ter mais representatividade nos espaços literários. A voz feminina despertava para falar sobre si diante de aspectos distintos do imaginário masculino. A partir desse momento é que as obras de Brum são analisadas, por representarem uma escritora que traz na voz de personagens femininas a dimensão da realidade opressora comum às mulheres. Concluindo, portanto, que as personagens dessas obras representam a condição feminina, pois são definidas por suas sexualidades e controladas pelo discurso patriarcal que visa assegurar que elas assumam para si o papel de submissão que lhes é “destinado”, mantendo seus comportamentos de acordo com os estereótipos de gênero.

Por tudo isso, foi possível verificar que as personagens femininas estavam inseridas em espaços que regulavam seus comportamentos com base em estereótipos comportamentais de feminilidade – e consequentemente de masculinidade –, os quais inferiorizavam toda e qualquer característica feminina em relação à masculina, refletindo as relações de poder e de dominação em função do gênero, estipulando ideais de comportamento de acordo com a cultura e as regras sociais.

É importante observar o fato de que essas duas obras de Eliane Brum trazem questões comuns ao falarem sobre a escrita enquanto um processo de constituir-se pela narrativa. A personagem Eliane – da obra *Meus desacontecimentos* – e as personagens Maria Lúcia e Laura – da obra *Uma duas* –, fazem uso da escrita enquanto registro da memória e da história familiar. Para Eliane a palavra escrita a representa em sua totalidade, pois ao escrever a personagem afirma que se doa ao leitor na materialidade de um corpo que é representado pela própria escrita. Já em *Uma duas*, Laura busca na escrita uma forma de delimitar os espaços íntimos de sua personalidade em relação a de sua mãe: nesse caso, a palavra tem a função de garantir a preservação da subjetividade e individualidade dessa personagem. E para Maria Lúcia, a palavra escrita é redescoberta, lhe dando a possibilidade de contar a própria história e de se fazer ouvir pela filha.

Na obra *Uma duas* a relação entre Maria Lúcia e Laura é o destaque da narrativa que ora é contada pelo viés da filha e ora pelo da mãe. O conflito entre essas personagens é o resultado de um conjunto de histórias que são ocultadas e de sentimentos que são silenciados. Já em *Meus desacontecimentos*, o destaque está na relação entre as mulheres da família de Eliane, que servem de exemplos uma para a outra, passando adiante crenças e histórias de suas vidas. Por isso a memória é uma forma de garantir a preservação da existência se sobrepondo a morte. Além disso, existe

a relação de amizade e cumplicidade de Eliane com sua avó, que se destaca pela influência vital ao compor a personalidade da narradora.

Enquanto a personagem Eliane tem vários exemplos femininos dentro da família, a personagem Laura tem apenas sua mãe, e Maria Lúcia, por sua vez, não dispôs de nenhuma mulher que tivesse lhe servido de exemplo desde de sua infância até a fase adulta. Também é possível observar em ambas as obras que as personagens Eliane e Laura têm em comum a profissão de jornalista, por isso a escrita tem também um valor social ao trazer demandas que vão além das questões familiares delas.

Além disso, fica evidente a dificuldade e o conflito em que as mulheres eram submetidas toda vez que tentavam expressar suas subjetividades pela escrita, pois os discursos sociais e familiares desqualificavam a importância do que as mulheres tinham a dizer. Por isso a escrita, enquanto forma de extravasar a subjetividade, de encontrar a própria identidade, constitui uma forma de resistência e, portanto, um ato de subversão diante de uma realidade opressora.

Portanto, diante de tudo que foi exposto, encerramos aqui afirmando que as obras *Meus desacontecimentos: a história da minha vida com as palavras* e *Uma duas* são narrativas que têm por base as histórias de mulheres comuns, contando as vivências de personagens femininas e como isso afetou a compreensão que essas mulheres tinham sobre o ser feminino. Logo, a escrita literária de Brum problematiza os estereótipos femininos impostos pela sociedade, por meio de práticas comportamentais que são naturalizadas de acordo com o sexo biológico de cada indivíduo, e mostra a própria escrita feminina ainda como modo de resistência das mulheres, como subversão dos papéis e destinos impostos pela cultura patriarcal.

Desta maneira, essa dissertação traz para a comunidade acadêmica o estudo sobre as representações femininas em várias perspectivas, analisando por meio das narrativas de Brum como essas personagens mulheres são ainda entendidas pelo meio social. Além disso, analisa como Eliane Brum constrói as representações femininas na literatura, possibilitando a problematização sobre os estereótipos de gênero assim como sobre as divisões e delimitações sociais dos espaços femininos e masculinos que ainda parecem ocupar o imaginário e narrativas masculinas e os meios sociais.

REFERENCIAL TEÓRICO

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**; tradução Sérgio Milliet. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BÍBLIA Sagrada: Nova Tradução da Linguagem de Hoje. Barueri (SP): Sociedade Bíblica do Brasil, 2012.

BRUM, Eliane. **Uma duas**. São Paulo: Leya, 2011.

_____. **Meus desacontecimentos: a história da minha vida com as palavras**. São Paulo: Leya, 2014.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismos e subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DUARTE, Constância Lima. Histórias de uma história mal contada. **Cândido: Jornal da Biblioteca Pública do Paraná**, Curitiba, n. 18, p. 30-34, jan. 2013.

EL PAÍS. **Eliane Brum**. Disponível em: https://brasil.elpais.com/autor/eliane_brum. Acesso em: 19 de julho de 2017.

ÉPOCA. **Nossa sociedade – Eliane Brum**. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI63840-15230,00-NOSSA+SOCIEDADE+ELIANE+BRUM.html>. Acesso em: 19 de julho de 2017.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

GAÚCHA ZH. "Ser repórter é ser protagonista de uma construção", diz Eliane Brum no Em Pauta ZH. Disponível em:

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2016/03/primeiro-em-pauta-zh-de-2016-traz-eliane-brum-5647594.html>. Acesso em: 19 de julho de 2017.

_____. **Eliane Brum: "Só tem credibilidade quem investiga, checa e se importa com a precisão"**. Disponível em:

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2016/03/eliane-brum-so-tem-credibilidade-quem-investiga-checa-e-se-importa-com-a-precisao-5290608.html>. Acesso em: 19 de julho de 2017.

GLOBO. Crescimento do Islã nas periferias concede prêmio a Eliane Brum.

Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL1466753-5602,00-CRESCIMENTO+DO+ISLA+NAS+PERIFERIAS+CONCEDE+PREMIO+A+ELIANE+BRUM.html>. Acesso em: 19 de julho de 2017.

LAGARDE, Marcela. **Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas**. 4ª ed. Guadalajara: Universidad Nacional Autónoma de México, 2005.

MUHLEN, Bruna; STREY, Marlene. Identidade. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio. (Org.) **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.

MUZART, Zahidé Lupinacci. **Escritoras brasileiras do século XIX**. Apresentação de Nara Araújo; organização de Zahidé Lupinacci Muzart. -2.ed. - Florianópolis: Mulheres, 2000.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução: Ângela M. S. Côrrea. 2ª ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

SHOWALTER, Elaine. A crítica feminista no território selvagem. Tradução: Deise Amaral. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **O feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 23-57.

SOUZA, Eneida Maria de. Autoficção e sobrevivência. **La Palabra**, n. 30, p. 107-114, 2017.

TELLES, Norma. Escritoras, Escritas, Escrituras. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 401-442.

TERRITÓRIOS DE FILOSOFIA. **Como se exerce o poder? – Michel Foucault**. Disponível em: <https://territoriosdefilosofia.wordpress.com/2015/12/05/como-se-exerce-o-poder-michel-foucault/> Acesso em: 12 de junho de 2018.

THE GUARDIAN. **Eliane Brum**. Disponível em: <https://www.theguardian.com/profile/eliane-brum>. Acesso em: 19 de julho de 2017.

WIKIPÉDIA. **Autoficção**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Autofic%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 28 de junho de 2018.

WIKIPÉDIA. **Eliane Brum**. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Eliane_Brum. Acesso em: 28 de junho de 2018.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Trad. Bia Nunes de Sousa, Glauco Mattoso. 1. ed. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

ZINANI, Cecil Jeanine Albert. Estudos culturais de gênero e história da literatura. In: ZINANI, Cecil Jeanine Albert; SANTOS, Salette Rosa Pezzi dos (org.). **A mulher na história da literatura**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2015, p. 119-130.